**CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS**

# *SER TRABALHADOR NA CIDADE*
## RELAÇÕES DE CLASSE EM UBERLÂNDIA

FINS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**
**2009**

**CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS**

# *SER TRABALHADOR NA CIDADE*
## RELAÇÕES DE CLASSE EM UBERLÂNDIA

FINS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração História Social, sob orientação da Profª. Drª. Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**
**UBERLÂNDIA**
**2009**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S237s Santos, Carlos Meneses de Sousa, 1983-
Ser trabalhador na cidade : relações de classe em Uberlândia : fins do século XX e início do século XXI / Carlos Meneses de Sousa Santos. - 2009.
169 f. : il.

Orientador: Heloísa Helena Pacheco Cardoso.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-Grama de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Trabalho - Uberlândia (MG) - Histó-ria - Teses. 2. Relações trabalhistas - Uberlândia (MG) - História - Te-ses. 4. Cidades e vilas - Uberlândia (MG) - Teses. I. Cardoso, Heloísa Helena Pacheco. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

# BANCA EXAMINADORA

_____

**Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira (UNIMONTES/MG)**

_____

**Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (UFU)**

_____

**Profª. Drª. Heloísa Helena Pacheco Cardoso (UFU)**
**(orientadora)**

Em memória,
à minha madrinha,
Esmeralda (1948-2009 †).

Dedico este trabalho à Sheille,
Minha mulher, meu amor,
Companheira de todas as horas.
Sua presença na minha vida,
É uma marca na minha história.

# *AGRADECIMENTOS*

Termino este trabalho com a compreensão de que ele tem muito dos que estiveram ao meu lado. Presenças que vão além do momento em que o realizei. Recebi apoio para a construção das minhas ambições, contei com solidariedades na trajetória de elaboração da pesquisa, encontrei parceiros para a construção de novas expectativas. Esse percurso estabeleceu as próprias possibilidades de realização da dissertação.

Agradeço à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pelo apoio financeiro na realização da pesquisa e escrita deste texto. Os doze meses de bolsa permitiram mensurar possibilidades à construção deste trabalho.

Aos professores do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, agradeço pelos debates, provocações e estímulos construídos em sala de aula e no convívio desses 7 anos.

Agradeço pelo diálogo com os professores da Linha Trabalho e Movimentos Sociais. As indicações feitas nas disciplinas, seminários e encontros serão contribuições para toda a vida. Sou grato à Prof.ª Dilma Andrade de Paula, a qual sempre conduziu respeitosamente suas indicações diante os meus encaminhamentos. À Prof.ª Regina Ilka, agradeço a amizade construída, valorizo muito as sugestões e ponderações feitas para este trabalho e para a minha conduta. Destaco o interesse e empenho que sempre demonstrou ao se colocar em diálogo com as minhas questões, o que aconteceu, tanto na disciplina de Seminário de Pesquisa, quanto em sua participação na Banca de Qualificação deste texto. Nunca esquecerei o olhar respeitoso que sempre dirigiu a mim.

Sou grato à Prof.ª Marta Emísia que, sempre criteriosa e franca em suas considerações, ajudou-me a refletir sobre este trabalho. A atenção e o respeito que demonstrou em nossos diálogos marcaram, nesse caminho de discussão, uma amizade de grande estima. Sua intervenção na disciplina de Seminário de Pesquisa teve grande relevância nos procedimentos que sustentam este trabalho. Agradeço, também, ao Prof. Paulo Almeida, suas provocações, muitas vezes marcadas pela polêmica, sempre me indicaram um comprometimento com o seu trabalho, um valor com o qual sempre me identifiquei. Suas ponderações, nesse sentido, reforçaram um apelo pelo compromisso com o que realizamos, indicaram uma relação fraterna e respeitosa que levo para a vida.

À Prof.ª Heloísa minha admiração. Registro o reconhecimento à sua dedicação e envolvimento com o trabalho que realiza, do qual pude ser beneficiado enquanto seu

aluno. Da primeira folha escrita, enquanto esboço para um projeto de Iniciação Científica, à versão final deste texto, sempre pude contar com sua leitura atenta e sua fala sem condescendência. Palavras que sempre indicaram a necessidade de avançar no que continua sendo o meu processo de formação acadêmica. Agradeço pela oportunidade, paciência, incentivo e ponderações. Sou grato por me acolher em meio aos seus projetos e por ter se comprometido com as minhas questões.

Ao João Batista, Gaspar, Luciana e Maria Helena só tenho a agradecer. Amigos que facilitaram o lidar com a entrincheirada burocracia acadêmica, pessoas com quem sempre pude discutir, pelos corredores, as urgências da vida. Agradeço a atenção, o respeito e a solidariedade que sempre me dedicaram. Também agradeço o auxílio de Abadia, Sandra, Josiane e Juliana nos desafios de datas, relatórios e solicitações junto ao Programa de Pós-Graduação em História.

Agradeço à Máucia e ao Velso pelo trabalho que realizam, fui bastante beneficiado pela possibilidade de poder contar com a documentação disponível no Centro de Documentação e Pesquisa em História. Aos funcionários do Arquivo Público de Uberlândia agradeço o acesso aos materiais e o empenho em garantir o atendimento de minhas solicitações. Sempre fui muito bem atendido pela Karla, Jô, dona Marleninha e José Carlos.

Sou grato a todos aqueles que aceitaram o convite para conversar sobre o que significa ser trabalhador na cidade, os quais ainda permitiram que pudesse gravar nossos diálogos. Espero que a confrontação de nossos interesses e valores tenha sido tão importante a vocês, quanto foi para mim. Espero que as entrevistas tenham sido traduzidas em questionamentos de uma realidade social marcadamente desigual, que possam apontar, também em minha narrativa, para a indignação com as relações mantidas em uma sociedade capitalista.

Aos companheiros na Linha Trabalho e Movimentos Sociais, agradeço por terem compartilhado discussões e tratado de inquietações comuns, fosse nas aulas ou nas mesas de boteco. Foi bom poder ter contado com as presenças de Andrey, Valéria, Olívia, Mariana, Thiago, Janaína, Yangley, Renata, Renato, Geovanna, Juliana, Ivani, Tadeu, Norton, Glauber, Maria Gisele, Antunes, Rodrigo e o sambista Geraldão.

À todos aqueles que participaram da minha vida nessa trajetória universitária. Meu agradecimento especial à Ilze, Vilmere, Neubiana, William, Guarato, Leozão, Fernanda, Elmiro, Leozin, Diogo, Gilmar, ao bom Rafael Ribeiro.

Aos amigos que ficaram para que esse caminho acadêmico pudesse ser construído. O bom papo, os projetos de vida e a cerveja gelada com Rodrigo Buiú, Gabriel, Danilo, Zé, Cristiano. Parceiros separados nas escolhas da vida, reencontros casuais que indicam “que voltar quase sempre é partir para um outro lugar”. Saibam que também torço por vocês.

Aos meus pais, Nilton Rodrigues e Irene Cardoso, que foram tolerantes em relação aos meus prazos e correrias, estando solícitos e presentes nessa fase, mesmo com minhas ausências. Estiveram na expectativa que tudo desse certo, obrigado pela atenção e cuidado. Não esquecerei jamais o quanto lutaram e precisaram reorganizar suas vidas para que eu pudesse seguir o meu próprio caminho. A vocês, minha eterna gratidão. À minha irmã, a bela Karla Cristina, peço desculpas pela minha ausência, mas sei que estamos empenhados em nos relacionarmos cada vez mais, isso me conforta. Ainda faremos muitas coisas juntos, terá que agüentar muito o meu cunhado Rogério e eu.

Ao Glauber, meu outro cunhado, que sempre me socorreu com suas habilidades com o computador, que vem sendo um parceiro nesse novo caminho da minha vida. Sei que ganhei um irmão, espero poder retribuir tanta atenção e carinho. Não esquecendo, claro, da minha sogra querida, dona Lourdes, assim como do meu sogro, Fabiano. Obrigado pelo modo como me acolheram.

À minha mulher, Sheille, agradeço pelo companheirismo, pelo empenho que sempre demonstrou com as minhas questões. Parceira de discussão, de reflexão, cúmplice em todos os momentos. Meu amor, muito obrigado, saiba que sou muito grato à sua presença na minha vida.

Por fim, não posso deixar de mencionar minha avó, Vó Tonha, talvez a pessoa que mais perdeu com as minhas ambições. Sei que posso contar com suas orações diárias, com sua preocupação solitária, mas sei também o quanto contava com a minha presença, agora em sua velhice. Ausência remediada apenas nas ligações semanais e nas visitas anuais. Fico feliz em saber que mesmo assim posso contar com o seu amor, minha avó.

# RESUMO

Este trabalho procurou discutir o que significa ser trabalhador na cidade de Uberlândia-MG, no final do século XX e início do século XXI. Para tanto, parti de experiências de trabalhadores com o intuito de perceber como elas são elaboradas na confrontação de valores e interesses. Fiz o caminho de adentrar no campo das relações, contraditórias e conflitantes, em que a condição de classe dos trabalhadores emerge como terreno comum, expressando seus modos de vida e impulsionando a produção de campos de possibilidades de disputa, por suas necessidades e expectativas.

Com esse interesse, as fontes selecionadas foram entendidas como diálogos estabelecidos por determinados trabalhadores em certas relações produzidas ao longo destes últimos 30 anos. Nesses documentos tentei perceber a experiência social dos sujeitos que estavam envolvidos na produção dessas relações, buscando observar como essa atuação marca sua consciência social. Esse procedimento foi possível por se tomar essa dinâmica como classista. Portanto, o suposto teórico e político é o de classe, esta entendida como processo constituinte nas relações sociais, como território da relação de poder mantida na cidade, portanto, da própria luta de classes na sociedade capitalista.

A proposta foi evidenciar as práticas de participação social empreendidas por trabalhadores ao viverem a cidade, procurando perceber quais projetos de cidade estiveram e estão em questão. Nesse enredo, Uberlândia é apresentada como a expressão da relação de protagonismos, entrincheirados na desigualdade de condições e nas diferentes alternativas presentes nas relações classistas. Esse encaminhamento colocou em foco as identificações e dissidências que são construídas na defesa de certos interesses, assim como no enfrentamento de outros.

Propus destacar a potência de homens completos e complexos ao experimentarem o universo integral de suas relações, reconhecendo que os mesmos sujeitos enfrentam questões e pressões variadas que desafiam e fixam limites aos seus modos de vida, práticas que movimentam o fazer-se das relações classistas, evidenciando aí um processo histórico em construção. Esse percurso foi afirmando a percepção de que as contradições e a tensão compõem as relações sociais e, principalmente, problematizou o modo como certos trabalhadores experienciam o viver como trabalhadores na cidade.


Palavras-Chave: trabalhadores, cidade, modos de vida e tensão social.

**ABSTRACT**

This work tried to discuss what means to be workers in the city of Uberlândia-MG, in the end of the century XX and beginning of the century XXI. For so much, I left of workers' experiences with the intention of to realize like them are elaborated in the confrontation of values and interests. I made the road of penetrating in the field of the relationships, contradictory and conflicting, in that the condition of the workers' class appears as common territory, expressing their life manners and impelling the production of fields of dispute possibilities, for their needs and expectations.

With that interest, the selected sources were understood as established dialogues by certain workers in certain relationships produced along these last 30 years. In those documents I tried to realize the social experience of the subjects that were involved in the production of those relationships, looking for to observe as that performance marks his social conscience. That procedure was possible for taking that dynamics as of classes. Therefore, the theoretical and politician basis is it of class, this understood as constituent process in the social relationships, as territory of the relationship of power maintained in the city, therefore, of the own fight of classes in the capitalist society.

The proposal was to evidence the practices of social participation undertaken by workers to the live the city, trying to realize which city projects were and are in subject. In that plot, Uberlândia is presented as the expression of the relationship of protagonisms, entrenched in the inequality of conditions and in the different present alternatives in the relationships of classes. That direction put in focus the identifications and dissidences that are built in the defense of certain interests, as well as in the face up of other.

I intended to detach the complete and complex men's potency to the they try the total universe of their relationships, recognizing that the same subjects face up varied questions and pressures that challenge and fasten limits to their life manners, practices that move doing of the relationships of classes, evidencing a historical process in construction. That route went affirming the perception that the contradictions and the tension compose the social relationships and, mainly, it problematized the way as workers rights experience the life as workers in the city.

Keywords: workers, city, life manners and social tension.

# SUMÁRIO

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS** 12

**CAPÍTULO I**
***BUSCANDO ESPAÇOS, CONSTRUINDO HISTÓRIAS*** 28
**Trabalhadores na cidade de Uberlândia**

**CAPÍTULO II**
***PRÁTICAS SOCIAIS EM MOVIMENTO*** 72
**Confrontação de valores e interesses**

**CAPÍTULO III**
***UBERLÂNDIA, CIDADE EM DISPUTA*** 113
**Experiências nas relações de classe**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** 147

**FONTES** 154

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 159

# *CONSIDERAÇÕES INICIAIS*

Neste trabalho, procurei discutir o que significa ser trabalhador na cidade de Uberlândia, no final do século XX e início do século XXI. Essa discussão foi informada pelo interesse em evidenciar os modos como os trabalhadores estão formulando suas práticas sociais. Fiz o caminho de partir de suas experiências, não para chegar a uma estruturação da cidade, mas para perceber como ela é elaborada na confrontação de valores e interesses sustentados no campo das relações de forças vividas por esses sujeitos.

Muito mais do que apresentar um conjunto de dados e imagens que foram pensados, por certos sujeitos, para dizer o que é a cidade e a vida dos seus moradores, tais como as referências ao crescimento populacional ou econômico, a listagem de grandes obras e de celebridades empreendedoras, ou mesmo de sua localização geográfica adjetivada pela funcionalidade comercial, considerei pertinente investigar a feitura desse lugar a partir dos modos de vida e luta dos trabalhadores.

Entendo que as mais de 700.000 pessoas que compartilham essa cidade se relacionam na diferença e na desigualdade. No entanto, essa afirmação não pode ser apresentada como um sofisma. Precisa ter correspondência com experiências que expressem as diferenças e as desigualdades ao se viver a cidade. Esse foi o ponto de partida que orientou esta dissertação. Esse foi o referencial que propus para dialogar com as experiências de diversos trabalhadores.

Ao pensar o ser trabalhador na cidade, procurei enfrentar questões que pressionam o modo de viver desses sujeitos, os quais se empenham por um serviço de transporte coletivo que atenda suas necessidades, que buscam o acesso ao atendimento público de saúde e que se movimentam pela conquista da moradia. Essas questões, que expressam uma condição de classe, ganham evidência nas práticas de trabalhadores que se firmam como sujeitos de suas relações.

Esse procedimento foi possível por se tomar essa dinâmica como classista. Portanto, o suposto teórico e político é o de classe, entendida como processo constituinte nas relações sociais, como território da relação de poder mantida na cidade, portanto, da própria luta de classes na sociedade capitalista.[1]

[1] Thompson, propondo algumas considerações sobre a noção de “classe”, foi muito importante para a elaboração das questões que formulo neste trabalho. O autor, no conjunto de sua produção historiográfica,

Mas, encontrei logo de partida um problema: não consegui vislumbrar, no decorrer da pesquisa, nenhum marco do qual pudesse, com tranqüilidade, iniciar e fechar essa proposta de discussão. Também não me convenci de muitos dos que já estavam devidamente sugeridos e supostamente demonstrados na historiografia que trata da vida na cidade. Contudo, não posso deixar de dizer que procurei muito esses marcos. De tanto procurar, cheguei até pensar, em vários momentos, que os havia encontrado.

Tive muitas vezes que recolocar, no decorrer da pesquisa, os caminhos que fui propondo para a investigação. Se chamo a atenção para essa questão é porque, como Chalhoub, compreendo que *seria trágico se não conseguíssemos entender o quanto nossas disputas historiográficas aparentemente mais banais – como uma simples querela de datas – explicitam os limites do nosso próprio "fazer" político*[2].

O autor, discutindo as visões de liberdade nas últimas décadas da escravidão na Corte, chama a atenção para a possibilidade de recolocar algumas questões que ele mesmo já havia formulado em outro momento[3]. Sugere, ainda, que o repertório de elaboração dessas questões compõem o campo do diálogo historiográfico, reconhecendo, no entanto, que ficou demasiadamente preso ao que já estava estabelecido neste campo, entendido como referencial de reflexão. Argumenta que, na obra *Trabalho, Lar e Botequim*

> *... não foi possível historicizar os sistemas de valores, as crenças e as alternativas de conduta tão minuciosamente descritas na documentação coligida (...) naquele*

---

colocou-se em uma discussão no interior da tradição marxista, onde construiu enfrentamentos com uma determinada compreensão estruturante e teoricista dessa noção. Chamou a atenção de que não há "classe" fora da formulação histórica das lutas de classes e das relações classistas. Sobre essa discussão ver, em especial:
- THOMPSON, E.P. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281.
- THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase* – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editora Crítica/Grupo Editorial Grijalbo, 1979, p. 13-61.
-THOMPSON, E. P. Prefácio. In: *A formação da classe operária inglesa*, V.I. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987, p. 9-14.
- THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

[2] CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.253

[3] Chalhoub faz referência a *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

> *momento só consegui tratar do problema das mudanças históricas recorrendo de forma pouco crítica ao "caldo" de cultura historiográfica disponível: aquele era um livro sobre a "implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro"; sobre o "processo de constituição plena da ordem capitalista" na capital; ou ainda sobre "a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil". Não pude ir muito além da simples repetição destas frases: elas entravam onde precisava estar a explicação histórica, no lugar onde precisava figurar uma teoria a respeito da "lógica da mudança" naquela sociedade. A construção de uma tal teoria é o objetivo deste livro.*[4]

Chalhoub, mesmo tratando de questões que não são as deste trabalho, pensando sobre os procedimentos de sua própria investigação na produção do conhecimento histórico, instigou o encaminhamento das minhas preocupações. Em um primeiro momento eu estava empenhado em encontrar um acontecimento marcante no fazer-se da classe trabalhadora ao viver a/na cidade, um fato que, inquestionavelmente, fosse reconhecido como transformador do modo como os trabalhadores viviam e vivem a cidade. Nesse caminho, fui ficando frustrado, pois ao mesmo tempo em que encontrava o que era sugerido como tal, fosse na historiografia ou nas fontes com as quais me propunha a dialogar, tornava-me problematizador dessas formulações.

A intenção inicial era clara, encontrar o marco fundador do modo como mantemos as relações que vivemos hoje em Uberlândia. Uma vez encontrado, julgava que a questão era mostrar como a vida dos trabalhadores havia mudado após o referido acontecimento. Isso eu chamava de discussão do processo histórico vivido pelos trabalhadores na cidade. Entendia que desse modo estava partindo das experiências formuladas pelos trabalhadores.

Comecei a desconfiar que esse encaminhamento fosse autoexplicativo. Então, passei a problematizar o que Chalhoub chamou de "caldo de cultura historiográfica disponível", assim como a me empenhar na confrontação das evidências históricas que sugeri enquanto fontes. Desse modo, determinadas experiências, elaboradas na formulação de certas práticas sociais, foram pensadas como indícios do ser trabalhador na cidade, uma cidade que se constituía na movimentação das relações de classe.

Foi então que, ao invés de demonstrar um determinado "processo histórico", resolvi apontar como foco o processo de disputa dos interesses e dos valores dos trabalhadores ao

---

[4] CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.19.

viverem a cidade, onde seus modos de vida fossem indicativos dos modos de luta empreendidos em relações mantidas em desigualdade social. Assim, comecei a perceber não um, mas vários marcos, não necessariamente referenciados na historiografia, e, o mais importante, que dificilmente apontavam para uma cidade em consenso. Ao contrário, esses diversos marcos me permitiam pensar como essa cidade está sendo vivida em uma tensão constante.

Quando realizei a produção da minha monografia, em 2006, sugeri um marco fundador, ele era o governo peemedebista de Zaire Rezende (1983-1988).[5] O que estava em questão com essa referência era discutir como a "abertura política" da década de 1980 possibilitou uma maior participação dos trabalhadores frente às formulações de seus interesses, no diálogo com o Poder Público Municipal. Esse é um marco possível e a historiografia, de forma ampla, referenda essa compreensão[6]. Eu mesmo, certo de que esse era *O Processo Histórico* a ser narrado, ao procurar dialogar com certos trabalhadores, encontrei em jornais, em atas de associações de moradores e em correspondências mantidas entre essas Associações e a Prefeitura, assim como nas entrevistas que realizei, a confirmação desse marco.

---

[5] SANTOS, Carlos Meneses S. *Democracia Participativa e Tensão Social em Uberlândia* – Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. 2006. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

[6] Ver, entre outros:

- ALVARENGA, Nízia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia*: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1988.
- DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – terra fértil para novas semeaduras:* A experiência da Democracia Participativa (1983-1988). 1996. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1996.
- JESUS, Wilma Ferreira de. *Poder Político em Uberlândia: Mudanças e Permanecias (1982-1996).* 1999. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1999.
- PEREIRA, Cires Canísio. *Democracia Participativa, sua lógica e sua prática*. 1988. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1988.
- SANTOS, Manoel Joaquim dos. *Os jornais uberlandenses e projeção da imagem política de Zaire Rezende (1981-1985).* 2000. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2000.
- SILVA, Rosana Silvana da. *Bairros e Fábricas:* Espaço Político e Participação Popular. Uberlândia – 1980-1986.1997. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1997.

Naquele texto, mesmo procurando mostrar que a administração peemedebista não criou a participação política dos trabalhadores na cidade, sendo que o que estava em questão era justamente o enfrentamento dessa memória, busquei perceber como os trabalhadores dialogaram com o projeto político formulado pelo grupo zairista. Fiz da ação dos trabalhadores uma resposta ao projeto de cidade proposto pelos peemedebistas, fosse tratando de estratégias de envolvimento, de manifestações de dissidências, ou mesmo de indiferenças. Encontrei evidências para narrar essa história, mas também encontrei evidências que poderiam ampliar ou desconcertar o suposto dessa construção, qual seja, a construção de que os anos da década de 1980 são o marco de mobilização social, tanto para o país, quanto para a cidade, sendo esta tomada como reflexo e espelho de uma certa referência do nacional.

Mas, naquele momento, eu estava convencido da clareza daquele processo histórico. Hoje não estou. Estou disposto a enfrentar o diálogo com as evidências que tensionam aquela explicação. Estou disposto a recolocar a questão. Provavelmente essa inquietação informou muitas das questões que apresentei no decorrer do trabalho.

Para dizer como enfrentei o diálogo com as evidências é importante argumentar sobre como pensei os diversos materiais pesquisados, produzidos com interesses variados, mas sugeridos, nesta dissertação, como fontes para a produção do conhecimento histórico. É pertinente apontar, mesmo que de modo geral, como compreendo as fontes que estão compondo o trabalho.

Fundamentalmente vi, nessas fontes, práticas que se constituíram como expressão de relações sociais. Apontam para expectativas e valores que, vividos em relações de desigualdade, revelam tensões sociais estabelecidas nos termos de sua própria produção. As fontes apresentadas foram entendidas como diálogos estabelecidos por determinados trabalhadores, em certas relações produzidas ao longo destes últimos 30 anos. Fizeram-se como termo de relação entre desiguais, portanto, num campo de disputa de interesses, mesmo quando, aparentemente, apontaram para consensos.

Esta percepção foi sugerida, algumas vezes de modo implícito, como um determinado modo de ler as fontes, e, ao mesmo tempo, de proceder na seleção e no diálogo com as questões que portavam em suas formulações. Assim, a identificação e a

escolha das fontes não foram práticas dissociadas da problematização dos sujeitos que as produziram, tendo em vista as elaborações que propuseram para serem compartilhadas socialmente.

Não tentarei definir os diversos materiais nessa apresentação. Também não ofereci, no decorrer do texto, nenhuma definição absoluta do que são estes materiais. O que interessa definir é o campo de relações que está formulado em suas práticas. É isso que busquei nas articulações que procurei promover ao utilizá-los. Tentei perceber nesses documentos a experiência social dos sujeitos que estavam envolvidos em suas produções, buscando observar como suas presenças marcaram sua consciência social.

O interesse foi evidenciar as práticas de participação social empreendidas por trabalhadores nas relações de poder mantidas ao viverem a cidade, procurando perceber quais projetos de cidade estiveram e estão em questão. O encaminhamento foi colocar em foco as identificações e dissidências classistas que são construídas na defesa de certos interesses, assim como no enfrentamento de outros. A intenção foi partir das fontes sugeridas para discutir como trabalhadores formulam suas práticas e elaboram suas participações no campo comum das relações sociais.

Foi no enfrentamento das evidências que percebi a impossibilidade de continuar buscando "um marco", pois, dependendo do sujeito que se colocava em diálogo com as questões que vivia na cidade, marcos iam sendo referenciados, contestados, ou mesmo ignorados. Nesse sentido, ao invés de estabelecer as referências de um "processo histórico" e ir buscar na experiência de trabalhadores sua correspondência, resolvi inverter o processo. Ou seja, procurei discutir que sentidos de história estavam sendo valorados nas práticas elaboradas na convivência que estabeleciam ao compartilharem em desigualdade a cidade.

Por esse interesse, a leitura de João Carlos de Souza foi instigante para a construção deste trabalho. O autor, discutindo a luta por habitação na Zona Leste de São Paulo, em dissertação de Mestrado, defendida na PUC-São Paulo, no ano de 1994, insiste na necessidade de discutir o significado da experiência humana dos ocupantes de terra. Nessa questão ampla, propunha-se a pensar a experiência social de trabalhadores que construíam

o movimento de ocupação de terra, na luta por moradia, evidenciando a composição de seus valores nesse processo[7].

Para João Carlos de Souza,

> *Sair de casa para ir ao trabalho, fazer compra de medicamento numa farmácia ou ainda visitar conhecidos, parentes, são a rigor momentos do cotidiano na vida dos moradores da Zona Leste de São Paulo; porém, para alguns, tornaram-se marcos significativos nos rumos de suas vidas.*[8]

O trabalho do autor é significativo para pensarmos que os trabalhadores possuem seus próprios projetos, os quais se fundamentam na leitura que fazem de sua condição social. Nesse sentido, a condição de classe desses sujeitos é o terreno comum onde estabelecem seus modos de vida, assim como as possibilidades para a disputa de seus interesses e valores. A cidade, portanto, é apresentada como a expressão da relação de protagonismos, confrontados na desigualdade de condições e nas diferentes alternativas presentes no campo das relações sociais.

Esse encaminhamento ainda apresenta a possibilidade de não esquartejarmos os sujeitos nas categorias de análise que apontam para a separação da vida em trabalhar, morar, divertir-se, protestar, reclamar, entre outros tipos de estado da vida das pessoas. Permite, nesse sentido, o reconhecimento de que os mesmos sujeitos enfrentam questões variadas, pressões que desafiam e fixam limites aos seus modos de vida. Permite, portanto, pensarmos na potência de homens completos e complexos ao experimentarem o universo integral de suas relações sociais.

Formular como marcos do ser trabalhador na cidade o que dá sentido à vida desses sujeitos abre a possibilidade, para a narrativa histórica, de compor um enredo que trate de práticas da experiência social que, em muitos casos, só são percebidas à luz de projetos que não são ambicionados e formulados por trabalhadores. Isso instiga questionamentos sobre os procedimentos que apresentam determinados trabalhadores como coadjuvantes, atores

---

[7] SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação:* a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, Série HIPÓTESE, 1995.
[8] Idem. p.55

definidos em um processo que estabelece sua existência antes mesmo de existirem enquanto sujeitos sociais.

Nesse sentido, busquei discutir a visibilidade de outros marcos, portanto de outros projetos, de outras práticas, de outras memórias. Tentei abrir o "processo histórico" que trata de marcos já definidos para, assim, pensarmos em outras histórias. Mas, da minha parte, não se tratou de compor em paralelo um conjunto de marcos, de projetos, de práticas ou de memórias. Ou ainda, ao pensar em outras histórias não se tratou de desconsiderar a compreensão de um processo integral. Integral na medida em que exige que coloquemos em diálogo os diferentes projetos e as muitas memórias. Foi aí, na composição dessa trama, que busquei apresentar a cidade em sua história social. Nesse caminho, Thompson foi inspiração quando sugere que ... *histórias distintas devem ser reunidas no mesmo tempo histórico, o tempo em que o processo se realiza. Esse processo integral é o objetivo final do conhecimento histórico*[9].

Foi o processo histórico, que se estabeleceu a partir da movimentação dos trabalhadores na cidade, que propus como discussão. Foi na movimentação social do ser trabalhador na cidade que encontrei a trama para esta dissertação. Foi instigado pela sugestão sociológica de Eder Sader, a de que os *movimentos sociais devem ser percebidos como modalidades particulares das experiências vividas pelos trabalhadores*[10], que propus recolocar essa questão no campo da produção do conhecimento histórico. Busquei na experiência social dos trabalhadores o processo histórico que estabeleceu a cidade enquanto terreno comum e conflitante.

Entendo que assim propus a produção do conhecimento histórico como instrumento de enfrentamento político das relações de desigualdade que vivemos na cidade. Pensando sobre a condição de classe dos trabalhadores, perguntei: como esses sujeitos estão lutando para conquistarem suas moradias? Como fazem quando precisam do atendimento público de saúde e se deparam com seus limites? Como lidam com a pressão da necessidade de se locomoverem na cidade por meio do transporte coletivo?

---

[9] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zarrar, 1981. p.111

[10] SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena:* experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.311-312.

Acredito que seja possível discutirmos determinados posicionamentos, identificarmo-nos com certos valores e, ainda, enfrentarmos interesses específicos que se arrogam consensuais. Se percebemos as desigualdades construídas nas relações capitalistas que vivemos nas cidades enquanto relações de classes, então podemos denunciá-las e problematizá-las em suas constituições.

No diálogo com trabalhadores desta cidade, percebi que os modos como vivem e valoram suas experiências marcam uma dinâmica de dissidências e identificações. Pensando sobre isso me voltei à uma reflexão de Portelli onde, argumentando sobre "O que faz a história oral diferente", percebi provocações relevantes em seu posicionamento ao polemizar com historiadores. Portelli se colocou da seguinte maneira:

> *A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. "Parcialidade" aqui permanece simultaneamente como "inconclusa" e como "tomar partido": (...) já que os "lados" existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e "fontes" estão dificilmente do mesmo "lado". A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como "conflito" e confrontação como "busca pela unidade" – é uma das coisas que faz a história oral interessante.*[11]

O literato italiano, colocando-se como partidário da história oral, defende a produção das entrevistas como produto do reconhecimento da diferença construída entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. Para Portelli, os trabalhadores são os personagens com os quais se propôs dialogar. O autor reconhece nesse encaminhamento o confronto do pesquisador com a diferença social, mas, também, com a desigualdade de classes, da qual podemos ser expressão no momento da produção da entrevista. Nesse sentido, a busca da identificação com os trabalhadores está, não na igualdade ou na unicidade de um certo posicionamento, mas na prospecção do interesse pela composição com esses sujeitos. Essa confrontação é o que sugere como interessante na defesa que faz dos seus posicionamentos.

Portelli aponta, em seu texto, que a incorporação desse procedimento seria responsável pela seguinte mudança na produção historiográfica:

---

[11] PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev./1997.

> *Escritores tradicionais de história apresentam-se usualmente no papel que a teoria literária descreve como "narrador onisciente". Eles relatam eventos dos quais não fazem parte, e que dominam inteiramente e de cima (acima da consciência dos próprios participantes), na terceira pessoa. Parecem ser imparciais e desligados, nunca entrando na narrativa exceto para fazer comentários paralelos, à maneira de alguns novelistas do séculos XIX. A história oral muda a forma de escrever da história da mesma maneira que a novela moderna transformou a forma de escrever da ficção literária: a mais importante mudança é que o narrador é agora empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história.*[12]

A discussão da relevância, da especificidade e da validade do que foi apresentado como história oral, essa pensada enquanto um gênero de produção acadêmica, ao mesmo tempo que uma forma de envolvimento político dos seus propositores, estabeleceu posicionamentos como esses. Entendo o encaminhamento de Portelli como instigante e provocador frente ao desafio da produção do conhecimento histórico.

Mas, para mim, tomar suas considerações como instigante para a produção do conhecimento histórico significa, como sugeriu, recolocar o modo de encaminhar os procedimentos que envolvem o historiador no diálogo que busca estabelecer com as relações que evidencia na problematização das questões que propõe. Nesse sentido, penso que isso significa algo maior do que incorporar as fontes orais na produção do saber historiográfico. Mesmo que reconheça a importância que a discussão dessa incorporação vem provocando. Até mesmo porque incorporar as fontes orais pode ser um caminho importante, mas não suficiente, ou exclusivo, para a produção de um conhecimento partilhado na identificação de uma sociedade mais justa.

Talvez seja hora de incorporar, mais do que as fontes orais, o procedimento de produção e discussão dessas fontes no olhar destinado ao conjunto das outras fontes e também à narrativa historiográfica que tenta articulá-las como experiências sociais, como práticas de relações sociais. Fazer isso, enquanto diálogo na produção da narrativa do historiador, é reconhecer os valores e os interesses dos sujeitos que chamamos para a discussão do tempo histórico, explicitando, ao mesmo tempo, os nossos próprios interesses e valores. Esse procedimento é o que considero de maior importância nas indicações de Portelli.

---

[12] Idem.

Nesse caminho, busquei compor a narrativa do trabalho a partir do diálogo com as diversas narrativas expressas nas fontes. Essas narrativas foram pensadas como a apreensão de práticas engendradas nas ações do ser trabalhador na cidade. A minha confrontação com os sujeitos da pesquisa, no rastro do que foi indicado por Portelli, orientou o encadeamento e a exposição das minhas questões. Foi assim que julguei pertinente e desafiador lidar com as entrevistas, mas também com os procedimentos administrativos ajuizados na Promotoria Estadual, cartas enviadas aos programas de televisão, fichas de reclamação endereçadas a órgãos do Poder Público, correspondências enviadas à Câmara Municipal; assim como panfletos, boletins, ofícios, correspondências e relatórios de entidades como Associações de Moradores, Pastoral Operária e Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia.

A busca por esses materiais expôs situações em que percebi prestígios, indiferenças e também desprezo pelo ofício de historiador, assim como reconhecimento e menosprezo pela discussão dos modos como vivem e lutam os trabalhadores. Desde o café oferecido nas casas modestas das pessoas com quem conversei às muitas recusas presentes no relacionamento que busquei com agentes dos órgãos vinculados ao Poder Público. Essas fontes trouxeram um repertório contraditório e pulsante, que passa pelo custo de vida, pelos limites e pressões experimentados socialmente, por decisões desiguais para solucionar problemas, por modos de viver e produzir alternativas que os trabalhadores constituem para transformar necessidades em possibilidades. Caminhos construídos na contramão do consenso, indicando o anseio por conquistas. Resistências legitimadas e autorizadas pelas condições de vida que fomentam a luta de classes, contrariando perspectivas que vêem nessas práticas ações espontâneas, isoladas e inexpressivas de um enredo de desencanto e apatia.

Esse percurso foi afirmando a percepção de que as contradições e a tensão estão presentes nas relações sociais, informou os modos como sujeitos experienciam o que é viver como trabalhador na/a cidade. Com a pesquisa busquei apontar, portanto, os sentidos dessa condição, assim como das formas de tensão, nas práticas em que são formuladas, nas historicidades de suas configurações. Busquei colocar em questão a potência de trabalhadores que viveram e vivem a cidade.

Nesse sentido, foi necessário colocar em foco a relação de poder estabelecida em Uberlândia. Tratei do modo como os trabalhadores se relacionam, construindo identificações e diferenciações entre os “outros” moradores. Tentei reconhecer a tensão de classe no que há de mais corriqueiro ao se viver e disputar a cidade. Esta foi a inquietação que propus destrinchar nesta dissertação.

Ao pensar a vida dos trabalhadores na cidade, é possível dizer que há processo histórico nas relações sociais, sem necessariamente apontar para uma reforma urbana? Ou, sem tomar como marco uma certa noção de organização política na luta por direitos? Como dizer que há historicidade e processo nas relações sociais onde a historiografia não autorizou um marco de transformação a ser investigado no campo do conhecimento histórico?

Há processo histórico na rotina da vida ao ser trabalhador? A experiência da luta por moradia nas cidades ajuda a pensar o modo como os trabalhadores compreendem suas vidas? Pegar um ônibus coletivo na cidade diz de uma relação classista? Procurar um médico na rede pública de saúde pode falar do que é viver e disputar a cidade? Acredito que apresentei uma questão histórica ao me incomodar com essas experiências, sendo que, ainda, apontei uma possibilidade de investigação historiográfica para tratá-las.

Para colocar essas questões em movimento foi necessário “entrar” na cidade, visualizar seus trabalhadores e evidenciar suas relações. A maneira proposta, para este trabalho, foi encontrar os trabalhadores quando buscavam conquistar suas casas, quando procuravam transitar na cidade pelo ônibus coletivo, quando buscavam o atendimento público de saúde. Sugerir essas relações sem que sejam tomadas como situações dissociadas da vida das pessoas que as empreenderam foi um desafio. Dizer que essas são práticas que expressam a historicidade da vida das pessoas ao se relacionarem na feitura da cidade foi um problema enfrentado.

Minha experiência social, no entanto, provocou a disposição para o enfrentamento dessas questões: a incerteza de muitas pessoas com quem convivi ao procurarem garantir uma casa para si e para seus familiares; a agonia nas filas de hospitais e postos de saúde que desafiam a capacidade de atuação em momentos tão extremos como a doença e o sofrimento dos que estão próximos; a aflição do ônibus que não passa e que provoca

constrangimentos e demissões. Essas são situações que, cotidianamente, desafiaram e desafiam o relacionamento na sociedade capitalista ao ser trabalhador.

A expectativa foi problematizar o modo como os trabalhadores vivem, relacionam-se e experienciam a condição de classe. Ao viverem a cidade, o que valoram como importante? O que querem frente ao modo como vivem suas vidas? O que esperam e produzem na cidade?

A desigualdade e a diferença, presente nos modos de vida dos trabalhadores, colocam em movimento uma convivência tensa de valores e de interesses. A condição de ter acesso ao tratamento público de saúde, à moradia e ao transporte coletivo, o que a rigor é um direito, revelou pressões e indicou limites ao se viver a cidade. Nesse caminho, coloquei como questão o que foi e o que é ser trabalhador em Uberlândia no final do século XX e início do século XXI.

Tentei formular essas questões a partir da organização de três capítulos. No primeiro, que chamei *Buscando espaços, construindo histórias. Trabalhadores na cidade de Uberlândia*, evidenciei a diversidade de possibilidades e expectativas vividas por trabalhadores ao compartilharem a cidade como terreno comum. Coloquei em questão uma experiência social marcada pela desigualdade, mas, também, pontuada pela divisão de valores mesmo entre os trabalhadores. Para essa reflexão, parti da luta empreendida por trabalhadores para conquistarem suas moradias. Ao se movimentarem por essa expectativa, deixaram perceber como viviam, o que pensavam e o que esperavam de suas vidas na cidade. Indicaram, portanto, sua própria condição de classe.

Mobilizei, para essa análise, a discussão de entrevistas que produzi com trabalhadores, assim como matérias de jornais que, sobre perspectivas específicas, buscavam dar sentido à vida na cidade. Também utilizei algumas cartas escritas e enviadas por trabalhadores a programas de televisão. E, ao tentar articular essas fontes, busquei confrontar os trabalhadores frente às possibilidades históricas que construíam para suas vidas ao buscarem seus espaços na cidade.

No segundo capítulo, *Práticas sociais em movimento. Confrontação de valores e interesses*, aprofundei o enfrentamento das questões sustentadas nas relações vividas pelos/entre trabalhadores. O objetivo foi destacar a problematização de uma certa noção de

“identidade de classe”. A questão que coloquei foi pensada a partir da movimentação de lutas de trabalhadores a partir da formulação de suas práticas sociais, repercutindo a apreensão social que elaboravam em suas condutas ao lidarem com a necessidade de recorrerem aos ônibus urbanos como modo de percorrerem/viverem a cidade. Argumento que, ao se deslocarem e se relacionarem na cidade, os trabalhadores tratam do que é compartilhar territórios comuns, estes estabelecidos em um campo de convivência desigual, marcado por disputas, solidariedades e concorrências.

Articulei, para essa reflexão, Fichas de Reclamação preenchidas por trabalhadores na Sessão de Controle e Fiscalização do Transporte Coletivo, vinculada à Secretaria de Trânsito e Transporte, assim como correspondências enviadas por trabalhadores à Câmara Municipal. Utilizei, também, boletins, panfletos e ofícios produzidos por trabalhadores em Associações de Moradores e em organizações como a Pastoral Operária. Essas fontes, juntamente com entrevistas que produzi, foram pensadas como possibilidades de evidenciação de práticas que explicitassem o que considerei como confrontação de valores e interesses ao se viver a cidade enquanto trabalhadores.

No terceiro capítulo, intitulado *Uberlândia, cidade em disputa. Experiências nas relações de classe*, reuni, a partir das lutas de trabalhadores pelo acesso ao atendimento médico no serviço público, questões que tratam da condição de dominação de classe enquanto uma relação classista. Coloquei em movimento o modo como a desigualdade deixa marcas, mas que não anula a potência dos trabalhadores, que não retira a consciência que possuem sobre a vida que levam. Ao mesmo tempo, também evidenciei que suas ações apontam um processo aberto de confrontação de interesses e valores ao se disputar a cidade.

Buscando em certas práticas sociais a movimentação do fazer-se das relações classistas, evidenciando aí um processo histórico sendo construído, atentei-me a Procedimentos Administrativos ajuizados por trabalhadores na Promotoria Estadual, falas de trabalhadores tecidas em matérias de jornais, cartas escritas e entregues a programas de televisão, relatórios e correspondências gestadas no Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia.

Apresento e discuto a cidade a partir do que é ser trabalhador. Discuto os modos como vivem e lutam para conquistarem suas casas, os esforços que empreendem para terem ônibus que atendam suas necessidades e as ações que buscam encetar para conseguirem o atendimento público de saúde. Esses trabalhadores moram em vários lugares da cidade e se relacionam cotidianamente, assim como também se relacionam com o Poder Público e com seus patrões.

Busquei pensar essas questões como dinâmica de uma relação classista. Procurei problematizar a composição e a dissidência de classe como balizadora de um campo de tensão social. A cidade, portanto, aparece como expressão da luta de classes, como produto das relações capitalistas do seu tempo, as quais são formuladas, contudo, nas práticas sociais de sujeitos que viveram e vivem a cidade de Uberlândia nessas últimas três décadas. Certamente que os trabalhadores vivem essas e outras questões como um mesmo universo em sua condição de classe, portanto, apesar de partir dessas questões o que se colocou foi discutir como suas práticas, enquanto experiências sociais, apontam para uma condição de ser trabalhador que está se movimentando no próprio fazer-se da classe.

# *CAPÍTULO 1*

## *BUSCANDO ESPAÇOS, CONSTRUINDO HISTÓRIAS*
## Trabalhadores na cidade de Uberlândia

*A gente aí se espremendo, se escrevendo*
*para aparecer na borra dos séculos*
*enquanto a história*
*– faz vista grossa.*

Affonso Romano de Sant'Anna

Charles nasceu em Uberlândia, 11 de julho de 1982. Com 26 anos, é funcionário público, trabalha no Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE. Está empregado como funcionário de nível técnico, na área de informática. É casado e acabou de adquirir a casa própria na cidade. Conversei com ele sobre como está vendo essa conquista. Sugeri que relacionasse a experiência que tem agora, como proprietário de sua casa, com a dos seus pais, quando estes conseguiram comprar a casa da família, a 20 anos atrás. Sobre essa questão, formulada em março de 2009, colocou-se da seguinte maneira:

> *Eu vejo uma melhora no poder de compra das pessoas. Tanto que os meus vizinhos lá empolgaram. Vejo isso ... o pessoal está mais invocado assim, "Ah, eu posso comprar uma televisão de 32, 42, 50 polegadas." "Eu posso comprar uma piscina." Meu vizinho comprou uma piscina de R$ 3 mil, ele não ganha mais do que eu. Foi lá todo contente, beleza, ótimo. Mas a preocupação é outra, sabe? Mesmo eu morando numa casa cedida do meu pai, quando eu casei eu tinha televisão, eu tinha cozinha completa, fogão, geladeira e armários. Eu tinha cama e colchão de mola. Eu trabalhava. Mas quando meu pai comprou a casa dele ele também trabalhava, ele ganhava mais do que eu em relação de salários mínimos. Mas aí tinha inflação, tinha um monte de outras coisas. Meu pai morou a vida inteira de aluguel. Então, aquela casa, aquela situação, daquele jeito que a gente morou, foi assim, como eu comparo a minha realização de sonho de ter a casa própria, nem chega aos pés do que foi para o meu pai e para a minha mãe, entendeu? Eu vendo aquela dificuldade, por mais que tinha tudo que a gente passava, eu sempre via eles dizendo, "Graças a Deus que a gente tem a nossa casa". Então, valoriza demais aquilo. Por mais que uma criança não tenha muita noção do que significava aquilo, para o meu pai e para a minha mãe era muita coisa. Já hoje eu vejo o seguinte, eu tenho esses confortos que foram ditos desde que eu me casei. Eu consegui me casar e comprar, antes do casamento, esses móveis e tudo, sabe? Mas, eu não tinha um carro, como muita gente se empenha nisso. O outro vizinho agora que ele foi para a casa dele, ele comprou um carrão. Está todo contente com o carro dele. Beleza, eu quero comprar um fusquinha, minha urgência agora é comprar um fusquinha pra mim deslocar. Não estou reclamando, falando que o certo é fazer isso, só que eu acho que a minha prioridade é essa. É aquilo, ele está suprindo uma necessidade de consumo dele,*

*como eu supro a minha de algumas outras formas. Eu compro livros, eu compro quadrinhos, eu compro filmes, cds de música. São supérfluos? Você vive sem? Vive. Mas depende, você acha, você compra. Mas é uma coisa que o meu pai toda a vida dele ele não teve acesso. Então, a situação que eu vejo hoje, que a gente brincava, é que a Caixa financia até pensamento. Qualquer um, você chega lá e financia uma casa. Você vai pagar 20, 30, 40 anos, mas financia. Então, eu não adquiri a casa própria antes não foi por falta de oportunidade. Eu já fui na Caixa várias vezes fazer os cálculos de quanto seria o limite para eu poder pegar. Ainda mais que eu sou servidor público, tenho uma estabilidade. Não que tenha planos voltados para isso ... O fato é que a minha estabilidade é uma garantia de pagamento, então a liberação é mais fácil, com um crédito maior ... Meu pai, na época dele, ele poderia ter aquilo lá, é o maior sonho, o máximo que ele poderia alcançar. Eu ali no Aparecida [bairro onde morava de aluguel antes de comprar a casa no Jardim das Palmeiras II] eu tinha um leque muito grande de coisas que eu poderia fazer. Eu poderia comprar um apartamento ali mais próximo. Pagar uma prestação maior, num tempo maior também, mas ainda ter a praticidade de morar no Centro. Perto do Centro. Ia ficar mais caro, mas eu acho que ia acabar equilibrando mais ou menos as despesas extras que eu estou tendo hoje. As contas que eu tinha feito naquela época era mais ou menos o que eu estou gastando hoje, não esperava gastar tanto quanto estou gastando agora. Eu ainda não estou contando com as percas que são o desgaste que nós estamos tendo e questão de salário mesmo, que a Fernanda [esposa] perdeu e eu perco também porque é descontado do meu salário os meus atrasos devido ao problema com o ônibus. E além do quê tem os passes e toda a questão do ônibus. Então, eu tinha muitas possibilidades, por isso, às vezes, eu fico olhando aí a questão de falá assim, "Ah, você não dá valor". Eu dô valor, tanto que eu estou lá. Porque as condições de pagamento, se você fosse analisar em questão de investimento, se fosse só dinheiro, se não tivesse toda essa relação de você ir para lá e tudo mais, era extremamente viável. A prestação é baixa, o tempo em relação ao financiamento da Caixa é menor, o valor total que eu vou pagar é muito bom, a taxa de reajuste é mínima. Todos esses balanços foram feitos. Mas o fato de morar lá deixa impraticável várias coisas, dificulta muitas coisas ... E eu me preocupo porque quando eu mudei para lá eu falei para a Fernanda, "Olha, a Caixa abre para quitar em 5 anos, vamos ver se a gente estabiliza em 5 anos e se muda daqui". Ela disse, "Que horrível, credo, você nem passou para a casa já está pensando em vender e saí daí?"Eu pensei. É complicado, porque se isso aqui não crescer, se não trouxer estrutura para cá, vai ser complicado continuar morando aqui, como já é. Pessoal fala, "Não, daqui 5 anos isso aqui está tampado de coisas, isso aqui vai ser outra coisa". E se não for? Quanto tempo o Morumbi não está do jeito que está? O Mansour? Quanto tempo que o Mansour é ruim? Continua ruim, transporte lá é horrível, tudo é longe, a criminalidade lá é o bicho. Ali no Palmeiras a gente tem medo, porque é do lado do Canaã, a criminalidade no Canaã também é reconhecida na cidade inteira, está na lista dos bairros mais terríveis de Uberlândia.*[13]

Charles mora em uma casa construída por uma das ações do Programa Habitacional da Prefeitura de Uberlândia. Sua casa está integrada ao bairro Jardim Holanda, no setor

[13] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

Oeste da cidade, é o Conjunto Residencial Jardim das Palmeiras II[14]. A fala do entrevistado formula um momento de mudanças em sua vida, ao mesmo tempo em que expressa sua condição de classe. Ao procurar discutir a moradia e as condições de vida dos trabalhadores, instigado a evidenciar momentos distintos dessa experiência, coloca em movimento temporalidades que estão elaboradas em sua trajetória ao viver a cidade. A partir de sua experiência social apresenta sentidos ao tempo histórico.

Ao avaliar o momento em que tem acesso à casa própria, conseguida no final de 2008, recoloca e diferencia a situação por que passou com seus pais no final da década de 1980. A casa dos pais fica no bairro Jardim Patrícia, também no setor Oeste da cidade. Ao narrar como e em que condições seus pais conseguiram a casa da família, Charles contou que:

> *Meu pai comprou um terreno e foi construindo. Inclusive, a gente mudô a casa estava bem no início mesmo da construção. Foi o prazo dele colocar a laje, a gente passou para dentro da casa. Não tinha porta, não tinha luz, não tinha água, não tinha telhado na casa. Só tinha laje.*[15]

Mesmo reconhecendo as condições narradas, acredita que os pais valoraram muito mais a condição de terem conseguido a casa do que ele, afinal aquelas eram as suas possibilidades. Conforme seu entendimento, "meu pai, na época dele, ele poderia ter aquilo lá, é o maior sonho, o máximo que ele poderia alcançar", "para o meu pai e para a minha

---

[14] As habitações desse conjunto compõem as ações do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) na cidade, o qual tem o envolvimento da Prefeitura Municipal, da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Sinduscon). As casas desse conjunto começaram a ser entregues no segundo semestre de 2007, sendo que são destinadas às "famílias de baixa renda", que, segundo o Prefeito Odelmo Leão, são "casas populares para atendimento de nossa classe trabalhadora". As casas possuem 53 metros quadrados, divididos em três quartos, sala, cozinha, banheiro e conta, ainda, com um tanque, localizado fora do espaço construído, o qual está caracterizado como área de serviço. As casas do PAR são pensadas para atender famílias com renda de até R$ 1.800,00 – correspondendo a pouco mais de 4,5 salários mínimos vigentes no ano de 2007, sendo que, segundo o presidente do Sinduscon, "essas unidades habitacionais contam com um padrão de construção feito para durar". Talvez essa mensagem seja muito importante para tentar tranqüilizar as mais de 500 famílias que foram morar no Conjunto Residencial Palmeiras II.
Ver em:
- PMU beneficia mais 200 famílias com a entrega de casas, 31 jan. 2007. Disponível em: <http://www3.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=1515&print=1>. Acesso em: 14 set. 2009.
- Prefeitura de Uberlândia/MG avança com projetos habitacionais, 13 jun. 2007. Disponível em: <http://www.triangulomineiro.com/noticia.aspx?visita=true&catNot=65&id=8444&nomeCatNot=Cidades>. Acesso em: 13 jun. 2007.

[15] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

mãe era muita coisa”. Acredito que a noção, sustentada por Charles, de que os pais “poderia ter aquilo (...) o máximo que ele poderia alcançar”, apresenta uma noção de época que busca sugerir uma expectativa comum entre os contemporâneos ao seu pai, como se a conquista do pai fosse uma conquista máxima ambicionada por sujeitos que tinham as mesmas expectativas, uma espécie de parâmetro comum de interesses e conquistas. Penso que o tempo recolocado por Charles para falar da vida dos pais tenha sido mais dividido nas possibilidades construídas pelos diversos trabalhadores.

Quanto à casa de Charles, ao falar do seu tempo e do modo como vive, revelou que tem água encanada, luz, telhado e também tem porta. No entanto, fez questão de mencionar que enfrenta dificuldades e que tem receios quanto as previsões mais otimistas para as melhorias futuras do bairro. Chega a relacionar o lugar onde mora com outros lugares da cidade que julga não ter dado certo, tendo em vista as dificuldades com transporte coletivo, o receio quanto à criminalidade e a compreensão comum de uma certa caracterização pejorativa atribuída aos lugares que menciona quando associado a outros espaços da cidade que acabam sendo um percurso possível para os trabalhadores.

Mas que época é essa a de Charles? Como entender que, dentro dessas circunstâncias, avalie que o seu pai, mesmo vivendo no que considera uma época com mais dificuldades, tenha tido uma conquista maior, mais motivos para comemorar, mesmo vivendo em piores condições? Penso que seja o caso de tratar das relações vividas nessas temporalidades enquanto um processo histórico. Acredito, no entanto, que isso implicará em confrontar as experiências desses sujeitos a um campo de relações mais divido, o qual permitirá discutir as possibilidades diversas e desiguais dos trabalhadores ao viverem o mesmo tempo histórico.

Ao analisar sua fala, observo que acredita que houve uma melhora no poder de compra das pessoas, além disso, aponta outros meandros da vida diária que pressionam necessidades ou mesmo facilitam novas realizações e expectativas. Naquele momento, no final da década de 1980, mesmo o seu pai ganhando relativamente mais, em termos de valor de salário mínimo recebido, comprava menos. Condição de consumo e de garantia das necessidades dos trabalhadores que Charles julga ter melhorado devido ao aumento do crédito para a compra de mercadorias nos comércios, de imóveis financiados pelo Poder Público em Sistemas Habitacionais e na garantia do controle da inflação.

Quando destaca que antes mesmo de se casar já possuía grande parte dos móveis da casa, essa é uma distinção que faz questão de marcar frente à condição de escassez vivida por sua família quando este ainda era criança, uma condição que é representativa da classe trabalhadora. Mas, não deixou de mencionar que ao focar na conquista dos móveis da casa não comprou um carro, o que frente às suas dificuldades com o transporte público lhe faz falta hoje e, portanto, seria muito útil, indicando que, nesse momento, essa é a "minha urgência". Uma urgência que se constitui como tal na movimentação das expectativas ao se viver a cidade e não em algo definido a priori, fora da dinâmica do que é vivido.

Frente ao que percebe como uma época de maior acesso ao consumo, parece sugerir distinções nas práticas de compras das mercadorias entre seus contemporâneos. Mesmo reconhecendo o que apresenta como necessidade de consumo, julga que há necessidades diferentes porque elas não se restringem ao apelo mercadológico, mas dialogam com o campo de urgências experimentadas, nas pressões de trabalho, moradia, lazer e sobrevivência.

Ao mostrar estranheza frente aos desejos de seus vizinhos por televisões gigantes, piscinas e carrões, diz que necessita de um fusquinha, pois precisa se locomover na cidade. Revelando, ainda, que não abre mão dos livros, dos gibis, dos cds e dos filmes, mesmo supondo que são supérfluos, pois, dentro de certas circunstâncias, "depende, você acha, você compra". Parece insinuar que, diante das ofertas do que considera uma época de consumo, há a necessidade de priorizar certas expectativas, apontando para limitações na capacidade de compra dos trabalhadores, o que aparece confrontado por seus valores.

Charles foi enfático ao afirmar que não faltaram oportunidades para que pudesse comprar a casa antes mesmo de ter sido beneficiado pelo Programa Habitacional da Prefeitura. Uma colocação que permite abrir algumas contradições desse universo de relações dos trabalhadores, pois ao evidenciar que o ter casa poderia há muito ser uma expectativa possível, a insegurança em adentrar em um financiamento longo e caro, ou ainda em um mais acessível mas para residir em lugares com infra-estrutura que não atendesse suas necessidades, dificultavam a aceitação dessa "possibilidade" tão próxima de ter casa.

A estabilidade no emprego devido à sua condição de funcionário público soa como uma oportunidade diferenciada frente aos demais trabalhadores que não possuem

estabilidade no emprego e que, portanto, poderiam encontrar maiores dificuldades para possuírem a casa própria. Mas, analisando a aquisição que fez, disse que morando onde comprou a sua casa, muitas outras coisas ficaram comprometidas, que sua vida na cidade se tornou mais dificultosa.

O entrevistado não abriu mão de dizer que tinha muitas outras possibilidades para realizar a compra da casa e que isso seria a grande diferença da sua época para a época em que os pais conseguiram a casa da família. Os pais não teriam tido possibilidades de consumo, como se tivessem sido reféns dessa condição, como se tivessem sido reféns da época em que viveram:

> *Eu mudei eu tinha 8, tinha acabado de completar 8 anos. Eu lembro muito mais da parte da experiência de não ter TV como incômodo. O fato da gente levantar para ir para escola, tudo a luz de velas, tomar banho de caneca, essas coisas assim. Mas eu não tenho uma lembrança ruim disso. O que me marcou mais foi o sofrimento do meu pai e minha mãe teve, principalmente nas chuvas, porque você tinha que correr no escuro para acudir a água, porque nos bocal, no local onde coloca o bocal da lâmpada, era simplesmente um buraco por onde vazava água. Gotejava pela casa inteira, então estragava os poucos móveis, estragava tudo.*[16]

A meu ver, ao contrário de Charles, o pai não considerou a possibilidade de morar em um Conjunto Habitacional. Julgou que qualquer coisa era melhor do que morar numa casa de Conjunto, algo que deixou transparecer ao longo de nossa conversa. Foi com essa expectativa que propôs para si e para a família o desafio de tentar construir a sua própria casa. Tentar fazer escolhas mesmo diante as pressões que se colocam ao se viver enquanto trabalhador, uma condição de classe percebida no empenho que procurava deslegitimar uma lógica de ocupação da cidade por muitos trabalhadores.

Portanto, essa foi uma das formas de enfrentar as condições dessa escolha na sociedade em que vivia. Conforme o próprio Charles mencionou em sua fala, as necessidades podem não ser mensuradas apenas por uma equação monetária, por mais contraditório que isso possa parecer.

Por tudo isso, pretendo colocar em questão, no decorrer deste capítulo, noções de época que se evidenciam ao problematizar o modo como Charles organiza sua compreensão do tempo histórico. Debaterei com uma noção que é recorrentemente proposta para dizer

[16] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

das possibilidades e impossibilidades históricas vividas pelos trabalhadores. Como se a época estabelecesse as condições sociais a serem vividas.

Acredito ser importante problematizar os valores que os homens constroem e disputam para suas vidas, tanto quanto as condições em que os disputam, evidenciando a construção de um processo histórico erigido nas relações e não na revelação de épocas. Talvez isso ajude a dividir a noção monolítica de época e o sentido de tempo histórico que aponta para uma história que paira sobre a vida dos homens, que determina as relações sociais.

Nesse sentido, vale a pena ampliar essa discussão. E por esse caminho, conheci Sebastião que, assim como Charles considerou a possibilidade de morar em Conjuntos Habitacionais como uma maneira que julgou mais viável para a conquista de seu espaço na cidade. Nascido em Belo Horizonte, veio para Uberlândia no final da década de 1970. Casado, com três filhos, assim como os pais de Charles só conseguiu sua casa após certo tempo que estava na cidade. Com 62 anos, ao falar, em janeiro de 2009, sobre como conseguiu comprar sua casa em 1980, disse o seguinte:

> *Surgiu o Conjunto Alvorada. Tinha o Colibri e o Alvorada. Oh, o quê que eu fiz. Por causa de 5 mil, porque eu não tinha condições, eu fui para o Alvorada. Eu tinha que dá 42 no Colibri, que é o Custódio Pereira hoje, lá embaixo, perto do Posto da Matinha. E o Alvorada, mais para lá, que era 37. Eu tinha 2 mil no bolso quando eu comprei. Eu quase morri de trabalhar. Eu já estava aqui [trabalhando como auxiliar de enfermagem no Hospital das Clínicas de Uberlândia/UFU]. Fazia plantão aqui de 12 horas. Saía daqui, a minha roupa já ficava na casa da minha sogra, eu chegava lá, eu tirava a roupa branca e vestia uma roupa de orêa, de orêa mesmo, que eu trabalhava de servente. Trabalhei muito tempo de servente. Para pagar a entrada da casa! E final de semana eu pegava serviço de garçom ainda. Quando eu não estava aqui [trabalhando no hospital] eu pegava serviço de garçom. Até, graças a Deus, deu certo né. E eu continuei. Dei a entrada. Murei. E mudei para lá. E lá nós ficamos um determinado tempo. Eu aumentei a casa tudo, arrumei tudo. Gastei 7 anos arrumando a minha casa.*[17]

Sebastião, e tantos outros trabalhadores, adquiriram suas casas na cidade por meio de Programas Habitacionais, os quais, na maior parte das vezes, traduziram-se na

[17] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

construção de Conjuntos Habitacionais[18]. Insuficientes frente à demanda, essas propostas de moradia foram e continuam disputadas. Conseguir uma das milhares de casas que estavam sendo erguidas no entorno da cidade não era tarefa das mais fáceis. Ao se viver a cidade, certamente o esforço de Sebastião não foi uma novidade, nem precisa ser tratado como uma eventualidade histórica.

O trabalhador, compreendendo a disposição dos Conjuntos Habitacionais que eram construídos em Uberlândia, portanto entendendo a própria cidade, sabia muito bem o que valorizava e o que desvalorizava os imóveis que estavam sendo colocados à venda pelo Poder Público. A distância do que se caracterizava como centro urbano era um importante requisito, além da ausência/presença de benfeitorias públicas.

Apesar do seu lamento, procurou o mais distante, no extremo Leste da cidade, o que já lhe impunha, frente aos custos demandados, uma jornada de trabalho que poderia chegar a 18 horas diárias. Precisava se dedicar a dois ou três empregos, essa era a condição para vislumbrar a compra da casa. Como mencionou, tinha que largar o imponente jaleco branco para colocar as roupas mais velhas e surradas para enfrentar a lida com o cimento e o cal das construções.

Sebastião não trabalhou todo o tempo de sua vida nesse ritmo. Certamente por isso, por acreditar que era um esforço extra e momentâneo, foi que enfrentou um desafio tão duro. Tinha que dar a entrada para a compra da casa da família. Um único emprego, o trabalho no qual se profissionalizou, mesmo trabalhando 12 horas ininterruptas, não lhe remunerava o suficiente para o cumprimento dessa expectativa. Mas Sebastião, avaliando hoje o seu esforço, tem uma certeza, "graças a Deus deu tudo certo, né?". Não só comprou a casa, como conseguiu cumprir com todas as prestações e ambicionar novas conquistas – reformas, venda do imóvel etc.

Julgando que a casa que lhe entregaram estava inacabada, lembrou que gastou 7 anos para terminá-la. Talvez seja dessa sensação de término, construída a cada tijolo que comprou e que foi assentado, que tira a convicção de tarefa cumprida. Mas hoje, 29 anos

[18] Sobre a tentativa de organizar uma explicação sobre o que foi a política de conjuntos habitacionais da década de 1980 e como essa teria sido efetivada na cidade de Uberlândia, a partir da preocupação em discutir como os moradores desses lugares viveram essa política, tendo em vista o modo como estabeleceram suas relações com esses lugares, ver:
- REIS, Máucia Vieira dos. *Entre viver e morar: experiências dos moradores de Conjuntos Habitacionais (Uberlândia – anos 1980/1990)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

depois, não mora mais no Conjunto Alvorada. Mora no bairro Custódio Pereira, local onde, naquele momento, não havia conseguido comprar nem mesmo uma das casas disponibilizadas pelos Programas Habitacionais da década de 1980. Hoje, mora em uma parte muito valorizada deste bairro, lugar que muitos apontariam como uma "área nobre" da cidade. Uma compreensão comum que, Sebastião um pouco desconcertado, procura contornar dizendo que a mudança foi pensada como uma comodidade funcional, a de morar mais perto do local de trabalho.

Sobre essas áreas que são apontadas como nobres ao se pensar a vida na cidade, o próprio Sebastião, ao falar da venda da casa no Conjunto Alvorada, devido ao que chamou, de um modo geral, de busca por melhora, contou que, *"Depois dela prontinha, bonita, arrumada (inclusive, quando a mulher da Caixa foi avaliar a casa, ela disse, 'Nossa, se essa casa fosse lá em baixo valia 200 mil'), eu vendi por 30"*.

Mas, o que está em questão com essa conversa sobre o "lá em baixo" e o Conjunto Alvorada? O que é que faz um agente do Poder Público, como uma funcionária da Caixa Econômica Federal, responsável pela avaliação dos imóveis a ser financiado pela instituição, elaborar essa compreensão partilhada por Sebastião? Essa inquietação é compreensível na historicidade desse processo, pois a desigualdade que pressionou Sebastião a comprar a casa no bairro Alvorada não o impediu de buscar conforto em sua moradia, adequar a casa aos poucos, diante o que era, ao mesmo tempo, necessidade e anseio da família. E, mesmo na venda, ficou a marca dessa desigualdade, a valorização irrisória que o esforço de seu trabalho teve na avaliação classista de mercado apontava que a casa, mesmo "prontinha", estava no bairro Alvorada.

Dona Maria, talvez explicite mais sobre essa questão. Junto com sua família também comprou uma das casas do Conjunto Alvorada em 1980. Em conversa que tivemos em 2005, onde discutíamos as dificuldades que enfrentava ao morar no Conjunto, tratando da questão da valorização do lugar onde mora na cidade, disse que não via como sair de lá, de se mudar para outro lugar da cidade como sendo esta uma das possibilidades de superar os problemas que enfrentava.

> *Como é que nós vai ficar? Você vai vender uma casa dessa não dá nem para comprar uma lá em baixo ... Tem uma sogra da minha fia, é na segunda rua, ela vendeu a casa dela aqui por 28 mil. Comprou uma lá em baixo por 50. Como é que*

> *vai fazer? Não tem como ... Como diz a história, nós entrou aqui, só para o Bom Pastor [Cemitério Público] mesmo (risos). Porque não tem saída não. Não tem saída aqui não viu.*[19]

A mudança de casa e do lugar da cidade onde mora, como desvio das dificuldades que se enfrenta ao viver a cidade, não é uma saída para todos os trabalhadores. A compreensão de Maria expressa relações sociais desiguais. Os diversos trabalhadores, em suas desigualdades, encontram possibilidades distintas e constroem caminhos variados.

A condição de Sebastião, na década de 1980, como funcionário público que não gozava da estabilidade no emprego, afirmada como distinção social por Charles em 2009, não lhe instigava a pensar em muitas possibilidades que não fosse a casa do Conjunto Alvorada, mesmo com as dificuldades que enfrentava ao morar naquele lugar da cidade naquele momento, uma condição de classe visível nas ruas sem calçamento, nas dificuldades com o transporte, entre tantas outras questões comuns ao modo de vida dos trabalhadores.

Em 2004, quando se mudou do Alvorada, o momento já era outro. Agora, efetivado no cargo público de auxiliar de enfermagem, no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, e com os filhos todos criados e independentes, como fez questão de mencionar no decorrer da entrevista, as possibilidades já pareciam mais abertas. Mesmo com a casa finalizada, com maior comodidade e um ritmo de trabalho menos desgastante, deu-se o direito de pensar em novas mudanças, melhorias que oferecessem mais comodidade para a família.

Dona Maria, por sua vez, foi enfática, “nós entrou aqui, só para o Bom Pastor mesmo”. A mãe de 5 filhos, casada com um motorista de caminhão, que havia saído do Estado de Pernambuco, passado por São Paulo e Goiânia, chegou em Uberlândia no final da década de 1970. Veio em busca do que esperava ser uma vida melhor.

Viu muitas pessoas, que compraram a casa junto com ela, saírem do Alvorada para outros lugares da cidade, mas sabe muito bem quanto custa essa mudança. Uma casa “lá em baixo”, mesmo que no conjunto habitacional vizinho, o Conjunto Segismundo Pereira, imporia a ela o dobro do que havia conquistado com a aquisição do imóvel que conseguiu comprar no Alvorada. Ao reconhecer que essa seria uma saída possível e legítima para se

[19] Entrevista concedida ao autor por Maria (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 28 de março de 2005. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

viver melhor em Uberlândia, argumentou, no entanto, que não consegue pagar o preço que tal situação exigiria. Lembrou que no horizonte de possibilidades que vislumbra para sua vida essa é uma questão que “não tem saída não”. Um fatalismo que expressa sua condição de classe, a qual indica um campo de questões que pressiona a vida dos trabalhadores e que limita alguns enfrentamentos, pois há outros, na urgência ordinária, forçando a lida com os campos de possibilidade e de pressão.

Maria, com 62 anos, viúva, mora na última rua do Conjunto Alvorada, a qual faz divisa com uma plantação de soja que fica entre o lugar onde mora e as demais áreas da cidade, conforme pode ser visualizado no mapa a seguir. Essa imagem, do mapa I, traduz parte de seu descontentamento e dos limites que as condições de vida podem encontrar pela frente ao lidar com o onde morar. Permanecer em um bairro onde, aparentemente, reconhece não ter tantos atrativos, mas sim desafios, pressiona, constantemente, suas práticas de pertencimento e direito à cidade.

# MAPA I - UBERLÂNDIA - SETOR LESTE - B. ALVORADA

Atualização: Agosto/2009

DETALHE
Escala 1:4000

SITUAÇÃO
Escala Gráfica

LEGENDA

- SETOR NORTE
- SETOR SUL
- SETOR LESTE
- SETOR OESTE
- SETOR CENTRAL
- LIMITE - PERÍMETRO URBANO
- CASA - DONA MARIA

MAPA DE BAIRROS INTEGRADOS
FONTE: SEPLAN/2009

PESQUISA E LAYOUT: GLAUBER S. FREITAS

Tendo como referência a permanência da plantação de soja como algo que divide o lugar onde mora das outras áreas da cidade, avalia o que mudou e o que permaneceu em sua vida, no período em que está na cidade e mora no Conjunto Alvorada.

> *O Alvorada não muda. O Alvorada continua a mesma coisa desde quando eu entrei aqui. O bairro não cresce, não tem farmácia, agora que tem um postinho de saúde, mas atende 10 pessoas só por dia, só na parte da manhã, na parte da tarde não atende paciente nenhum. Se adoecer tem que correr, ou para a UAI ou para a Medicina. Você vê, o Alvorada não cresce, e tem essa soja aqui na frente, a soja é o trumento de sempre: é lixo, é cobra, é escorpião, é tudo que você pensar, é rato ... fora de brincadeira viu. É como eu te falo, o Alvorada ele foi muito ruim, agora ele está melhorando, mas num chegou no ponto que os morador qué não.*[20]

As mudanças, que compõem um processo que é percebido ainda em aberto, apontam, juntamente com a permanência de dificuldades, uma dinâmica de lutas e embates. As incertezas do atendimento médico, assim como o convívio com os insetos, são apontados por Maria como a expressão da condição do ser trabalhador na cidade. Cuidando da casa e dos filhos, na maior parte sozinha, devido as ausências do marido que passava grande parte do tempo trabalhando nas viagens que fazia, não lhe faltaram situações em que foi muito exigida na rotina da vida que tinha:

> *Tem 25 anos que eu mudei pra cá ... Eu tinha um filho de nove meses de idade, ele foi intoxicado pelo veneno da soja, eu ia de a pé daqui na Medicina, de noite, sozinha, eu e ele. Ai, quando eu tinha medo, porque aqui tinha muito mato, quando eu via que vinha gente na rua eu escondia dentro do mato, quando o pessoal passava eu saía. Mas foi uma luta muito grande. Depois de 3 meses, aí veio o coletivo, 3 vezes no dia: às 6 da manhã, ½ dia e 6 horas da tarde.*[21]

A partir das falas elaboradas por Maria e Sebastião se torna compreensiva a preocupação formulada na narrativa de Charles quanto às condições vividas no lugar onde mora. Charles também tem o cerrado como vista da porta da sua casa, um dos limites da cidade. A condição comum de partilhar a cidade em desigualdade, onde muitas vezes esses sujeitos se identificam como trabalhadores pobres, possibilita visualizar horizontes carregados de pressão. Charles, conforme mencionou na compreensão que apresentou da

---

[20] Entrevista concedida ao autor por Maria (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 28 de março de 2005. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.
[21] Entrevista concedida ao autor por Maria (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 28 de março de 2005. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

cidade, sabe dos Conjuntos Alvorada, Mansour, Morumbi e outros tantos que compõem a cidade.

Lida com a expectativa de ter uma vida diferente da vivida por seus pais e por Maria, chega a sonhar com o que julga ser as possibilidades que tem de ter uma vida mais confortável do que a que leva hoje. Mas sabe que são muitas as histórias como as de seus pais, de dona Maria, Sebastião e muitos outros. Reconhece que essas pessoas possuem muitas semelhanças com a trajetória que tem. Mas busca distanciar-se dessas condições da maneira que entende ser mais pertinente, mesmo quando apontam para uma condição comum.

Discutir essas contradições, em suas expectativas e frustrações, evidenciando as condições em que são vividas, as relações em que são mantidas, tendo como ponto de partida as trajetórias dos trabalhadores que vivem a cidade de Uberlândia, assim como o modo como as percebem, é o que proponho.

Entendo que essa cidade se faz (também) nas práticas dos trabalhadores que vivem nela e que a disputam em um estado de tensão que se expressa nas lutas que empreendem para transformá-la, para transformar as relações de desigualdade em que vivem, para transformar suas vidas e o terreno comum que partilham enquanto trabalhadores. Os marcos que orientaram essa narrativa, portanto, são os das experiências de trabalhadores. Esses são os marcos que lhes pertencem, são os marcos que propõem para si.

Charles, dizendo como percebia a vida da família quando criança, no momento que ainda moravam de aluguel, possibilita a discussão sobre a condição de vida dos trabalhadores na cidade. Conta que,

> *Eu morei um grande período no bairro Presidente Roosevelt, foi meu período de 4 a 8 anos de idade* [entre 1985 e 1988]. *Nesse período a gente morou em uma colônia. Eram três casas e era bem bagunçado, sabe? O pessoal visivelmente mexia com coisa ilícita, era uma família muito grande, tinha violência doméstica e coisas desse tipo. Música de tudo quanto é tipo, e tocava muito alto, atrapalhava, sem a menor preocupação de estar prejudicando alguém. Mas, a gente morava de aluguel e a gente convivia com isso durante esse tempo, enquanto meu pai sonhava em comprar um terreno e construir a casa dele. Durante esse período, eu estudava na parte da tarde e meu convívio mesmo, socialmente, era com os meus familiares e com esse pessoal da vila.*[22]

[22] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

A expectativa pela casa própria extrapola a propriedade da casa, apontando para o interesse em ocupar um outro espaço na cidade, o que se sustenta inclusive por essa relação de tensão entre os próprios trabalhadores. A convivência com pessoas que classificou como quem "visivelmente mexia com coisa ilícita", onde percebia que não apresentavam "preocupação de estar prejudicando alguém", pode ser um indício disso. Os modos de lidar e resolver as urgências da vida não eram, nem são, iguais para todos os trabalhadores, apesar da condição comum.

Na colônia moravam pessoas que saíram da cidade vizinha, Ituiutaba, e que recebiam constantemente parentes que vinham tentar a sorte em Uberlândia. Grande parte dos homens trabalhava com caminhão, eram motoristas e chapas, enquanto as mulheres, muitas se empregavam como domésticas, outras se prostituíam, faziam das rodovias um ponto de encontro, mas diz que "isso" era feito de uma forma muito discreta, que todo mundo sabia, mas que ninguém comentava nada.

A recriminação silenciosa de determinados valores talvez se justificasse porque eram os seus vizinhos, pessoas com quem identificava condições comuns, com quem convivia e tinha que se relacionar. Precisava manter uma relação amistosa. Além do mais, uma das famílias era proprietária da colônia. Talvez essa relação fosse tão problemática quanto os custos do aluguel. Talvez preocupasse tanto quanto o orçamento reduzido pelos gastos com o pagamento mensal da moradia. Provavelmente essas questões compunham as expectativas pela casa própria, "sozinha" e "sem mistureira".

A relação entre as crianças também não era menos tensa, as algazarras infantis são apresentadas por Charles com bastante dureza:

> *O Roosevelt, eu lembro muito, tinha uma certa descriminação com alguns bairros. Lá tinha aberto o novo Satélite, isso eu lembro muito. Pessoal falava, "Ih não, você mora no Satélite?!" Tinha muito disso. Pessoal falava, "Não, eu moro no Roosevelt". Apesar de que, bairro que a gente considera, falava, "Não, mora em bairro de povão". Criança brincando na rua, aquela coisa assim, eles [do Roosevelt] ainda se viam melhor que o pessoal que morava no Satélite ... O Satélite era Conjunto, casa de Conjunto. Então, tinha muito isso. Eu lembro que quando saiu ... tudo quanto é conjunto que saía tinha aquela coisa de falar, "Nossa, as casas são ruins". Então, era gente muito pobre ou coisa assim, sabe? É igual se você morasse num bairro de um pessoal com as casas assim construída pelo pessoal mesmo, sem planejamento, sem nada, tudo puxadinho, eles ainda achavam que era melhor do que você morar numa casa de conjunto. Então, tinha aquele estigma ... Porque as pessoas eram a mesma coisa. Porque eu convivi com as*

*pessoas do Satélite, eu estudava com eles e num via diferença nenhuma. Mas, eu ia também na onda, sabe? Tava zoando os menino do Satélite, então eu zoava os meninos do Satélite também. (risos).*[23]

A narrativa da infância no Roosevelt, sintetizada na discussão entre crianças, talvez ajude a entender melhor porque o pai de Charles não precisa ser compreendido como excêntrico quando enfrentou as dificuldades narradas por seu filho para construir ele mesmo a sua casa. As avaliações que muitos trabalhadores fizeram sobre as casas e as condições de vida nos Conjuntos Habitacionais foram partilhadas por muitos que lutaram em favor de outras possibilidades para conseguirem seu espaço na cidade. Essa luta reconhece os limites de sua força, pois os chamados "puxadinhos" não retiram a condição de classe que ambos partilham, mesmo morando em bairros, a princípio, constituídos de modo diferente.

Charles sabe que hoje tem que conviver com o olhar cerceador do pai e de muitos outros trabalhadores frente a sua prática de ter ido morar em uma casa de um Programa Habitacional. Mesmo que acredite que a condição em que vive hoje é outra, sabe que a recusa dos conjuntos habitacionais é também uma tradição forte entre muitos trabalhadores[24].

A expectativa de fuga dos Conjuntos Habitacionais é recorrente, mesmo quando tudo parece apontar que esta é a melhor escolha econômica a ser feita, mesmo quando parece ser a única escolha possível. Sempre resta a suspeita de que se pode, ou que se poderia, evitar essa condição. Para muitos trabalhadores, conseguir fugir das condições vividas nos conjuntos, estes pensados pelo Poder Público para os trabalhadores pobres, é uma conquista.

---

[23] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

[24] Enquanto proposta de Política Habitacional, a noção de Conjuntos ficou marcada como uma experiência da década de 1980, sendo que a partir dos anos de 1990 houve um esforço institucional em renomear esses espaços na cidade. Dialogando com as caracterizações feitas pelos trabalhadores que apontavam as dificuldades comuns a esses espaços nas cidades, seja em Uberlândia ou em outras cidades, o Estado aboliu a noção de conjunto ao nomear os programas habitacionais propostos como alternativa de moradia aos trabalhadores. A referência a uma classificação de bairros integrados, como modo de tentar retirar os estigmas a esses espaços, onde o principal interesse é retirar as divisões marcadas pelos diferentes conjuntos de casas e modos de vida, é algo que vem sendo tentado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Mas, apesar dessas mudanças, muitas meramente lingüísticas, outras enquanto tentativas de requalificar sentidos dessas políticas públicas, não retiram a marca bastante presente na experiência social, uma marca lembrada mais pela sua permanência do que pelas transformações que estão sendo encaminhadas.

As casas feitas por puxadinhos, ao contrário da consideração feita por Charles sobre a falta de planejamento para realizá-las, parece-me que são construídas com muito planejamento, arquitetadas em muitos sonhos, mas realizadas com a pressão das condições de classe que seus construtores enfrentam. Condições que podem ser mais ou menos duras, dependendo de onde estejam empregados, dos momentos de dificuldades inesperadas, os quais podem comprometer o orçamento e a realização de expectativas anteriores.

Helvécio Domingos Moreira, em trabalho defendido como especialização para o Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, em 1991, supondo a falta de planejamento dos trabalhadores que construíam suas casas no que classificou como "autoconstrução", chamou atenção para a *Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*. Em seu terceiro capítulo, intitulado *Espaço da espoliação*, relatou uma conversa que teve com um senhor de nome José, trabalhador da cidade que tinha sua casa no bairro Jardim Ipanema, localizado no setor Leste da cidade:

> *O Sr. José, do bairro Ipanema, está vendendo a sua casa por um milhão e quatrocentos cruzeiros para fazer uma cirurgia em sua esposa. Ele, que nunca havia segurado uma colher de pedreiro, foi quem construiu a casa, num terreno comprado da EMCOP – Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares – que também lhe doou material para a construção de uma pequena unidade de dois cômodos. "Construí sozinho isso aqui, apenas minha velha me ajudou como pôde", recorda-se. "Trabalhei de noite, sábado, domingo e dia-santo de sol a sol prá ver essa casa em pé". A casa está completamente inacabada, por fora e por dentro, apenas com uma divisão precária de cômodos, sem instalações sanitárias, sem laje e com um buraco na parte do fundo, dando para o quintal, tapado com tábuas. Também a porta da frente e algumas janelas não têm vidros e estão vedadas com plásticos. O piso é de concreto grosso. A casa tem sala, um cômodo onde será o banheiro, cozinha e três quartos. A atual cozinha já foi um cômodo de despejo, usado para guardar milho e ração, na época em que ficou desempregado e, para garantir a sobrevivência, experimentou comprar 200 pintos, criá-los e revendê-los. Só que o negócio não deu certo e teve que "liquidar" os frangos na rua, vendendo dois ou três frangos abatidos por 200 cruzeiros para amenizar os prejuízos. Depois disso, o cômodo de despejo virou cozinha e a antiga cozinha se transformou em quarto. O Sr. José se orgulha de não dever "... nenhum tostão dessa casa. Comprei o material financiado e nunca atrasei uma prestação (...) Agora vou dar um jeito de vender esta casa, fazer o tratamento da minha velha e, se Deus quiser, construir uma casinha menor para nós dois. Essa é muito grande só para nós ...".*[25]

[25] MOREIRA, Helvécio D. *Formação e Desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*. 1991. Dissertação (Projeto de Pesquisa modalidade aperfeiçoamento CNPq). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1991, p.184-185.

A elaboração feita por Moreira trata de uma questão importante para a discussão deste trabalho. Primeiro, porque o olhar do autor para a vida do Sr. José me parece a expressão de uma relação de classe, a qual merece ser problematizada. Segundo, porque a descrição das condições vividas por seu José, assim como suas expectativas, parecem-me muito significativas.

A conversa entre Moreira e o Sr. José, realizada em 1991, formula uma relação em que o autor busca uma certa identificação com o entrevistado. O suposto, presente no decorrer da construção do seu trabalho, é de que os trabalhadores enfrentam uma vida de dureza na cidade. Com esse entendimento, Moreira foi em busca dos "espaços da espoliação", ou seja, dos lugares da cidade onde fossem visíveis essa espoliação. No ponto que tipificou como autoconstrução, a narrativa se torna auto-explicativa. As pessoas com quem conversou são apresentadas como exemplificação dessa condição, ou seja, são espoliadas porque estão nos espaços da espoliação. Dada essa condição de espoliação, a qual procurava demonstrar, empenhou-se em descrever o modo como os espoliados viviam.

Os relatos são densos. O desejo em denunciar a espoliação dos trabalhadores na ordem capitalista fez com que o autor empreendesse uma pesquisa muito rica. Contudo, o seu olhar de classe, o olhar de quem estava ali lidando com pessoas determinadas pela condição social que supunha ter desvelado e que acreditava estar revelando com sua narrativa, parece-me que dificultou a compreensão do diálogo com os trabalhadores com quem conversou.

Moreira se identificou com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que conceituou como espoliados, sem dúvida esse é um valor que acredito ser importante. Mas se distanciava do que percebia como apatia, assim como do que se ressentia como falta de consciência e organização de classe das pessoas com quem conversava, as quais ao invés de "lutarem" para conseguirem o direito de ter uma casa com condições dignas de moradia, acabavam se submetendo a jornadas extras de trabalho e a sacrifícios nos orçamentos domésticos, estes empreendidos com o fim de construírem os puxadinhos em lugares da cidade que não apresentavam nenhuma infra-estrutura. Essa é a própria noção de autoconstrução proposta pelo autor.

Tenho dúvidas quanto a essa compreensão, pensada por Moreira, sobre a vida de pessoas sobre as quais o Sr. José pode expressar uma condição de classe. Acredito que os

fragmentos sugeridos no relato do autor apresentam indícios suficientes para que se possa recolocar a questão. Da minha parte, não consigo ver apatia. Pelo contrário, enxergo muita atividade. Percebo muita luta. Chego a compreender algumas das expectativas do Sr. José, assim como me identifico com os valores que as orientam. Vejo tudo isso e não nego a dominação de classe vivida na cidade.

Como entender a decisão de alguém que opta por vender a casa que lutou tanto para construir, frente à necessidade de pagar o tratamento médico da esposa, por não ter conseguido um tratamento público? Como perceber a utilização de um cômodo pensado como cozinha, em sua concepção, transformado depois em depósito de galinheiro? Como e por que fazer dessa antiga despensa sua nova cozinha? Como perceber a compreensão formulada pelo Sr. José de que a casa inacabada é mais do que ele e a esposa precisam para viver?

O espanto e a estranheza com que Moreira enxerga as condições inacabadas da moradia do Sr. José só não é maior que seu desinteresse frente à ação do entrevistado. O autor chega ao ponto de ignorá-la como luta social. Seu José, na visão de Moreira, é um homem sofrido, oprimido e espoliado, mas sem potência. Não é sujeito histórico. Foi transfigurado em dado de pesquisa acadêmica. A atuação vanguardista do acadêmico matou o homem que vive no Sr. José e nas pessoas que podem ser identificadas com ele.[26]

---

[26] A compreensão proposta por Moreira não é uma particularidade do seu trabalho. Muitos outros autores, na historiografia e em campos disciplinares distintos, partilharam e ainda hoje partilham muitos desses supostos, daí a pertinência do diálogo com o seu trabalho. A influência de uma sociologia estruturalista, não apenas de uma certa orientação marxista, influenciou trabalhos que desde fins da década de 1970 ganharam grande expressão em boa parte da produção acadêmica. Moreira, nesse sentido, dialoga com essas perspectivas. Em muitos desses trabalhos, as noções de "falta de consciência" e de "alienação" estão sendo recolocadas a partir do dirigismo elitista da noção de "planejamento", principalmente em trabalhos de urbanistas e geógrafos. Sobre algumas dessas referências, ver:

- AFONSO, M. R. & SOMARRIBA, M. M. G. Movimentos urbanos e Estado: novas tendências. In: *Movimentos sociais em Minas Gerais* (Org. Rompermayer). Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- ALÉM, João Marcos. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia. In: *História & Perspectivas.* Uberlândia, n° 4, p.79-102, jan/jun, 1991.
- ALVARENGA, Nízia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia*: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1988.
- BARRA, Rúbia Pereira. *A espacialização da mortalidade infantil por causas evitáveis em Uberlândia no ano 2000:* subsídios para as ações em saúde. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.
- DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – terra fértil para novas semeaduras: A experiência da Democracia Participativa (1983-1988).* 1996. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1996.

Fazendo-se pedreiro, perdendo o emprego, adaptando a casa como galpão de confinamento de aves, enfrentando o adoecimento da esposa, lidando com as dificuldades do lugar onde mora, tudo isso deve ser pensado junto e ao mesmo tempo. É no conjunto dessas pressões que o Sr. José formula suas expectativas e elabora seus valores nas relações que mantém. Portanto, age nesse campo social, produzindo alternativas nas experiências de desigualdades.

Lidando com essa condição classe, Sebastião, antes de comprar sua casa no Conjunto Alvorada, morou, por algum tempo, no bairro Presidente Roosevelt. Quando saiu de Belo Horizonte e veio para Uberlândia ficou 15 dias na casa da sogra, no bairro Brasil. Foi aí que alugou uma casa no Roosevelt, lugar onde também montou um comércio. No Secos e Molhados, como disse, *"Estava vendendo bem. Eu cheguei a achar que ia ficá rico"*.[27] Mas, quando começou a vender fiado tomou uma "pernada feia" e teve que se desfazer do comércio e ainda ficar com as dívidas.

---

- EVERS, Tilman et al. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: *Cidade, povo e poder* (Org. José Álvaro Moises e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 5, 1982, p. 110-164.
- JESUS, Wilma Ferreira de. *Poder Político em Uberlândia: Mudanças e Permanecias (1982-1996).* 1999. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: *Cidade, povo e poder* (Org. José Álvaro Moises e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.30-48.
- MOISÉS, José Álvaro. A Revolta dos Suburbanos ou "patrão, o trem atrasou". In: *Contradições urbanas e movimentos sociais* (Org. José Álvaro Moisés e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.13-64 e O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: *Cidade, povo e poder* (Org. José Álvaro Moises e outros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 5, 1982, p.14-29.
- MOISÉS, José Álvaro. Os movimentos sociais urbanos: o caso do "movimento do custo de vida". In: *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.73-99.
- MOURA, Gerusa Gonçalves. *Imagens e representações da periferia de Uberlândia (MG): um estudo de caso do setor oeste*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa:* estudo do desenvolvimento capitalista em cidade de médio porte. Uberlândia: Rápida, 2002.
- PEREZ, Rosemeire M. Costa. *O sem-terra urbano em Uberlândia* – o caso Lagoinha. 1990. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1990.
- SILVA, Marcelo Kunrath. *Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: Da "cidade jardim" ao "portal do cerrado"* – imagens e representações no Triângulo Mineiro. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

[27] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

Foi nesse momento que a família considerou a possibilidade de construir uma casa no entorno do que seria hoje o bairro Santa Rosa, setor Norte da cidade, área que naquele momento era conhecida apenas como Favela da Fepasa:

> *Aqui, na berada do Roosevelt, não tem uma linha que atravessa ali, que vai para o Bretas? Alí tinha uma favela. A Valéria [esposa] falou assim, "Sebastião, vamos fazer uma casinha pra nós naquela favela". Falei, "Vamos Valéria, vamos fazer". Mas, a gente tinha um casal de amigos, que Deus já levou, que foram os nossos pais aqui em Uberlândia, meu e da Valéria. Eles nos acolheram assim [fez um sinal de abraço]. Porque a família da Valéria, acolheu mais ou menos. Porque se eu falar a você que eu agradeço a eles, não, nadinha. E ela sabe disso. Aí, a gente chamava ele de tio Missias. Ai, nós saiu do Roosevelt e alugou uma casa (...) Um dia, o tio Missias foi lá e tudo. Ai, eu falei com ele que estava pensando em fazer uma casinha na favela lá. Ele falou, "Não. Quê que é isso! De jeito nenhum. Eu tenho um terreno grande lá no fundo da minha casa. Faz uma casinha lá para você morar. De tábua, do jeito que você quiser você faz". Aí, eu fiz né. Eu tinha dois menino pequeno. Eu fiz a casinha lá.*[28]

O socorro dos amigos, a solidariedade que muitas vezes não é encontrada nem mesmo entre os familiares, também compõe o campo de relações entre os trabalhadores, mesmo que saibamos o quanto isso é valorado como raro e digno. Mas, a possibilidade da moradia na favela parecia rondar como alternativa frente às dificuldades. Parecia estar ali para lembrar que não eram os únicos que não conseguiam sustentar suas residências como mercadorias a serem compras ou alugadas. Que a possibilidade da vida na favela existia e que poderia ser construída, mesmo que custasse a marca do fracasso, o rótulo e a imagem da pobreza na sociedade em que viviam[29].

Quando perguntei sobre o tio Missias, Sebastião considerou sua condição social. Ao tratar da trajetória do amigo, discutiu a provisoriedade das condições e dos modos como se

---

[28] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

[29] Pensando como são construídos esses espaços de resistência dos trabalhadores, onde favelas e assentamentos são tidos como alternativas diante as pressões do viver em Uberlândia, Petuba contribui, significativamente, com seu trabalho. A autora destaca a luta de trabalhadores ao construírem o Bairro Dom Almir, no setor Leste da cidade. Esses trabalhadores ao exigirem não só o reconhecimento de suas moradias, bem como a legitimidade de sua trajetória de luta desde assentamentos anteriores, recompõem relações de força e problematizam as desiguais condições de vida na cidade, indicando necessidades e expectativas como formas de disputa por pertencimento e modos de viver. Ver:
PETUBA, Rosângela M. S. *Pelo Direito à Cidade.* Experiência e luta dos ocupantes de terra no Bairro Dom Almir. Uberlândia (1990-2000*)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

vive, de como o que parece estável e confortável pode ser alterado, apontando para que se pense sobre como as mudanças compõem o campo de referência das práticas das pessoas:

> *O tio Missias tinha uma firma de serralheria, na Fernando Vilela, por nome de Rumarfal. Ai, também coitado, ele foi a falência ... Ele fez uma venda bem grande para a Belgo Mineira. Porque eles compravam ferro velho, esses trem, e fazia uma venda, além deles cortar e fazer peça e tudo mais, eles também vendia. Então, ele fez uma venda muito grande de material para a Belgo Mineira, recebeu uma parte de dinheiro, mas não deu conta de pagar. Ai, a Belgo entrou com uma ação judicial e tomou a firma dele. E aí ele ficou naquela, comprar um ferrinho aqui e acolá, vendedor ambulante né. Os filhos dele também ajudava ele, mas muito pouco. E a tia Neda, que era a mulher dele, era quem segurava as pontas fazendo doce para vender.*[30]

Como o amigo comerciante, benemérito em momentos de dificuldades, poderia ter se tornado um desempregado, trabalhador ambulante? Como pensar a mudança da condição de atravessador comercial para a condição de ter que se submeter ao atravessador das sucatas conseguidas na perambulação pela cidade? Essas questões parecem compor o entendimento de Sebastião de que muitas vezes o melhor é estar empregado como trabalhador assalariado. Orientação que formula ao refletir sobre sua trajetória.

Ao mesmo tempo, supõe uma possível identificação entre trabalhadores e pequenos comerciantes, como se ambos estivessem expostos a mudanças abruptas. Essa inconstância parece sugerir uma condição partilhada, mesmo que esteja falando de patrão e empregado. Com isso, não visualiza nenhum antagonismo imediato. Pelo contrário, evidencia que essas condições podem ser vividas por um mesmo sujeito, podem ser visualizadas como expectativas frente à superação de dificuldades que precisam ser enfrentadas. A tia Neda, que se fez doceira, naquele momento se tornou a referência da renda que sustentava a família. Um negócio próprio! Um orçamento incerto, mas muito importante.

Enquanto moravam no terreno do amigo Missias, a mulher de Sebastião, que já havia trabalhado como auxiliar de enfermagem no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia em 1977, mas que saiu do emprego devido o adoecimento do filho, voltou a trabalhar no HC em 1978. Sebastião só iria começar a trabalhar no hospital em 1980. Quando foi à falência, perdeu o armazém, trabalhou por um tempo nas Lojas Americanas e no Armazém Peixoto, como estoquista. Quando perguntei a ele como foi esse

[30] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

período antes de entrar no hospital e como havia percebido essa mudança da condição de pequeno comerciante para empregado assalariado, construiu a seguinte argumentação:

> *Ai é que está o problema. Trabalhei como um louco. Mas, como eu já era acostumado a trabalhar de empregado mesmo, a queda não foi muito não. Você entendeu? Eu senti até aliviado. Por quê? Eu não sei dever. A Valéria fala, mas eu realmente não dou conta de dever. Não sei dever. E armazém que era da gente, no caso meu, enquanto eu tinha dinheiro, comprava a dinheiro e acabou. Depois que eu comecei a fornecer fiado (...) que tomei um prejuízo danado, aí foi quando eu tive que vender o comércio para trabalhar de empregado. Quando eu fui para as Lojas Americanas, eu entrava às 7 horas da manhã e tinha dia que eu saia ½ noite e meia, 1 hora, 2. Chegava em casa, dormia um pouquinho, levantava e voltava para o serviço. Fazendo extra para cobrir algumas contas do armazém ainda. Porque eu fiquei devendo. Nessa época, nós morávamos na rua Osório José da Cunha, foi quando o tio Missias chamou a gente para ir morar lá na casa dele.*[31]

Frente à condição em que vive hoje, reconhecendo-a como uma situação de conforto, fica à vontade para apresentar a compreensão de que se empregar assalariadamente pode ser mais confortável do que ter um negócio próprio. Ao valorar como importante a condição de não ser devedor, e frente à efetiva falência como comerciante, sugere que voltar para o ramo que conhece bem, o de trabalhador assalariado, pode até trazer mais tranqüilidade e menos sofrimento, mesmo reconhecendo que a mudança no ritmo de trabalho foi um grande problema, chegando a comprometer, em alguns momentos, sua relação familiar. Nesse sentido, pagar com salário de estoquista o preço pela tentativa de se tornar patrão foi mais um desafio vivido por Sebastião na cidade.

Ao contrário de Sebastião, José Alves da Silva, apresentado nas páginas do Jornal Participação[32], em agosto de 1984, fez das margens do Rio Uberabinha, na altura do que seria hoje o bairro Daniel Fonseca, a possibilidade de se ter uma casa na cidade. Esse

---

[31] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

[32] O Jornal Participação circulou entre 1984 e 1987. Foi criado pelo governo peemedebista, eleito para a gestão de 1983-1988. O jornal, publicado pela Secretaria Municipal de Comunicação, teve periodicidade irregular e foi apresentado por seus criadores como "*um meio de ampliar a participação da comunidade nos destinos de Uberlândia (...) Servindo de canal direto e permanente para a prestação de contas das atividades do Governo Municipal*". Ver em:
- DIÁLOGO com Zaire Rezende. *Jornal Participação*. Uberlândia, maio 1984, p.3.
- UBERLÂNDIA pergunta... e o Prefeito responde. *Jornal Participação*. Uberlândia, outubro 1984, p.7.
- EDITORIAL. *Jornal Participação*. Uberlândia, janeiro 1985, p.1.
- OS NOVOS colaboradores: garis distribuem os jornais. *Jornal Participação*. Uberlândia, janeiro 1985, p.1.
- ESTAMOS de volta com muito prazer. *Jornal Participação*. Uberlândia, janeiro 1986, p.2.

trabalhador, no final da década de 1970, foi morar no lugar que era conhecido naquele momento como Favela do Uberabinha. O Sr. José nasceu em Uberlândia, profissionalizou-se como pedreiro, mas pagava aluguel na Favela do Uberabinha.

Em 1984 aderiu ao Programa de Desfavelamento promovido pela Prefeitura Municipal.[33] No mês de agosto, deste mesmo ano, o Jornal Participação, publicação da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Uberlândia, produziu uma matéria sobre os mutirões em que eram construídas as casas das pessoas que estavam sendo removidas das margens do rio para um novo bairro da cidade, o bairro Esperança, na extremidade Norte da cidade. O senhor José, então com 36 anos, foi um dos personagens escolhidos pela reportagem.

> *Longe dos cálculos das cozinheiras de alimentar cerca de 160 famílias, José Alves da Silva (...) trabalha pelo quarto dia na fundação de sua casa. "Por enquanto é só um cômodo e um banheiro. Se Deus abençoar que a gente acerte na loto, faço o resto. O diabo é que faço um ponto apenas." Desempregado e sem condições até para alimentar a família, José afirma que o Prefeito prometeu ajudar, só não vai dar o madeiramento e o telhado. Como mora na beira do rio pagando aluguel, José diz que terá que pedir "uma telha a um e a outro, para cobrir o meu barracão e meus filhos – três meninos e uma mocinha. Faz oito anos que moro no Uberabinha. Estou desempregado a mais de dois meses." Para ajudar nas despesas da casa, sua mulher Ângela Maria Alves está cuidando de duas meninas de uma senhora. Seu ganho, no entanto, é pouco. "Só pagam quando termina o mês", afirma. Ângela Maria está preocupada com a educação das crianças: "Não falaram se terá escola para os meninos, os quatro estão estudando".*[34]

---

[33] O programa de desfavelamento planejava a desocupação das moradias, consideradas ilegais, que ficavam às margens do Rio Uberabinha. Previa a transferência desses moradores para o Bairro Esperança, o qual estava sendo criado especialmente para receber esses novos moradores. O projeto inicial propunha a constituição de "160 lotes, cada um com 250 metros quadrados (10x25m)", onde o novo bairro seria "dotado de toda infra-estrutura urbana"; os lotes, que seriam vendidos, seriam parcelados de modo que o valor das prestações não ultrapassassem 10% do salário mínimo vigente. Em contrapartida, os moradores do Esperança deviam assumir o compromisso de construir "os embriões", em regime de mutirão, sendo que, assim que "estiver concluído os moradores deveram desmontar os barracos na margem do rio e transferir o material para o lote, o qual servirá para aumentar a construção." Essas especificações foram temas de várias matérias de jornais; algumas de suas muitas contradições foram tratadas por Bessa e Soares a partir do interesse em discutir as efetivações desses assentamentos como políticas habitacionais gestadas pelo Governo Municipal. Ver, entre outros:
- BAIRRO Esperança/A política municipal de habitação. *Jornal Participação*. Uberlândia, agosto 1984, p.18.
- BAIRRO Esperança entregue oficialmente no domingo. *Jornal Primeira Hora.* Uberlândia, 25 set. 1984, p.5.
- BESSA, K. C. F. O.; SOARES, B.R. Assentamentos urbanos em Uberlândia: o significado de um novo espaço. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n°.18/19, p. 93-129, jan./dez. 1998.

[34] UM uberlandense sem sorte na loto. *Jornal Participação*. Uberlândia, agosto 1984, p.7.

Um Programa Municipal de Desfavelamento que inaugurou mais um bairro no em torno na cidade. Mas para o Sr. José, que estava pagando aluguel e que se encontrava desempregado, esse programa surgiu como uma possibilidade de conquista da casa própria. Nos dois anos anteriores, as enchentes do rio trouxeram muitos prejuízos, causaram muitas percas e chegaram a fazer alguns mortos. O Poder Público, com claro interesse em desocupar aquela área da cidade, devido às moradias que estavam ali construídas, aproveitou para intensificar as ordens de despejo, promovendo o deslocamento dos moradores daquela região.

O lote no bairro Esperança foi financiado pela Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares – EMCOP. Os materiais de construção, que comumente também eram financiados pelo órgão, foram prometidos como uma doação do Prefeito Zaire Rezende aos "flagelados da enchente". Como o Sr. José mencionou, eram suficientes apenas para erguer um cômodo e o banheiro, com exceção do madeiramento e do telhado. Mas, mesmo a reportagem do Jornal Participação estando ali para divulgar as ações da Administração Municipal e celebrar o dia de festa, deixou transparecer, mesmo que essa não fosse a sua intenção, as dificuldades e as preocupações das 160 famílias que estavam presentes no mutirão de construção das casas.

Seu José, não deixou de lembrar que só mesmo ganhando na loto é que via possibilidades de construir a casa, caso contrário precisaria da doação dos materiais que faltariam para terminar o que a Prefeitura estava chamando de embrião, mas que para ele, sua esposa e seus quatro filhos, seriam a moradia da família. A mulher, dona Ângela Maria Alves, que estava arcando com as despesas da família, expôs os problemas de um bairro que estava sendo pensado, pela Administração Municipal, para trabalhadores pobres. Questionou se existiria escola para os filhos, já que ninguém havia mencionado nada a respeito disso.

Certamente a falta de escola para os filhos foi apenas mais uma das questões que tiveram que enfrentar em sua condição de classe ao se mudar para o novo endereço na cidade. As ruas sem asfalto, a falta de atendimento médico, as linhas de ônibus irregulares, a implementação dos serviços de água, luz e esgoto, essas foram e continuam sendo questões recorrentes para os trabalhadores que seguiram para o Esperança, mas também

para o Liberdade, para o Tocantins e vários outros bairros criados na década de 1980 como programas de desfavelamento realizados pela Administração Pública Municipal.

Mas, nem todos os trabalhadores que eram designados como favelados aderiram a esses programas. O Sr. Urias Pereira, um aposentado de 77 anos, em agosto de 1986 é apresentado nas páginas do Jornal Primeira Hora[35] como um dos moradores da Favela do Uberabinha, um dos que se negavam a sair do lugar onde morava para ir para o bairro Esperança, conforme fez o Sr. José, dois anos antes.

A reportagem do Jornal Primeira Hora, periódico criado pelo grupo peemedebista, ligado ao Prefeito Zaire Rezende, construiu a seguinte narrativa a partir do encontro com o Sr. Urias:

> *Urias contou que também já foi procurado pela Secretaria de Ação Social para que deixasse o local, só que não aceitou e nem aceitará, se antes não tiver suas exigências cumpridas. "Eu não aceito ir lá para o Esperança, lá não tem condições da gente morar, eu já sou um velho e tenho aqui a minha chacrinha, de onde tiro o sustento para mim, minha mulher e duas netinhas que eu crio (...) o dinheiro da aposentadoria não dá nem para o café (...) Se eu for lá para o Esperança, não vai ter jeito de trabalhar, pois é aqui que eu tenho a minha chacrinha. Além disso, lá não dá para plantar nada, porque o terreno é pequeno e mesmo porque é só areia. E tem também o problema de que lá só mora quase que gente atoa. Eu já falei para eles (referia-se aos agentes da Secretaria de Ação Social) que das 180 famílias que eles afirmam que levaram para lá dizendo que eram daqui da 'Beira do Rio', não tem nem dez. Eles levaram para lá foi só gente atoa, maconheiro, pinguço, tirador de esmola, pai de família mesmo, trabalhador honesto, eles não levaram quase ninguém".*[36]

Não é tranqüilo perceber que quem foi recriminado pelo Poder Público, mas que provavelmente também tenha sido qualificado pejorativamente por muitos outros moradores da cidade, frente à designação de favelado, elabore a compreensão apresentada pelo Sr. Urias para qualificar os moradores do bairro Esperança. Mas essa desqualificação foi é partilhada por outros moradores da cidade, mesmo entre os trabalhadores como Urias.

---

[35] O jornal Primeira Hora foi criado no momento em que o grupo peemedebista de Zaire Rezende lançou-se ao pleito eleitoral de 1982, quando disputavam a eleição municipal. O periódico circulou, diariamente, até o fim do mandato que conquistaram, ou seja, até 1988. Sobre o modo como esse grupo articulou o editorial do jornal, assim como se constituiu em meio a polêmicas com outros periódicos na cidade, busquei apresentar algumas questões em,
- SANTOS, Carlos Meneses de S. Uberlândia nas linhas do enfrentamento: a Democracia Participativa nas páginas da imprensa. *Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, n.33, p. 231-241, jun. 2006.

[36] FAVELADOS do Uberabinha não querem ser transferidos. *Jornal Primeira Hora*. Uberlândia, 20 ago. 1986, p.9.

Com propósitos semelhantes, muitos dos que eram vizinhos da Favela do Uberabinha, mesmo os que moravam em condições semelhantes aos que eram classificados como favelados, colocaram-se a favor da desocupação das margens do rio, os quais, em muitos momentos, usaram adjetivos semelhantes aos apresentados por Urias, ao tratar dos moradores do bairro Esperança.

Essas contradições não podem ser ignoradas. Elas compõem o repertório de valores presentes nas relações de muitos trabalhadores ao viverem a cidade. O Sr. Urias, que argumenta frente à injustiça de ter o modo como vive alterado e comprometido pelos interesses defendidos pelo Poder Público, é capaz de se identificar com muitos trabalhadores, mas também de se distanciar de muitos outros, às vezes com noções as mais duras possíveis[37].

Ser trabalhador honesto, pai de família, condição que considerou para si e para alguns outros, conforme seus valores, é diferente de quem usa maconha, bebe pinga e pede esmola. Joga com esses princípios ao se relacionar com o Jornal Primeira Hora, procurando legitimar sua permanência nas margens do rio, ou mesmo como um modo de argumentar para que tenha suas reivindicações atendidas.

Julgava que precisava manter uma área para o cultivo de verduras e hortaliças, assim como para a criação de animais que servem à alimentação da família. Era assim que garantia o seu sustento. Lutava, portanto, para preservar as condições necessárias frente ao modo como vivia, o que se tornaria muito complicado frente às condições que teria que enfrentar no bairro Esperança. Procurou, portanto, diferenciar-se dos sujeitos com os quais o Poder Público o identificava como iguais. Mas precisava ter cuidado, porque tinha que sustentar a condição de trabalhador, mas honesto, para conseguir negociar melhor o que seria sua expulsão do lugar que ocupava na cidade.

---

[37] Sheille Soares de Freitas procura enfrentar essas contradições na sua Tese. Coloca em evidência a questão das construções dos Parques Lineares às margens do rio Uberabinha. O Poder Público vem propondo a construção de parques e bosques nas margens do rio que cortam a cidade. A questão da desocupação dessas áreas devido à consideração, por parte do Poder Público, de que seriam construções ilegais, uma vez que estariam depredando o meio ambiente, invadindo espaços destinados à preservação ambiental, está no foco da questão. A autora procura discutir o quanto isso vem sendo questionado pelos moradores da cidade que estão sendo alvo de despejo e o quanto essa política de revitalização ambiental coloca em tensão as relações de desigualdade e diferenciação social ao se viver a cidade. Ver:
- FREITAS, Sheille S. de. *Por falar em culturas...* Histórias que marcam a cidade. Uberlândia - MG. 2009. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

Essa ação, formulada em sua prática de diálogo com a imprensa, expressa sua atuação nas condições de desigualdade que vivia. Sabia das dificuldades, percebia que os jornalistas foram ali criminalizar a sua resistência em sair das margens do rio. Mas enfrentava suas dificuldades da maneira como compreendia sua vida, a partir das relações em que se envolvia e se movimentava na cidade. Tinha como referência os valores e as expectativas que sustentava em sua conduta. Lutava por elas, as defendia como condições de se viver melhor na cidade, era seu local de moradia, trabalho, segurança.

Aparecida Darc de Souza, em dissertação de mestrado defendida em 1998, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, chamou a atenção para a condição em que crianças e adolescente pobres de Uberlândia viveram a cidade entre os anos de 1985 e 1995. A autora procurou discutir as condições em que esses sujeitos viviam, buscando evidenciar como agiam nas relações de desigualdade que mantinham na cidade[38].

Nesse trabalho, ao problematizar a Lei como espaço de disputas, apresenta os Procedimentos Especiais que tratam da condenação e da absolvição de menores acusados de Atos Infracionais, utilizando-os como fonte de pesquisa para a produção do conhecimento histórico. Souza, na pesquisa que realizou, encontrou em um dos Procedimentos Especiais, o de número 978/89, um jovem de 17 anos que chamou pelo pseudônimo de Márcio Santos. Esse jovem, que morava no bairro Esperança, estava sendo acusado de ter cometido um ato infracional, juntamente com o seu irmão, pseudônimo de Amaral.

A mãe dos jovens procurou o Juiz na tentativa de evitar a reclusão de Márcio Santos. Ela apareceu com uma declaração do lugar onde filho trabalhava, na qual constaria sua condição de trabalhador. Narrando essa experiência, Souza formulou o seguinte enredo:

> *O adolescente Márcio Santos antecipou-se à audiência e apresentou uma declaração que confirmava ser ele empregado da empresa Indústria e Comércio de Artefatos de Madeira Pica-Pau. Dizia a declaração: "Declaro, para todos os fins e efeitos legais, que – Márcio Santos – trabalha na nossa empresa (...) sendo pessoa trabalhadora, honesto, e cumpridor de suas obrigações (...)" Considerando essa relação, o juiz Napoleão liberou Márcio Santos, que fora preso junto com o seu irmão Amaral, que continuou em reclusão na delegacia: "Considerando o pedido verbal formulado pela genitora dos meninos em questão apresentando declaração*

[38] SOUZA, Aparecida Darc de. *Capitães do Asfalto:* infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia – 1985/1995. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

*de trabalho de Márcio Santos, e considerando sua primaridade em termos de infração, seja o mesmo liberado, permanecendo recolhido, até posterior deliberação, seu irmão Amaral".*[39]

Tanto quanto quero destacar a atuação do Sr. Urias, no diálogo com os jornalistas do Primeira Hora, Souza, que inspirou procedimentos na discussão das questões deste trabalho, buscou evidenciar essas atuações como construções de valores e interesses nas disputas que são travadas entre adolescentes e juízes nos tribunais de justiça.

No entanto, gostaria de recolocar essa discussão atentando à experiência da moradora do bairro Esperança, a qual foi buscar na declaração do patrão do filho o atestado de trabalhador honesto que precisava mostrar ao juiz de direito. Essa relação de classe, permeada de tensão, permite que se problematize as relações de identificação e distanciamento construída entre trabalhadores e patrões ao viverem a cidade em desigualdade.

À mãe, trabalhadora que se empenhava na soltura de um dos filhos, não era suficiente seu depoimento sobre o caráter do menino. Sabia que a declaração que apresentou era necessária para que tivesse o valor esperado frente à apreciação do juiz, precisava que a declaração fosse atestada pelo patrão, não por outro trabalhador.

Ao mesmo tempo, parece se convencer que o outro filho não era nem tão trabalhador, nem muito honesto, apesar de ser seu filho e, juntamente com os demais membros da família, possuir a mesma condição social. As relações sociais se fazem com essas ponderações, construindo modos de "salvar", nas pressões, aqueles que ajudam na renda familiar, que demonstram comprometimentos afetivos, aqueles que conseguem atestar, nas relações classistas, um padrão social reconhecido como aceitável. Essa relação é mais complexa do que a simples legitimidade dos vínculos que afetivamente indicariam apoio e intervenção automáticos e mecânicos.

Charles, quando perguntei a ele como foi se mudar do Roosevelt para a nova casa, propôs essas diferenciações quando disse das dificuldades de se relacionar na escola do Conjunto Luizote de Freitas no final da década de 1980, onde passou a estudar quando foi morar no bairro Jardim Patrícia:

[39] Idem. p.68.

> *Eu fiquei apavorado nos primeiros dias, porque a condição lá, eu acredito que a própria condição das pessoas do bairro, era totalmente diferente da situação do pessoal que mora no Roosevelt, por exemplo. Quando você conversava com os meninos da escola, por mais encapetados que os meninos fossem, tinha uma vida diferente. No Luizote, eles estavam convivendo com uma marginalidade assim a todo momento. Tinha tiroteio na avenida principal do Luizote a todo momento. E tráfico e tudo quanto é calamidade que você pensar o Luizote era palco disso. Então, o colégio era um reflexo daquilo que era a vida do cotidiano desse pessoal. O linguajar deles, os trajes que eles usava, os hábitos que eles tinha eram reflexo disso, da forma como eles viviam. Então, eu fiquei aterrorizado, eu sai de um colégio que eu posso até dizer que era de papaizinho, vamos dizer assim, apesar de ser público, todo mundo ali era aquela coisinha mais mansa, mais tranqüila, para cair no Luizote, que eu achava que aquilo ali era o submundo, que aquilo lá era horrível. O fim da picada. Mas, com o passar do tempo, você vai se habituando, você vai aprendendo os trejeitos do lugar e tudo mais, vai aprendendo as regras que você não pode quebrar, que você tem que se adaptar, senão você não sobrevive ... Tem os grupos, ou você se adeqüa ao grupo, ou você é segregado. Então, geralmente eu era segregado ... Eles não te deixam em paz, você podia ser espancado, suas coisas eram roubada o tempo todo, sempre motivo de ovação por alguma coisa, você não era escolhido para os grupos de educação física, grupos de estudo, nada. Depois de um certo tempo, quando você começa provar valores para alguma coisa, aí você passa a ser usado. Você é tolerado dentro do grupo porque você tem alguma coisa que eles precisam. No caso, como você se destaca pelos estudos, você geralmente só tem valor quando é para formação de um grupo em que precisa tirar nota, então eles querem fazer parte do seu grupo. Mas você não pode ser visto com uma pessoa dessa, porque é ruim para ele.*[40]

Acredito que essas distinções, que são construídas na confrontação de valores entre os trabalhadores, não comportam uma compreensão que estabeleça a tensão apenas na relação entre patrão e empregado. Essas questões não me parecem permitir tipificações polarizadas nas práticas formuladas pelos sujeitos ao viverem a cidade. Ao pensar a sociedade a partir do suposto de relações de classe, não pretendo segregar os sujeitos e suas ações em tipos de condutas.

No que se refere à produção do conhecimento histórico, entendo que a dinâmica das relações sociais e as movimentações construídas pelos sujeitos precisam ser compreendidas no modo como são mantidas em suas historicidades. Isso não dá espaço para especulações estruturais e deterministas, mas sim, sugere a complexidade de pressões e limitações que permeiam as relações classistas.

Charles, filho de uma família de trabalhadores, distingue-se, tanto quanto foi distinguido, do conjunto das outras crianças e jovens com quem se relacionava, os quais

[40] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

também eram filhos de trabalhadores. Percebe que mudar-se do bairro Roosevelt para o bairro Jardim Patrícia e freqüentar a escola do Conjunto Habitacional Luizote de Freitas pode ter muita diferença, mesmo tendo como referência as condições narradas. A rigor, são todos trabalhadores, a condição partilhada por todos ao viverem a cidade é a de desigualdade, sendo que a pressão nos modos como vivem compõem uma determinada condição de classe. No entanto, essa condição não determina o modo como se relacionam.

A violência no Conjunto Luizote de Freitas é percebida de maneira extremamente marcante por Charles. Destaca isso frente às condutas das pessoas com quem tinha contato. Os tiroteios constantes, a ostensiva comercialização de drogas e a ridicularização vivida na escola expressavam uma relação de estranhamento. A hostilização que sofria, assim como o olhar de distanciamento que imprime hoje para aquelas condutas, apontam para a compreensão de que não eram os mesmos, ainda que convivendo em condições comuns. Viam a vida de maneiras distintas, pois, como lembrou, "tinha uma vida diferente", o "linguajar", os "trajes", os "hábitos", assim como os "trejeitos". Modos que evidenciavam distinções marcantes, o que exigia o esforço constante para a adaptação, para a convivência necessária.

Charles, quando foi perguntado sobre o que encontrou no bairro Jardim Patrícia, em 1989, ano em que se mudaram para lá, disse o seguinte:

> *Não tinha muito vizinho, quando a gente mudou o bairro era deserto. Tinha umas três casa e uma padaria. E a gente lá. Você olhava assim, os quarteirões inteiros tinha infra-estrutura já feita, água e esgoto já, e asfalto e energia elétrica, mas tudo vazio, tudo pronto para lotear. Aliás, já tava loteado, pronto para vender. A fazenda do Virgílio Galassi foi loteada e foi feito o Jardim Patrícia. Só tinha essa vizinha, que morava numa casinha de placa, bem pequena mesmo, eram dois cômodos de fundo, que ela construiu provisoriamente, que depois ela construiu um sobrado na frente, enorme, muito grande, e o barraquinho foi demolido. Ela morava com dois filhos e um neto. Uma filha, um filho e um neto. E a outra filha dela tava no exterior, enviava dinheiro, era a mãe do menino, neto dela. Foi o único contato que a gente teve nesse período, os meninos eram muito custoso, fazia muita arte. Mas, a senhora ajudou muito, principalmente nesse período que foi muito difícil, que a gente não tinha recurso, não tinha água, não tinha nada, ela cedeu pra gente. Embora meu pai pagasse tudo bonitinho, mas dependia da boa vontade dela.*[41]

[41] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

O pai de Charles procurou se beneficiar do novo loteamento empreendido a partir da especulação imobiliária produzida pelo Poder Público com a realização do Conjunto Habitacional Luizote de Freitas, inaugurado no início da década de 1980[42]. O fazendeiro Virgílio Galassi, mencionado por Charles, era nada menos que o prefeito, o qual planejou e entregou as casas do Luizote de Freitas, que aliás tem esse nome devido homenagem prestada ao amigo fazendeiro, vizinho de propriedade, de quem comprou as terras para a construção do conjunto.

Sendo um dos primeiros moradores do bairro Jardim Patrícia, o qual começou a ser comercializado quase dez anos após a inauguração do Conjunto Habitacional Luizote de Freitas, o pai de Charles procurou comprar o lote com um preço menor, mas em um lugar na cidade que acreditava que iria valorizar com um certo tempo. Sabia que o bairro Jardim Patrícia era um empreendimento feito para um público diferente dos trabalhadores que moravam nos conjuntos habitacionais. Portanto, buscava essa distinção, ambicionava esse espaço.

O bairro Jardim Patrícia constituiu-se enquanto área de pousio imobiliário que se localizava entre o Conjunto Luizote de Freitas e o restante da cidade, portanto dotado da infra-estrutura que foi estendida até o conjunto. Infra-estrutura realizada, em grande parte, pelo Poder Público, reduzindo enormemente os gastos da imobiliária Viga Assessoria e Vendas de Imóveis, de propriedade do ex-prefeito Virgílio Galassi.

O pai de Charles mudou-se para um lugar que tinha água encanada e energia, mas sua condição não permitia sequer pagar pela instalação do serviço, não se beneficiando, inicialmente, nem mesmo da infra-estrutura oferecida no local. A aposta no futuro, no que julgava poder realizar com o passar do tempo, e mesmo as transformações esperadas com o investimento feito, serviam como incentivo para superar as dificuldades que julgava como momentâneas. Com interesse distinto, apostava no projeto imobiliário realizado basicamente com o dinheiro público, mas empreendido por uma empresa privada. Torcia

---

[42] O Conjunto Habitacional Luizote de Freitas começou a ser comercializado no início do ano de 1980. Produzido e vendido pelo Banco Nacional de Habitação, em associação com a Prefeitura Municipal, o conjunto contou com mais de 1500 casas, o que, segundo o slogan de inauguração, atribuía a condição de "o maior da América Latina". Sobre o modo como foi entregue, assim como as experiências dos primeiros moradores do novo bairro, ver:
- MONTEIRO, Lucas de Sales. *"Conjunto Luizote de Freitas": um lugar na cidade, uma cidade num lugar. Trajetórias e experiências de trabalhadores/moradores. Uberlândia-MG. 1980-1985*. 2006. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

pelo sucesso da especulação realizada por Virgílio Galassi, acreditava que também poderia ser beneficiado se tudo desse certo.

Ao mesmo tempo, recorreu à vizinha, que morava em uma casa de dois cômodos no fundo do terreno, construída com placas de cimento pré-moldáveis, para ter acesso a água e a energia elétrica. A vizinha, mãe solteira, conhecida como dona Cotinha, cuidava de dois filhos e um neto. A mãe do neto, que estava na Espanha, enviava o dinheiro que custeava as despesas da casa. Charles mencionou, no decorrer da entrevista, que todos os vizinhos sabiam que a filha que enviava dinheiro do exterior era prostituta, mas que por ser a mãe muito religiosa evitavam polemizar o assunto. Foi com o dinheiro ganho pela filha que demoliu o barraquinho de placa e pode construir um sobrado enorme para a moradia da família.

Charles, falando de como viveu esse momento, contou da relação que tinham com a vizinhança e o que fazia para se divertir:

> *A nossa criação foi muito fechada. A gente não podia sair de casa. Não podia ficar na rua, porque a gente não era moleque, segundo meu pai falava, "Você não vai ser moleque", moleque era para ele é você ficá na rua, você não ter o que fazer, ficá largado, coisa assim. Na verdade, a gente queria brincar, mas não podia saí. Não tinha muita opção, porque saí você ia saí para brincar com o filho e o neto da vizinha, e eles não eram boa companhia. A gente mesmo sabia disso. Depois a gente brincava de alguma coisa, mas era aquela coisa mais regrada e que sabia que não ia dá boa coisa. Saía briga, brigas feias ... de ferimento mesmo de quase morrê. Pedrada na testa, esse tipo de coisa. Então, a gente tinha que se virá no espaço que a gente tinha. Eu ficava fechado em casa, então eu dedicava meu tempo ou a televisão ou observar as coisas que tinha lá, geralmente bicho. Eu comecei a observar o comportamento de inseto, coisas assim. Eu comecei a me interessar muito por biologia, então queria entender como é que era a vida desses bichos e como é que eles conseguiam sobreviver. Eu tinha um livrinho, eu tenho ele até hoje, na verdade eu roubei ele da escola. Ele foi recebido no Padre Mário [Escola Estadual Padre Mário Forestan] e ficou no depósito, não sei porque ele não foi para a biblioteca. Eu achei esse depósito e eu falava que era o meu esconderijo, eu achei esses livros lá. Então, eu levava para a casa. Minha mãe me fez devolver, mas esse eu não devolvi, eu gostei demais dele. Ele tinha proposta de experiência para criança da minha idade ou um pouco maior. Então, eu achava o máximo aquilo ... Porque a televisão era minha até meu pai chegá em casa. Ou, aliás, a noite, assim 6 horas, tinha uma disputa ferrenha pela televisão, por causa das novelas né? Então, a televisão era minha até 6 horas da tarde, depois das 6 horas eu disputava até a hora que o meu pai chegava. Na hora que o meu pai chegava*

> *era dele, acabou. Eu assistia desenhos e filmes. Foi a época que eu descobri a seção da tarde, então eu assistia filmes. Muitos filmes, seriados e desenho.*[43]

A criação dos filhos não é coisa fácil para os trabalhadores que projetam como expectativa valores que apontam para a noção de que "não vai ser moleque de rua". A família da vizinha que ajudava nos momentos de maiores dificuldades pode não ser considerada uma boa companhia. O fechar na casa, evitando o convívio na rua, é tentado, por muitos, até o limite do possível.

O autoritarismo patriarcal pode servir como proteção para os filhos dos trabalhadores que, em uma sociedade de classe, podem sofrer aliciamentos variados, como a prostituição, o crime e as drogas. Mas, também, o mesmo autoritarismo patriarcal, pode produzir muitos constrangimentos e mágoas. A defesa do valor da honestidade, entendida como a necessidade de se desvencilhar da associação entre pobre e ladrão, faz uma mãe forçar a devolução de um livro que o filho deveria ter acesso na escola pública, mas que precisa ser roubado para que possa ser apreciado.

É na vivência dessas contradições que ler um livro surge como uma possibilidade de entretenimento, tanto quanto a exploração do quintal da casa e da dedicação aos programas exibidos na televisão. A Sessão da Tarde, programa exibido de segunda a sexta-feira na Rede Globo de Televisão, tanto quanto os seriados dos desenhos matinais, dialogam com uma expectativa social na medida em que os filmes e as animações, boa parte deles voltada para um público infantil, servem para ocupar as crianças e os jovens dentro das casas, seja porque suas mães trabalham e não tem com quem deixar seus filhos, seja porque desejam que eles se envolvam com algo que rivalize com as fartas e atraentes brincadeiras na rua, cerceando o convívio dos filhos com outras crianças, o que aparece como mais uma preocupação a ser combatida.

As novelas, pensadas para um público adulto, também compõem o repertório de possibilidades de entretenimento das famílias que fazem dessa programação uma prática de lazer, de ocupação, que fazem dos seus episódios elementos de conversas com amigos e vizinhos. Uma possibilidade que dialoga com pressões que limitam outras sociabilidades. O descanso do dia de trabalho e as refeições feitas à noite ganham o atrativo do clarão da

[43] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

televisão que surge como uma possibilidade para os que vêem na rua perigos que precisam ser minimizados.

Ao mesmo tempo e, contraditoriamente, o aparelho de televisão permite que se tenha notícia do que fica fora dos muros da casa, permite uma determinada convivência social. A disputa pelo controle do aparelho, muitas vezes, só é definida pelo mesmo autoritarismo patriarcal que trabalha pelo confinamento dos filhos e, em certa medida, do confinamento da própria esposa.

Charles, ao falar dos empregos que a mãe procurava manter, conta como era a relação entre os pais e como percebia a articulação que promoviam para manter o sustento da família:

> *Minha mãe trabalhou na Daiwa e saiu quando ela estava grávida de mim. Foi a última experiência que ela teve registrada ... Ela fala que adorava trabalhar na Daiwa. Minha mãe tem uma relação assim de ganhar dinheiro, trabalhar ela não reclama não. Ela gosta de ter o tal do dinheiro. Ela reclama assim, ela fala que o meu pai obrigou ela a saí da Daiwa. Porque ela estava grávida e por tudo que decorreu disso. Ela teve um processo contra a Daiwa e ela fica brava com o meu pai até hoje por causa disso (...) Depois, ela teve alguns serviços esporádicos e trabalhava como manicure. Fez vários serviços de manicure, por algumas vezes. Meu pai nunca gostou muito que ela fizesse esse tipo de serviço, então ela parava. Ai, no momento em que apertava muito ela voltava a fazer, depois parava de novo. Não porque tranqüilizou a situação, mas por pressão mesmo do meu pai. Quando apertava muito de novo, não tinha jeito, aí ela voltava a fazer e assim foi. Meu pai trabalhou numa empresa de ônibus durante muito tempo, passou por diversos cargos. Durante um bom tempo, ainda depois que eu fui morar no Patrícia, meu pai trabalhou como bilheteiro, depois que ele melhorou um pouco a situação dele e foi trabalhar na garagem mesmo (...) Minha mãe ainda estava naquela vida de faz unha de vez em quando. Aquela mesma coisa, meu pai brigava, aí ela parava. Quando o bairro foi adensando, adensô muito rápido, aí ela tinha uma freguesia imensa alí à disposição. Sempre que ela voltava a fazer unha tinha uma fila para fazer unha, então nunca faltou. Agora, a disposição dela é que não era muito regular.*[44]

Hoje, a mãe de Charles emprega-se como faxineira, normalmente trabalha em três casas diferentes, indo dois dias da semana em cada uma das casas. Não tem uma boa relação com o marido, o pai de Charles. Charles menciona que eles ainda moram na mesma casa, mas dificilmente conversam um com o outro. O pai de Charles ainda se opõe aos serviços realizados pela mulher. Mas, no momento, encontra-se desempregado. Aluga uma

[44] Entrevista concedida ao autor por Charles (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 6 de março de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

das três casas que possui, no mesmo terreno, pelo valor de meio salário mínimo, a mesma casa que Charles morou com a mulher, mas que desocupou quando preferiu ir morar de aluguel. Na outra casa, no fundo do lote, moram a avó de Charles e um dos irmãos de seu pai.

A mãe de Charles teve que sair da empresa onde trabalhava não porque achasse que deveria fazê-lo, mas porque o marido a pressionou. Apesar do valor identificado pelo filho, o de ter o seu próprio dinheiro, sua mãe só tinha autorização do marido para trabalhar quando a situação financeira da família não permitia outra condição. Essa era a pressão para negociar o seu trabalho e ampliar sua participação na renda da família. Sua integração no mercado de trabalho se dava pelas relações de vizinhança, sendo ora manicure, babá, passadeira, ora diarista de suas vizinhas mais abastadas.

O pai de Charles, que começou trabalhando como guarda-noite na empresa de ônibus rodoviário Gontijo, no início da década de 1980, chegou ao cargo de gerente regional na segunda metade da década de 1990, um percurso em que construiu na sua relação de trabalho a possibilidade de transformar sua vida: comprar um terreno, erguer a casa, manter a mulher fora do trabalho, educar os filhos, assistir a mãe. Questões que não foram tranqüilas e exigiram rearranjos e novas proposições ao longo do caminho. E quando o aparente sucesso havia chegado, não durou mais de 5 anos, sua condição de gerente, não lhe retirou da condição de trabalhador, portanto o risco do desemprego, das inseguranças voltaram, quando, ao final dessa década, foi demitido da empresa.

Vinte anos trabalhando em uma mesma empresa, quando o pai de Charles foi demitido, no fim da década de 1990, tinha 46 anos. O bairro Jardim Patrícia, a aposta de Virgílio Galassi, do pai de Charles e de tantos outros, havia se tornado um bom lugar para a classe média viver. No entanto, o sobrado inacabado, que o pai e a mãe de Charles tentam erguer desde o início do ano 2000, denuncia, em sua fachada sem reboco, que aqueles moradores são remanescentes de um tempo em que a cidade era outra, mesmo que os moradores fossem os mesmos.

Construindo um caminho diferente, Josina Ferreira Neves foi abordada pelo Jornal Participação, em fevereiro de 1985, na sessão Fogão Caipira. O periódico, procurando tratar do que classificava como “a vida do povo, suas ações, suas organizações e suas qualidades”, propôs que dona Josina ensinasse às leitoras do Participação uma receita de

mané-pelado, o que apresentou como “uma doce receita da cozinha popular”. O texto da matéria, apesar de preocupado com a construção de uma relação harmônica entre o Poder Público e os trabalhadores da cidade, deixa perceber a luta das pessoas mesmo onde se quer ignorá-las:

> *Dona Josina Ferreira Neves, 48 anos, não dispensa o fogão à lenha para assar, durante três dias na semana, os tabuleiros de pizzas, pães de queijo e coxinhas que seu filho Sérgio, de 12 anos, vende nas ruas de Uberlândia. O fogão de lenha é tão indispensável para ela que se tornou condição principal para alugar uma casa (...) Suas mãos calejadas pela lida diária do fogão não se cansam, produzindo ainda tapetes, colchas de retalho e trabalhos manuais.*[45]

Apesar dos esforços do colunista, não vejo nada de romântico nesse relato. Percebo a ação de uma senhora que lidando com a sua condição de classe, ao contrário do que ocorreu na família de Charles, instiga o filho de 12 anos a andar pela cidade procurando vender as quitandas que fazia. A renda da família carece dessa atividade e Sérgio contribui da maneira que pode. Uma mulher envolvida nas decisões e despesas familiares participa da discussão sobre as condições do local de moradia. O fogão à lenha é condição fundamental para a redução dos custos dos produtos feitos para a venda, uma alternativa em relação ao gás de cozinha.

Certamente que a lida no fogão é bastante cansativa, provavelmente não é para ocupar o tempo que dona Josina se dedica aos trabalhos manuais. Encontra na produção dos tapetes, das colchas e do que mais conseguir fazer, para que possa ser vendido, uma possibilidade de contribuição para o sustento da família. Participa da composição da renda com o filho e o esposo na expectativa por uma vida mais confortável.

Essas diferenças compõem o campo das relações possíveis ao se viver e partilhar a cidade em condições de desigualdade. Os trabalhadores são diversos entre si, isso significa reconhecer interesses, expectativas e valores que podem apontar para caminhos distintos e, por vezes, conflitantes. A convivência na cidade permite que se coloque em questão o modo como seus moradores constroem suas trajetórias, como se divergem e se associam em projetos de vida, projetos de cidade.

---

[45] MANÉ pelado, a doce receita de dona Josina/Sessão Fogão Caipira. *Jornal Participação*. Uberlândia, fevereiro 1985, p.12.

Nesse sentido, retomando a questão que propus para o início dessa discussão, não consigo perceber como pode se sustentar uma noção tão determinista como a de época. Certamente que há historicidades nas relações sociais, mas a problematização dessas historicidades me instiga a argumentar sobre um sentido de história que percebe que o que há de distinto e de comum na vida das pessoas não se marca com uma linha no tempo. Não se fecha, nem se decide, com um marco qualquer que se possa propor na produção historiográfica, ou na fala de qualquer um que se arrogue dono do tempo ou das expectativas e valores das pessoas.

Não consigo perceber um tal marco que sirva como referencial para estabelecer parâmetros para as condutas do trabalhadores. Tal encaminhamento não passaria de mais uma prática tencionando projetos de sociedade que convivem na formulação das diferenças e das desigualdades da qual é expressão.

Procurei sugerir a divisão do que Charles apresentou como sendo a época do seu pai. Busquei evidenciar que outros, vivendo no mesmo momento histórico que seu pai, construíram alternativas diferentes, viveram expectativas distintas, mesmo que de fato tenham vivido, como trabalhadores, a mesma sociedade, que tenham atuado sobre condições comuns. Busquei evidenciar que houveram mudanças, mas que existiram permanências para o que apresentou como sendo a época em que vive. Entendo essas temporalidades como um processo histórico, o qual se faz na convivência dessas desigualdades e diferenças ao ser trabalhador na cidade.

Mas, também coloquei como questão, ao propor discutir esse processo histórico, o momento que Charles se refere como sendo sua época. Com isso procurei colocar em foco os referenciais que sugeriu como particulares ao tempo em que vive. O diálogo que estabelecemos apontou, por parte de Charles, a compreensão de que o consumo se expandiu e que cada vez mais trabalhadores participam com alguma efetividade das relações de mercado. O incômodo que tenho com sua argumentação, assim como com o lastro que parece sugerir, talvez se traduza em saber se as relações capitalistas continuam produzindo consentimentos e expectativas, mesmo por parte de trabalhadores.

Acredito que existem evidências que apontam para esse suposto consentimento, mas, também, existem evidências que possibilitam dividir esse sentido atribuído às relações que vivemos no tempo presente. Penso que é o caso de recolocar a questão. Para isso,

proponho discutir experiências de desigualdade, não fugindo das divisões que elaboram, visualizando histórias que convivem enquanto expectativas em um mesmo processo de tensão nas relações classistas. Acredito que isso seria importante para a discussão da sociedade capitalista que vivemos.

Cindalva Rocha Alves, em março de 2008, escreveu uma carta ao programa de televisão Chumbo Grosso. O programa exibido de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 8:00 da manhã, é uma produção da TV Vitoriosa, emissora filiada à rede SBT. A carta foi endereçada ao apresentador do programa, conhecido como Marquinhos Maracanã. A remetente solicitou a ajuda do apresentador para conseguir uma das casas do Programa Habitacional realizado pela Prefeitura Municipal. Frente à sua expectativa, elaborou o seguinte pedido:

> *Querido Marquinho estou te escrevendo está carta com muito amor. Espero que você leia com muita atenção. Estou te pedindo uma ajuda. Espero que você me ajude Marquinho. Eu tenho 2 filho pequeno um tem 9 outro 7. Eu estou precisando da sua ajuda. Marquinho arruma uma casa daquelas da prefeitura porque eu sei que tem muitas casas abandonada. Eu quero só para poder morar. Eu sei com a sua ajuda e sua força de vontade você consegue para mim (...) Eu te peço Marquinho me ajude por favor o pai dos meus filhos não ajuda em nada. Eu estou desempregada por estou fazendo um tratamento da perna. Eu não tenho condição de pagar aluguel estou morando de favor mais está muito difícil pra mim.*[46]

Cindalva sabe que não tem condições de participar do processo de seleção realizado pela Secretaria Municipal de Habitação para que possa se inscrever nos programas de habitação disponibilizados pelo Poder Público. No momento, não tem emprego e o tratamento de saúde que realiza não lhe inspira muitas expectativas de que possa vir a conseguir um novo emprego logo de imediato. Também não tem nenhuma outra renda que possa declarar como fonte de pagamento das prestações da casa. Argumenta que não pode contar com a ajuda do pai dos seus filhos, pois este não contribui com nada.

Mas, diz saber que o apresentador, tratado por Marquinho, pode conseguir o que a ela, ao viver a cidade, é negado. Chega a mencionar que a ajuda do apresentador, caso este

[46] CINDALVA. [*Carta*]. Uberlândia, 03.03.2008. Carta ao Programa Chumbo Grosso/Rede Vitoriosa de Televisão, relatando dificuldades em manter uma moradia para a família, solicitando ajuda para conseguir, junto ao Poder Público, uma das casas de Conjuntos Habitacionais construídas pela Secretaria de Ação Social. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

use sua força de vontade, seria suficiente para que pudesse conseguir a casa. Declarou que sabe que há casas que estão abandonadas, dizendo que não quer a propriedade, pretende apenas morar, por certo acreditando que as dificuldades que enfrenta são momentâneas e que precisa apenas dessa "ajudinha". Nesse sentido, parece-me que se o capitalismo avança, avança nas relações de classe.

A desigualdade existente entre Marquinho Maracanã e Cindalva é patente. Cindalva sabe disso e atua na expectativa de conseguir o comprometimento do apresentador frente ao interesse de conseguir a casa. Sua condição de classe implica, no momento, em não conseguir pagar o aluguel e precisar morar de favor, mas julga que são muitas as dificuldades que enfrenta, portanto, pede que Marquinho leia com amor e atenção a sua carta. Expondo tudo isso, parece dizer que se o apresentador não conseguir a casa, que tanto precisa, certamente foi porque não se empenhou nisso. Essa conclusão não seria boa para um programa de televisão que procura se legitimar propondo-se como a voz, a força do povo. Esta é uma expressão da tensão das relações de classe.

Assim como Cindalva, Érica Oliveira também estava enfrentando problemas. Morando de favor na casa da sogra teria que desocupar a casa porque a mãe do marido iria vender o imóvel. Pressões que surgem em meio a solidariedades nem sempre seguras por longos períodos, pois se os trabalhadores conseguem construir formas de ir tocando a vida, sabem também dos limites de suas soluções e que novas estratégias são um repertório comum a ser construído. Então, como tantos outros, decidiu escrever uma carta para o programa de televisão Linha Dura, realizado pela mesma emissora que produz o programa Chumbo Grosso. Exibido das 12:35 às 13:30, o programa é apresentado por Amarildo Maciel, a quem a carta foi endereçada. Ao tentar o diálogo com o apresentador, Érica escreveu o seguinte:

> *Oi meu nome é Érica, uma de suas telespectadoras, sou casada, tenho um bebê de 4 meses, meu esposo está desempregado, meu pai mora com a gente, tem problema de coluna, bronquite e também está desempregado. Sabe a vida não está fácil "por aqui". Estamos morando de favor na casa da minha sogra que está pedindo a casa para poder vender. Pegamos emprestado um dinheiro, demos alguns móveis no direito de um lote de alguém, mas não temos dinheiro para comprar material e construir a casa, no meio de tanta dificuldade peço a sua ajuda para pedir a população de Uberlândia que doem para nós material de construção pode ser usado não tem problema. Não temos nada ainda e nem como construir. Meu sonho*

*é poder ter a minha casa para poder criar o meu filho. Obrigado por ouvir meu apelo de mãe, mulher, cidadã uberlandênce.*[47]

A mulher, que se coloca como cidadã uberlandense, fez um apelo. Disse quais são as condições que enfrenta e que espera que o apresentador peça a ajuda da população de Uberlândia para que possam doar os materiais que precisa para construir sua casa. Essa é a sua solicitação, tem o sonho de ter a casa para poder criar o filho. O marido está momentamente desempregado, assim como o pai, o qual ainda estaria com problemas de saúde. Então, espera a contribuição de todos, "o material pode ser usado, não tem problema".

Ao declarar suas limitações para o término da casa, dá visibilidade as fragilidades da família em garantir uma renda que lhes permitissem assentar perspectivas, "ter a minha casa para poder criar o meu filho". O apoio da sogra até o momento é lembrado como provisório e cindido pelas tensões da prática de morar de favor. Érica demonstra sua inquietação com essa situação, quer mudanças. A cidadania que questiona é expressa nas ausências que percebe no seu dia-a-dia, nas artimanhas construídas diante as privações que viver Uberlândia, desigualmente de outros, lhe propiciou.

Érica, não percebe muitas facilidades para conseguir realizar o sonho da casa própria. Parece perguntar se sabem que "a vida não está fácil por aqui". Deu alguns móveis em troca do direito de um terreno, provavelmente em alguma ocupação considerada ilegal pelo Poder Público, agora não tem como construir a casa, mas a sogra já pediu que desocupassem o lugar onde mora com o marido, o filho e o pai.

Essas trabalhadoras não parecem encontrar o paraíso de consumo na sociedade de mercado. Mas vivem em uma sociedade capitalista, lidam com essa condição. Parecem-me que também são representativas de muitos outros que partilham as relações comuns que vivemos na cidade. São contemporâneas de Charles, Sebastião e Maria. Cindalva mora no bairro Tocantins, no setor Oeste da cidade, enquanto Érica mora no bairro Dom Almir, na área Leste, ambas moram de favor. Enviam essas cartas no mesmo momento em que

[47] ÉRICA. [*Carta*]. Uberlândia, 2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, relatando dificuldades para construir a moradia da família, solicitando ajuda para conseguir materiais para a construção da casa. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

Charles está colocando em questão a possibilidade de morar no Conjunto Palmeiras II, na região Oeste da cidade.

A cidade é apreendida nas experiências do ser trabalhador. Nesse caminho, a desigualdade enfrentada por trabalhadores ao se relacionarem na cidade não aponta para uma única expectativa. As perspectivas vislumbradas apontam para diferenças que merecem ser investigadas a partir da confrontação social desses sujeitos. Reconhecer que as relações estabelecidas na cidade são comuns aos que nela vivem não pode significar ignorar as desigualdades, como também não pode deixar de reconhecer que o modo de lidar com a desigualdade não é único e unilateralmente determinado.

Cristiano Oliveira, que tem 23 anos e dois filhos, na carta que enviou ao apresentador do programa Linha Dura, em janeiro de 2008, não ignorou as mercadorias que parecem de domínio comum. Pediu móveis para a casa. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que indicou não usufruir das possibilidades de consumo da sociedade em que vive, revelou sua condição de classe:

> *... venho por meio desta carta pedir uma ajuda, peço um sofá ou um jogo de cadeiras e também se não for pedir muito um colchão de solteiro para o meu filho de 4 anos ele tem bronquite alérgica e o colchão dele está muito velho e cheio de pó. Amarildo o sofá ou as cadeiras podem ser usados, eu venho lhe pedir porque não tenho nada para nós sentar em casa, para meus filhos se alimentarem eles se sentam no chão.*[48]

As desigualdades e as diferenças, mesmo entre os trabalhadores, às vezes parecem tão grandes que dão a impressão de que falam de sociedades distintas. A condição de classe parece de difícil identificação quando se pretende propor um único padrão de vida e um mesmo tipo de expectativa para o conjunto dos diversos trabalhadores. Mas como enfrentar essa questão? Como tratar das tensões sociais sem fugir da complexidade de suas contradições? Como não ignorar as dissidências de valores e expectativas? Como enfrentar essas questões a partir da produção do conhecimento histórico?

---

[48] CRISTIANO. [*Carta*]. Uberlândia, 11.01.2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, relatando dificuldades devido à falta de móveis na casa, solicitando ajuda para conseguir móveis para a casa. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

As pessoas elegem no seu modo de viver formas para conquistar o que potencializaram como expectativas, mesmo em experiências de desigualdade. Se a condição de vida de Cristiano, ao ser trabalhador na cidade, restringe acesso a certos utensílios domésticos, sabe que há possibilidades de que seus valores e necessidades sejam atendidos nessas relações classistas, por isso os móveis “podem ser usados”. A doação é um dos caminhos para conseguir resistir às pressões, que esvaziam não só a casa como também agravam a saúde do filho e expressam as práticas que retratam cotidianamente suas limitações e as de sua família: “para se alimentarem meus filhos se sentam no chão”.

Nessas histórias, relatadas por trabalhadores, encontram-se narrativas variadas do que é ser trabalhador ao se viver a cidade, o que me parece não ser uma especificidade de Uberlândia, mas uma condição comum vivida nas cidades brasileiras. Ao tratar dessas relações construídas em Uberlândia abrem-se possibilidades para pensarmos sobre a vida dos trabalhadores nas cidades, discutindo os modos como estão se posicionando e se constituindo classistamente nesse processo.

# *CAPÍTULO 2*

## *PRÁTICAS SOCIAIS EM MOVIMENTO*
## Confrontações de valores e interesses

Não basta chegar ao trono e ao livro
para ter seu nome a salvo ...

Affonso Romano de Sant'Anna

Diferenças e desigualdades entre trabalhadores compõem o campo comum de relações ao viverem a cidade, tanto quanto as identificações que são construídas. Essas noções conceituais estão sendo encaminhadas aqui a partir do que percebo como uma tensão constante em torno de valores e interesses no fazer-se da classe trabalhadora. São termos que podem ser expressivos de movimentos históricos engendrados na elaboração das práticas que os sujeitos propõem e sustentam, conforme o campo de forças que vivem.

A trama dessa movimentação social me parece extremamente densa e ganha contornos a partir do interesse que proponho em repercuti-la na atuação de determinados trabalhadores que viveram e vivem a cidade de Uberlândia. É fundamental para este procedimento a compreensão de que as práticas formuladas por trabalhadores, ao viverem a cidade, são experiências que elaboram as relações que estão sendo partilhadas e propostas para/na cidade. As práticas desses sujeitos são os fios a serem trançados na narrativa que proponho neste capítulo, a qual estabelece como foco o enredo das relações classistas no tempo que vivemos.

A elaboração de projetos de vida em práticas que são formuladas corriqueiramente faz do campo das relações sociais um campo minado, afeito a conflitos que quando não se consumam parecem sempre prontos a irromperem. O processo integral que reúne esses projetos pode ser significativo para a discussão do que vem sendo colocado como questão ao ser trabalhador no final do século XX e início do século XXI. Esse foco me parece instigante para que se possa tratar de tendências, evidenciando mudanças e permanências históricas no fazer-se da classe trabalhadora.

O modo como os trabalhadores concebem suas práticas de atuação social, formuladas nas expectativas do viver a cidade, é estabelecido em um diálogo social. Esse diálogo supõe a desigualdade, mas uma desigualdade vivida com consentimentos,

dissidências e diferenças. Sobre esse suposto, entendo-o como a própria expressão das relações classistas.

Portanto, as condutas de trabalhadores dizem de como concebem a sociedade que vivem, dizem das avaliações que são construídas, dos consentimentos e das dissidências que são formuladas, da própria dominação de classe. Foi com esse entendimento que as experiências dos trabalhadores, sugeridas nas fontes que são mencionadas, foram escolhidas e combinadas. A intenção é apresentá-las como práticas sociais e pensá-las como lutas políticas.

Assim, percebi na discussão da questão do transporte coletivo, tendo como referência a condição de classe dos trabalhadores, um caminho possível para analisar os confrontos de valores e interesses na sociedade contemporânea ao se viver as cidades. Ao se pensar Uberlândia a partir das circunstâncias diárias de quem recorre ao transporte coletivo como condição de se deslocar e tomar parte na cidade, o que está em evidência é o modo como essa movimentação expressa relações sociais construídas cotidianamente.

Nesse sentido, Eduardo Santos Torrecilhas, morador do bairro Shoping Park, preencheu, em maio de 2008, uma Ficha de Reclamação na Sessão de Controle e Fiscalização do Transporte Coletivo[49]. A procura pelas fichas de reclamação, disponibilizadas nos cinco terminais de ônibus distribuídos na cidade, é grande[50]. A prática de Eduardo, enquanto uma possibilidade comum para a atuação dos que recorrem ao serviço de transportes, permite evidenciar a movimentação social dos trabalhadores na cidade ao se colocarem frente às dificuldades com o transporte público:

---

[49] A Sessão de Controle e Fiscalização de Transporte Coletivo é ligada à Secretaria de Trânsito e Transporte da Prefeitura de Uberlândia. O órgão foi criado no conjunto de mudanças implementadas na criação do Sistema Integrado de Transportes (SIT) na cidade, o que ocorreu a partir de 1997. Entre as mudanças está a criação dos terminais que permite percorrer a cidade com um único bilhete. Silva, buscando discutir a implantação do SIT a partir da vivência dos usuários, problematiza as promessas de "conforto, segurança e rapidez" que estariam sendo implantadas com o que muitos geógrafos planejaram como uma das mais sofisticadas políticas de transporte urbano. Ver:
- SILVA, Janaina Ferreira. *Sistema Integrado de Transporte:* "conforto, segurança e rapidez" na vivência dos usuários? 2004. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

[50] Quando estive na Sessão de Controle e Fiscalização de Transporte Coletivo tive acesso a um arquivo que continha fichas dos anos de 2004 a 2008. Esse material, que era composto de aproximadamente cinco mil fichas, estava estocada em caixas que seriam enviadas para o Arquivo Permanente da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Teriam o mesmo destino que as anteriores ao período mencionado. Destaco que os materiais que vão para o Arquivo Permanente ficam indisponibilizados para a consulta de pesquisadores por um período mínimo de 10 anos, sendo que, em alguns casos, podem ser disponibilizados por solicitações formais via instituições.

> *A reclamação é sobre os horários da linha 141 Shopaing ParK, não adianta reclamar para o fiscal da empresa, pois o mesmo não tem educação nenhuma com as pessoas, que pagam suas passagens e não estão andando de graça, mas sim querendo só nossos direitos, como eu. Eu trabalho e fico indignado com a falta de respeito com os usuários do transporte coletivo, na minha opinião quem paga pelos erros da empresas é os funcionário motoristas e cobradores, que cumprem os horários da empresas e escutam coisas que até Deus duvida. Também sou funcionário de uma empresa grande sei como é. A partir das 20:00 roda só um.*[51]

Os horários dos ônibus que fazem a linha que permite se deslocar na cidade, tendo como referência o caminho que liga o lugar onde mora ao Terminal Central, ponto de embarque para muitos outros trajetos, não lhe satisfaz. Esses horários não foram pensados por Eduardo, que contesta a decisão de passar um único ônibus a partir das 20:00 horas. Sendo que, ao final do dia, após mais uma jornada de trabalho, tem que lidar com essa condição que reconhece como uma falta de respeito para com ele, mas também com outros trabalhadores que necessitam desse meio de locomoção.

Entendo que quando Eduardo julga que não adianta reclamar com os fiscais das empresas, sendo que esses trabalhadores não apresentam nenhuma identificação com suas dificuldades, mas sim com os interesses dos empresários, apontando que "não tem educação nenhuma com as pessoas", o trabalhador se reconhece na relação, evidenciando as possíveis identificações e divisões desse universo de trabalho e pressão. Mas, entende também que tem o direito de ser bem atendido, precisa do ônibus. Então, dirige-se ao Poder Público, através do órgão de fiscalização do transporte na cidade. Apresenta-se como uma das pessoas que pagam suas passagens e que querem os seus direitos. Alega que está indignado com as empresas que prestam o serviço de transporte.

O posicionamento de Eduardo é o de quem espera do Poder Público o encaminhamento de sua reivindicação frente à insatisfação com as empresas. Ao argumentar que os motoristas e cobradores, diferentemente dos fiscais, não são responsáveis pela conduta das empresas de transporte, mas que eles estão sendo alvo de acusações que até "Deus duvida", ele sugere um campo de disputas onde a insegurança dos motoristas e cobradores é reconhecida como terreno comum. Deixa claro que, em sua opinião, os funcionários estão pagando por erros que não são seus, "sei como é", "também sou funcionário de uma empresa grande".

---

[51] TORRECILHAS, E. S. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 13.05.2008. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

A identificação com os funcionários das empresas de transporte tem como referência a condição comum de trabalhadores, o chão compartilhado das condições de classe. Ser funcionário de uma empresa grande, mesmo que não seja a mesma empresa, além do sustento garantido pelo trabalho, também possibilita o reconhecimento de serem executores de decisões que não necessariamente conceberam, mas para as quais são pagos para realizar.

A identificação de uma condição de classe foi valorada na solidariedade de classe. Eduardo compreende o que seria os limites das atuações dos colegas trabalhadores. Exime-os de qualquer responsabilidade. Aponta as empresas como responsáveis pelos problemas que enfrenta com o transporte. Ao mesmo tempo, sugere o Poder Público como árbitro autorizado desse conflito.

Se Eduardo tem essa compreensão e sentiu a necessidade de defendê-la, talvez seja porque seu entendimento não se configure enquanto algo tranqüilo, o que pode ter sido sugerido na diferenciação que fez de si e dos que acusam os motoristas pelos transtornos que são submetidos. O posicionamento de Eduardo talvez se constitua enquanto uma questão para os trabalhadores que enfrentam a condição de dependência do transporte público ao se relacionarem na cidade, sendo que acabam limitados frente à garantia de lucro que as empresas de transporte usufruem devido às concessões de prestação de serviço que recebem do Poder Público Municipal.

Otávio José Neto, que assim como Eduardo mora no Shoping Park, também procurou a Sessão de Fiscalização de Transporte para pedir melhorias no atendimento para os que, como ele, dependem dos ônibus ao transitarem pela cidade. Contudo, o foco de sua argumentação não foi o mesmo de Eduardo, dizendo que:

> *... o ônibus anda lotado no horário de pico e às vezes deixa a gente no ponto enquanto carrega na linha 141 o pessoal da UNITRI da linha 142. E nós que somos trabalhadores temos que conviver com isso enquanto os ônibus da linha 142 circulam em alguns horários praticamente vazios, além do mais pegam também vários deficientes físicos na UNITRI. Peço que a linha 141 faça o Shoping Park e não a UNITRI porque temos poucos ônibus a nossa disposição e nós que vem do trabalho tem que vir em pé, porque eles lotam o ônibus no terminal.*[52]

[52] NETO, O. J. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 09.03.2006. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

A constatação de que “eles”, os que lotam os ônibus no terminal, fazem com que “nós, que somos trabalhadores”, voltemos em pé para casa, é apresentada por Otávio como o alvo do problema. Não porque desconheça que são poucos os ônibus que servem ao seu bairro, mas porque julga que “eles” dificultam ainda mais a situação por que passa diariamente. “Eles”, são os estudantes universitários da UNITRI e os que com alguma deficiência física buscam o atendimento fisioterápico gratuito, oferecido pela instituição universitária ao promover a condição experimental de profissionalização dos estudantes que freqüentam o curso de fisioterapia.

A condição de trabalhador foi delimitada por Otávio, não identificando nos estudantes e nos deficientes uma condição comum de classe. Apresentou essas diferenciações como desigualdades, insinuando, em certa medida, uma determinada divergência de interesses. Afinal, “eles” ocupam todos os acentos nos ônibus, lotam os veículos. Assim, tem que fazer o percurso em pé, quando consegue entrar no ônibus. Parece declarar que os trabalhadores estão sendo prejudicados.

Essas noções de trabalhador não apontam para uma identidade de classe fora das relações sociais. Antes, sugerem uma confrontação de valores que se definem no campo das relações que estão sendo estabelecidas na dinâmica da tensão social. A tensão, localizada na movimentação dos sujeitos, sugere contradições que merecem um exame mais próximo, uma consideração que não ignore as evidências de sua força política[53].

---

[53] Os trabalhos de Thompson e Hoggart foram muito sugestivos na formulação do encaminhamento que apresento. O modo como os autores se inquietam com uma noção estática de classe, assim como os esforços que empreendem para evidenciar a dinâmica social no fazer-se das relações construídas pelos trabalhadores, provocou-me a reconhecer nas práticas que estes sustentam para suas vidas uma tensão constituinte das relações de classe. Uma relação que extrapola os limites de certas instituições que se apresentam como representantes das classes, supondo uma polaridade de relações que estabelece o conflito apenas entre trabalhador e patrão. As relações classistas, como sugere Thompson, em tom de polêmica, forjam o fazer-se das classes, não o inverso, o que procura argumentar com maior contundência em “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência” ”. Por sua vez, em “A venda de esposas” e “Rough music”, Thompson aceita o desafio de discutir as tensões e divisões estabelecidas no modo de vida dos trabalhadores da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX; enquanto Hoggart, em “As utilizações da cultura. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora”, também busca o confronto com as contradições da vida mantida pelos trabalhadores na Inglaterra do pós Segunda Guerra. Ver:
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura.* Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editora Presença, 1973. 2 vol.
- THOMPSON, E.P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281.
- THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.305-352.
- THOMPSON, E. P. Rough music. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.353-406.

Otávio pede que o Poder Público atue fazendo com que o ônibus da linha 141, que faz o trajeto Shoping Park-Centro, não passe mais pela UNITRI, no Morada da Colina. Julga que com essa medida, ao se livrar dos estudantes e dos deficientes que ocupariam os ônibus, os trabalhadores que moram no bairro seriam beneficiados. O bairro Shoping Park é conhecido por muitos dos moradores da cidade como um local que apresenta muitas dificuldades. Grande parte dos terrenos sequer foram legalizados pelo Poder Público, motivo pelo qual este justifica o não asfaltamento de ruas, a não instalação de redes de esgoto, assim como de muitas outras reivindicações feitas por parte dos moradores, o que aponta para divisões de lutas, divisões nos modos de viver a cidade.

Também sobre a questão das dificuldades com os ônibus, Francinete Rodrigues Rego, ao fazer uma solicitação ao Secretário de Trânsito e Transportes, pediu mudanças ao relatar, na Ficha de Reclamação, como a condição de classe traz o dia desafiando a paciência:

> *Senhor Secretário, nós do bairro Shopping Park temos os nossos direitos igual al de qualquer cidadão todos os dias temos constrangimentos os bancos estão molhado e molha toda a roupa e agente se sente muito mal, alem disso falta ônibus no horário prometido para nós, por favor faça alguma coisa para melhorar a nossa vida ou vamos ter que optar por outras providência.*[54]

Francinete pede providências. Sugere também que além das Fichas de Reclamação outras medidas podem ser tomadas pelos trabalhadores que moram no Shoping Park, insinuando que um confronto não está descartado. Alega que devem ter os mesmos direitos de qualquer outro cidadão de Uberlândia, portanto os ônibus devem ser limpos e os horários estabelecidos devem ser cumpridos.

A compreensão de que "a gente se sente muito mal" informa as práticas de muitos dos trabalhadores ao reivindicarem melhorias nas condições em que vivem. Morar no Shopping Park, na cidade de Uberlândia, é, para muitos trabalhadores, enfrentar condições como essas, ônibus como esses. Talvez, o banco molhado ou sujo, o atraso recorrente ou mesmo ocasional, a superlotação e as quebras dos veículos sejam apenas a expressão de uma condição social que é questionada nas elaborações firmadas nessas reivindicações.

---

[54] REGO, F. R. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 06.09.2007. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

Não encontrar trabalho próximo ao local de moradia, tendo que buscar possibilidades de emprego em outros lugares da cidade, pressiona os trabalhadores que moram nessa área a valorizar o transporte coletivo como uma necessidade ao se viver a cidade. Francinete, contando com a força do seu apelo, devido ser essa uma condição comum a muitos dos seus vizinhos, traz na fatura da deferência ao secretário municipal o limite da inadimplência. A cidade, frente às suas expectativas, está sendo reivindicada com os mesmos direitos para todos os cidadãos.

As noções de uma cidadania comum, a radicalidade da distinção e da dissidência de classe, tanto quanto a solidariedade de classe, estão sendo formuladas nas práticas dos trabalhadores enquanto possibilidades históricas. Os valores que informam suas atuações advêm do repertório que orienta seus interesses frente às condições com que se deparam. É com esse repertório que a vida é tratada. Essas práticas vêem apontando para experiências divididas por valores distintos, mesmo quando as condições de desigualdade são comuns, mesmo quando os interesses parecem os mesmos. É nesse campo que as identificações e as dissidências se fazem nas relações dos trabalhadores.

As questões formuladas nas narrativas das pessoas que preenchem as Fichas de Reclamação são variadas. O Poder Público, ora é reconhecido como árbitro de conflitos, ora como cúmplice das empresas, ou mesmo como relapso no que seria sua função de fiscalizar. Considerações produzidas nos pontos de ônibus, no trajeto, ou mesmo enquanto seguem para casa, discutindo os problemas do bairro. A pauta que problematizam traz a necessidade do ônibus, mas não se encerra no objetivo e no direito particular, esses trabalhadores lidam com a desigualdade e se solidarizam em uma rede de necessidades e dificuldades compartilhadas no terreno comum de classe.

As empresas, do mesmo modo que são apontadas como responsáveis pelo transporte insatisfatório, também são sugeridas como árbitras de conflitos entre os que necessitam do serviço e os trabalhadores do transporte. Motoristas e cobradores são, em muitos momentos, responsabilizados por desviar a rota dos ônibus, deixar passageiros nos pontos e desacatar os trabalhadores que fazem uso dos serviços do transporte coletivo. Em um número significativo de fichas, as empresas são instigadas a punirem e advertirem os seus trabalhadores. São muitas as solicitações que pedem a repreensão desses sujeitos.

Foi nesse sentido que o trabalhador Roberto Oliveira da Silva, morador do bairro Nova Uberlândia, preencheu, em março de 2006, uma Ficha de Reclamação na Sessão de Controle e Fiscalização de Transporte Coletivo. Utilizou-se do serviço disponibilizado pelo Poder Público para denunciar à empresa de transportes a conduta de um dos funcionários que não estaria cumprindo com suas funções.

Roberto saía do serviço no bairro Industrial, no setor Norte da cidade, e se deslocava ao terminal de conexão do bairro (Terminal Industrial), para em seguida pegar um outro ônibus para o Terminal Central, sendo que de lá teria acesso ao trajeto que o levaria ao bairro onde mora, na região Sul da cidade.

Mas, Roberto relatou o seguinte imprevisto:

> *Estava no ponto de frente Souza Cruz às 6:37 dei o sinal para parar mas o motorista não parou nesse momento caminhei ao Terminal Industrial a pé. Solicito providência para empresa tomar atitude, passar para os funcionário para que não venha acontecer pois já é a segunda vez que isso me acontece. O motorista tem que cumprir com as suas obrigações.*[55]

Além de todas as dificuldades impostas pelo percurso pensado a partir dos interesses comerciais das empresas de transportes, Roberto ainda tem que lidar com situações como essa. O ônibus ao qual se referiu, o I451, de propriedade da empresa Transcol, faz o percurso Terminal Umuarama-Terminal Industrial, onde não tem uma grande freqüência ao realizar esse trajeto, marcado com um percurso em vermelho pelo mapa a seguir, mapa II. Para Roberto a invisibilidade dessa infração, no setor industrial da cidade, prejudica-o, por isso recorre à ficha de reclamação. Ele espera que ajam em seu benefício, e no caso, aponta sua condição de trabalhador, de uma empresa relevante devido sua atuação multinacional, para assim autorizar sua queixa e seu direito.

[55] SILVA, R. O. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 31.03.2006. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

# MAPA II - UBERLÂNDIA - SETOR NORTE - Zn. PI. 30 - DISTRITO INDUSTRIAL

Atualização: Agosto/2009

## DETALHE

Escala 1:2500

## SITUAÇÃO

Escala Gráfica

## LEGENDA

- SETOR NORTE
- SETOR SUL
- SETOR LESTE
- SETOR OESTE
- SETOR CENTRAL
- PERCURSO - Sr. ROBERTO O. SILVA (530m)
- LINHA DO ÔNIBUS - T151
- LINHA DO ÔNIBUS - A170
- LINHA DO ÔNIBUS - I451
- PONTO DE ÔNIBUS

MAPA DE BAIRROS DELIMITADOS
FONTE: SEPLAN/2009

ROTAS DOS ÔNIBUS - UBERLÂNDIA
FONTE: SETTRAN/2009

LAYOUT: GLAUBER S. FREITAS

Muitas vezes os horários dos ônibus conciliam a saída/chegada de trabalhadores nas empresas, portanto Roberto lida com o seu direito e a força que o campo empresarial tem para intervir nas práticas do transporte coletivo. Como ele mesmo destaca, o ponto de ônibus é em frente ao portão da empresa, sugerindo desde aí esse vínculo de interesses. Reconhece que a alteração do trajeto é uma prática de outros trabalhadores, no caso os motoristas, que, ao fazerem a linha do ônibus, ignoram pontos de paradas, mas aguarda que cumpram com suas obrigações, afinal esse é apenas o início do seu caminho de volta para casa.

Quando perdeu o veículo, ao invés de esperar que passasse outro, achou melhor ir à pé ao Terminal de ônibus do bairro Industrial, uma distância de aproximadamente 500 metros, destacada no mapa acima com o percurso em rosa. Um imprevisto que, como fez questão de insinuar, não chega a ser nenhuma prática extraordinária, só com ele teria ocorrido duas vezes. Portanto, convive com a possibilidade constante de que ao fazer o sinal para a parada do ônibus, o condutor do veículo simplesmente o ignore.

Mas esse era só o primeiro dos três ônibus que precisava pegar para chegar em casa, após mais um dia de trabalho. Eram os primeiros 500 metros dos quase 18 km que precisaria percorrer. Do setor Norte, onde entrou em um ônibus no Terminal Industrial, o T151, conforme assinalado com o percurso em amarelo, no destaque situação, foi para o Terminal Central, no Centro da cidade. De lá pegaria o A170, conforme assinalado, no mesmo destaque, com o percurso em verde, para aí sim chegar em sua casa. Sair do setor Norte para o setor Sul da cidade é um trajeto que pode demorar mais de uma hora para ser feito, isso quando não há os imprevistos, como os que provocaram a reclamação do Sr. Roberto.

Mas, ao compartilhar a condição comum de trabalhador com o motorista da empresa de transporte, supõe saber onde e como apelar. Cobrou providências do patrão do motorista para que este tomasse a atitude de “passar” ao funcionário a necessidade de “cumprir suas obrigações”. Na desigualdade das relações de classe encontrou a brecha para promover seus interesses, buscou junto ao patrão do condutor do coletivo um modo de enfrentar o trabalhador que, na realização de suas funções, o prejudicou.

Como a única responsabilidade que atribuiu à empresa Transcol foi a de fazer com que seus trabalhadores cumpram suas funções, acreditou que poderia contar com o apoio do

empresário frente à solicitação realizada junto ao órgão do Poder Público que, nesse caso, dificilmente penaliza as empresas. Ao repassar a reclamação à empresa, a Sessão de Controle e Fiscalização de Transporte Coletivo recebeu a seguinte resposta formulada por seus diretores:

> *Os nossos trabalhadores são orientados, em treinamentos específicos, a atenderem com cordialidade os usuários do transporte coletivo, mas o motorista, que diz não se recordar do caso mencionado pelo reclamante, foi orientado a ter maior atenção.*[56]

Situações como essas recebem respostas com esse mesmo padrão, listadas em blocos de 10 ou 15 apreciações. Casos como esse, que são comumente registrados, apresentam o aparente aspecto de engavetamento, mas podem ser retomados pelos donos das empresas de transporte a qualquer momento, tanto frente ao interesse de uma proposta de demissão por justa causa do funcionário, quando do corte de benefícios que compõem o salário dos trabalhadores, mas que são sugeridos como premiações no caso de não se envolverem em nenhum acidente ou reclamação. Nesse sentido, a solicitação expressa possibilidades e interesses desiguais em um campo determinado nas relações de classes.

Evidências como essas sugerem também identificações que, em situações momentâneas, apontam para trabalhadores que visualizam patrões como possíveis aliados ao buscarem resolver conflitos, por vezes entre "iguais". Essa estratégia pode ser percebida como uma maneira possível de se livrar de um motorista sacana, que de outro modo dificilmente seria destituído de suas decisões arbitrárias de simplesmente deixá-lo no ponto. Parece-me que essa é uma compreensão possível das relações de classe vivida por Roberto. Essa me parece uma prática bastante consciente das condições em que vive, assim como do lugar social que ocupa.

Darci Martins dos Santos, por sua vez, redigiu um Termo de Reclamação solicitando o cumprimento de um direito, que, segundo relatou, está sendo descumprido

[56] Idem. As respostas, formuladas pelas empresas frente ao encaminhamento das cobranças enviadas à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público, normalmente são apresentadas em conjunto, juntamente com outras, em documentos a parte. Mas essa, em especial, estava com a resposta redigida no verso da própria Ficha de Solicitação. Quando se preenche uma Ficha de Reclamação espera-se uma resposta da Sessão de Controle e Fiscalização, após essa apurar a denúncia. Inclusive nos campos de identificação de quem preenche a ficha coloca-se o endereço e o telefone dos reclamantes. Mas essas respostas raramente são dadas a quem reclamou, configurando-se, quando ocorrem, mais como condescendências pontuais do que uma prática a ser observada com vigilância.

pelos cobradores de alguns ônibus. Julga que o que está passando é ultrajante, sendo que formulou a questão da seguinte maneira:

> *Sou brasileira em dias com minhas obrigações legais junto as leis que rege meu país tenho como deficiência a falta da mão direita por acidente de trabalho a 2 anos por isso sou beneficiária do cartão de passe livre. Sempre de 1 mês pra cá em várias linhas os cobradores me impede de passar a catraca e hoje decidi lutar pelos meus direitos pois sinto me ultrajada hoje mais uma vez o cobrador mandou eu descer pela porta da frente passou meu cartão liberando a catraca recebeu de uma moça e passou ela na minha liberação falei que ele estava errado quis rodar a catraca ele não deixou disse que depois que eu descesse ele rodava. Isto é ultrajante!!!*[57]

Darci quer que o seu direito de gratuidade, enquanto deficiente física, seja garantido e respeitado. O direito, assegurado por Lei Federal nº 7.853/89[58] e regulamentado por Lei Municipal n° 4.679/88[59], garantia-lhe a possibilidade de passar pela catraca ao entrar nos ônibus. Relata que hesitou em fazer a reclamação, mas que depois de mais essa situação resolveu lutar por seus direitos. Sugere que quem estaria descumprindo os direitos que reivindica seriam os cobradores, que, interessados no dinheiro da passagem paga por quem passa na liberação de seu cartão, estão fazendo com que desça pela porta da frente, mesmo podendo descer pelas portas traseiras do veículo. Julga que descer pela porta da frente, sendo ignorada em sua solicitação de ao menos rodar a catraca, é uma condição ultrajante.

Enquanto trabalhadora, amputada na realização de suas funções, diz-se em dia com suas obrigações legais, apresentando essa argumentação como legitimadora frente à

---

[57] SANTOS, D. M. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 21.04.2006. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

[58] BRASIL. Lei Federal nº 7.853, de 24 de setembro de 1989. "Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências."

[59] UBERLÂNDIA. Lei Municipal n° 4.679/88, regulamenta a gratuidade de transporte coletivo e dá outras providências.

A redação e a ementa foram várias vezes alteradas nesses últimos 20 anos. Como na Lei Municipal nº 9.888, de 17 de maio de 2005, baseada no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. A lei garante a gratuidade para as pessoas com dificuldade de movimentar-se permanente ou temporariamente, com redução da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção ou até mesmo incapacidade completa ou parcial de desempenho de atividades. Posteriormente, outras alterações estiveram em discussão em relação às tipificações das deficiências, doenças e, inclusive, o peso das pessoas a serem reconhecidas como contempladas com o direito previsto na lei. A última alteração, para a Lei Municipal nº 4.679, foi proposta pela vereadora, do PSB, Liza Prado, a qual foi feita em 06 de março de 2009. "Estabelece gratuidade de transporte coletivo urbano e semi-urbano para os idosos acima de 60 (sessenta) anos, para os portadores de necessidades especiais e seus respectivos acompanhantes."

exigência do cumprimento de seus direitos. Apesar das hesitações, denunciou os cobradores. A argumentação retórica apresentada pela cobradora, a de que após descer do veículo rodaria a catraca, a teria irritado profundamente. Parece insinuar em sua escrita que, se a cobradora não a tivesse ignorado e se a situação não tivesse se tornado rotina, poderia até tolerar os eventuais caixa-dois dos cobradores, mas que da maneira como foi feito sentiu-se impelida a mostrar que tem seus direitos e que os cobradores estão submetidos a eles. E por meio das Fichas de Reclamação encontrou, no Poder Público, a possibilidade de resolver esse conflito.

A tensão entre os valores e interesses dos trabalhadores não estão expressos apenas nos marcos dos direitos legais, conforme pode ficar sugerido na prática de Darci. Caso inverta os sujeitos que se amparam na lei, também se percebe conflitos em torno do questionamento de valores e das identificações que são aceitas ou recusadas. É o que se observa com o relato de Maria Medalha de Souza, formulado pela funcionária da Sessão de Controle e Fiscalização de Transporte Coletivo:

> *A usuária reclama do cobrador Alberto Guimarães Miranda matríc. 11779, da linha A 110. Ela relata que estando com o cartão de gratuidade do seu filho menor deficiente no qual ela é acompanhante, o mesmo se recusou a passar o cartão alegando que para a criança a catraca (o validador) liberaria, mas para o acompanhante não liberaria. Ele fez ela ir até o ponto final da linha aguardar o descanso do ônibus e retornar de onde ela havia embarcado. Se o problema está no validador ele deveria ter usado o bom senso e ter deixado ela descer pela porta dianteira uma vez que ela apresentou o cartão de gratuidade e sua identidade. Foi uma falta de consideração com a criança e a mãe.*[60]

Maria provavelmente esperava, por parte do cobrador, a solidariedade demonstrada pela funcionária da Secretaria de Trânsito e Transporte. A funcionária cobrou uma consideração maior por parte do cobrador frente as dificuldades relatadas por Maria. Mas, a tranqüilidade do Sr. Alberto, ao considerar sua conduta administrativamente correta, permitiu inclusive sua identificação por parte da reclamante. Estava amparado nas orientações da empresa, portanto protegido pelo regimento de suas funções. A rigor não havia descumprido nenhuma norma, não havia infligido nenhum direito legal.

[60] SOUZA, M. M. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 16.01.2006. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

Em nenhum momento do relato a funcionária apresentou o questionamento da possível falha do aparelho que liberaria a passagem pela catraca, apesar da menção que fez, ou mesmo da emissão de um cartão de gratuidade que não atendia à necessidade de um acompanhante, o que era explícito frente à condição vivida pelo filho de Maria. Questionou, ao contrário, o que considerou o "bom senso" do cobrador, o qual deveria ter poupado Maria e seu filho de todo o constrangimento narrado, argumentando que teria a possibilidade de liberar os desembarques pela porta dianteira do veículo.

A conduta do cobrador é que foi colocada em questão. Certamente, para além da solidariedade da funcionária da Sessão de Fiscalização que redigiu a Ficha de Reclamação, este caso foi arquivado, pois nenhuma norma legal ou regimental foi descumprida. Mesmo que experiências como essa continuem latentes no campo das relações sociais.

Mas, nesse caso, são todos trabalhadores. As funções que realizam permitem as distintas possibilidades de atuação empreendidas, mas não alteram sua condição de classe. Jonathan Rodrigo Neves, em outubro de 2005, ao preencher uma Ficha de Reclamação, chamou a atenção para essa questão da seguinte maneira:

> *Sugiro que motoristas e cobradores fora de seu espediênte de serviço não embarque no pátio do Terminal (Santa Luzia). Uma vez que fora do serviço ele se torna usuário como a gente eles que fiquem na fila também como todos. Hoje aconteceu de três cobradoras embarcarem no pátio no expresso sentou nos bancos reservado p/ idosos. O ônibus estava lotado e não tiveram a decência de se levantar p/ dois idosos que estavam na sua frente, quando reclamei ela achou ruim e ainda falou para que eu a tirasse do banco p/ eles sentarem na maior falta de educação. Queria que olhasse com carinho porque isso é feito diariamente toda hora. Grato pela compreensão.*[61]

Esse relato parece insinuar que não é sempre que a distinção é aceita. As diferenças são recolhidas na escrita de Jonathan a partir da condição comum de classe que identifica entre os que usam o transporte e os trabalhadores do transporte. Fora do horário de serviço, grande parte dos trabalhadores das empresas de transporte precisam dos ônibus para percorrer a cidade, são "usuários como a gente", então, "que fiquem na fila como todos".

Jonathan chegou a solicitar que as trabalhadoras, ao andarem nos ônibus quase sempre lotados, tivessem a "decência" de cederem os acentos aos idosos. Mas, como a

[61] NEVES, J. R. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 04.10.2005. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

argumentação com as cobradoras não foi suficiente para que acatassem sua orientação, recorreu aos desiguais, aos que têm a condição diferenciada de apresentarem a obrigatoriedade da conduta que sugeriu como um valor importante.

A identificação que possibilita a construção do dissenso entre os trabalhadores, também pode ser elaborada em outras disputas que se fazem no conjunto das relações classistas que vivem na cidade. Essas identificações, em certos momentos, produzem questionamentos às empresas e ao Poder Público. Esses, em muitas ocasiões, são apresentados como antagonistas de interesses, os quais são percebidos como oposições comuns entre trabalhadores que formulam expectativas partilhadas.

É o que me parece em evidência com o relato assinado por oito moradores do bairro Mansour, localizado no setor Oeste da cidade, que, em setembro de 2004, fizeram a seguinte solicitação ao preencherem uma das Fichas de Reclamação disponibilizadas pelo Poder Público:

> *Os motoristas desta linha estão reclamando do tempo de viagem. Eles alegam que estão fazendo 28 minutos para o bairro e 27 minutos para o centro, mas como eles não conseguem cumprir o horário não estão tendo tempo de intervalo para beber água e ir ao banheiro. Nesta linha os motoristas estão andando acima da velocidade permitida para poder cumprir o horário. Eles ficam 03 até 04 voltas sem descer do carro.*[62]

A construção da reivindicação, que tratou dos atrasos e da alta velocidade dos ônibus do transporte público, elaborou a consideração das difíceis condições de trabalho enfrentadas pelos motoristas e cobradores das empresas de transporte urbano. Formulou a possibilidade da composição de interesses frente a problemas percebidos como comuns, em decorrência de antagonistas também comuns.

A proposta do Poder Público de uma Sessão de Fiscalização que permitisse o reconhecimento do seu lugar de árbitro dos conflitos sociais é atravessada por esses muitos interesses. Assim, a proposta de um Estado acima das relações sociais é questionada por muitos trabalhadores, contestada por perspectivas que colocaram o Poder Público e suas ações como expressão de uma relação comum. Nesse sentido, também o lugar de decisão atribuído a ele e às empresas de transporte, mesmo quando aceito por trabalhadores, não o é

[62] DAVI, V. S. et al. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 16.09.2004. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

de maneira gratuita, nem necessariamente com as mesmas expectativas pensadas pela Administração Municipal.

A trabalhadora Leila Patrícia Lopes, que mora no bairro Tubalina, no setor Sul da cidade, redigindo uma Ficha de Reclamação no Terminal Central, relatando as dificuldades que enfrentava para pegar o ônibus para ir logo pela manhã ao emprego, mostrou-se um tanto desconfiada quanto à identificação sugerida pelo Poder Público. Formulou, em março de 2006, a seguinte solicitação:

> *Gostaria de que aumentassem o número de ônibus no horário da manhã (6:30 às 8:00). É impossível ficar mais de 40 min. no ponto de ônibus e todos os ônibus passarem lotados e não parar. Os atrasos são imperdoáveis para as empresas, e como fica o usuário??? Só se lembram de nós em ano político??*[63]

A Ficha de Reclamação não parece ser compreendida por Leila como uma relação de cumplicidade entre ela e o Poder Público. Pelo contrário, responsabiliza a Administração Municipal pela quantidade insatisfatória de ônibus que passa no bairro onde mora. Questiona o vínculo sugerido pelo Poder Público ao perguntar, retoricamente, se só se lembrariam dos sujeitos que precisam dos ônibus quando estão em ano eleitoral. Nesse sentido, aponta para dissidências quando solicita melhorias em sua vida.

Alega, a partir de sua condição de trabalhadora, que os patrões não perdoam os atrasos, declarando a impossibilidade de se esperar 40 minutos no ponto para pegar um ônibus. As relações que estabelece na cidade tornam imprescindível o deslocamento pelo transporte público. Assim, sugere que pessoas como ela, usuárias do serviço, não compõem o leque de prioridades das ações do Poder Público, como também não contam com a condescendência dos patrões. Estabelecendo assim um impasse diante as pressões que tem, dentre elas a de não possuir outras formas de chegar ao trabalho. Portanto, a inoperância do transporte coletivo ao atender os trabalhadores é algo impossível de se tolerar frente às necessidades de mobilidade pela cidade.

Um homem, que não quis se identificar, enviou uma mensagem eletrônica para a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, através do link “Fale Conosco”, vinculado

---

[63] LOPES, L. P. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 14.03.2006. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

ao site da Prefeitura Municipal de Uberlândia[64]. Relata que pela manhã, na hora que sai de casa para ir ao emprego, e à tarde, na hora em que retorna para a casa, encontra condições que classificou como inadmissíveis ao recorrer aos ônibus do transporte público. A mensagem foi redigida da seguinte maneira:

> *Prezado (s) Senhor (s) É com bastante indignação que venho por meio deste, reclamar do atendimento das linha 120 (JD PALMEIRAS) 06:25 as 07:10 hs / linha 109 (MARTA HELENA) das 18:00 as 19:00 hs e gostaria de convidar alguém desta secretaria (TRANSPORTE) e ou próprio SECRETÁRIO para utilizar estas linhas nos respectivos horários pois é uma falta de respeito com nós USUÁRIOS, ônibus super lotados e isto quando conseguimos embarcar, acho que algo deve ser feito pois é inadmissível esse tipo de atitude o problema é das EMPRESAS DE ÔNIBUS e ou de COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DE TRANSPORTE????*[65]

O homem parece insinuar que sabe que o secretário e o "alguém" da Secretaria que mencionou não andam de ônibus, que esses não seriam como "nós usuários", os desrespeitados. Mas, mais do que a falta de respeito por parte dos homens ligados ao Poder Público, supõe a desigualdade de condições entre esses sujeitos, muitos não andam de ônibus, portanto, não entenderiam sequer o que passam os que precisam desse serviço. Ao fazer isso, problematiza a autoridade indicada a esse órgão para decidir sobre o transporte dos trabalhadores. Coloca em questão o comprometimento das empresas frente ao serviço prestado, assim como a competência da Secretaria, a qual busca justificar suas medidas (inclusive as de omissão) como meras decisões técnicas.

Sobre o suposto classista dessa relação, parece-me muito significativa a solicitação telefônica feita por Carmen Terezinha Pereira, em setembro de 2005, ao Sistema de Solicitações da Prefeitura (SIM)[66]. Essa mulher é moradora do bairro Morada da Colina, localizado no setor Sul, um dos lugares da cidade apontados como uma área nobre, devido o modo como vivem os moradores dessa região, caracterizada por casas enormes, muros altos, ruas arborizadas e carros luxuosos que entram em garagens espaçosas e com portões que abrem sozinhos, ao toque dos controles remotos. Não esquecendo, claro, das centenas

---

[64] O site indicado é: *www.uberlandia.mg.gov.br* .

[65] ANÔNIMO. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 08.06.2006. Solicitação à Secretaria de Trânsito e Transporte requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

[66] O telefone do Sistema de Solicitações da Prefeitura de Uberlândia é: 3239-2800.

de empregadas domésticas que servem nessas residências, sendo esse o motivo da solicitação. Carmen apresentou sua reivindicação à atendente:

> *Solicitante cita que próximo a sua residência (...) tem um ponto mas não passa nenhum ônibus e a mesma pede para passar um ônibus no local e também informar o horário do mesmo. Obs: A solicitante alega que tem que levar a sua funcionária todos os dias até um ponto de ônibus em outro bairro causando muito transtorno.*[67]

Carmen sequer sabe se realmente passa um ônibus na rua próxima à sua casa, muito menos qual é o horário em que supostamente passaria. Isso só se tornou uma questão porque, frente à sua condescendência de classe, a empregada doméstica, que trabalha em sua casa, está causando o transtorno de ter que ser levada a um outro bairro para que possa pegar um ônibus que a levaria a algum Terminal de conexão, onde de lá pudesse pensar em um trajeto que a levasse para casa, talvez distante daquela área da cidade.

Essa é a reivindicação de Carmen: solicita que o transporte público atenda suas expectativas. O que não chega a ser uma curiosidade é que Carmen obteve uma resposta em menos de uma semana, o que para os padrões admitidos pela Secretaria foi uma satisfação que posso considerar como imediata. Informaram-lhe qual era o ônibus, o horário e o itinerário que passa mais próximo de sua casa. Agora pronto, ao ônibus quem é de ônibus. Nesse sentido, o amplo e diverso uso das redes de solicitações e reclamações produzidas na relação com Prefeitura de Uberlândia, permitem que empresas e administradores públicos acompanhem e intervenham no processo de tensão e uso dos ônibus na cidade. Por vezes atendendo, ou ainda justificando, condutas que soem como termômetro, de controle e limite, nas relações classistas que envolvem o transporte público na cidade.

Uma trabalhadora, que ao ligar para o Sistema de Solicitações não quis se identificar, elaborou sua experiência a partir dessa relação de desigualdade ao se viver a cidade, a qual envolve trabalhadores, patrões e Poder Público. A atendente registrou que:

> *Solicitante está indignada com as linhas dos ônibus 107 Pacaembu e151Terminal Industrial, pois estas duas linhas estão quebrando muito e com isso a mesma chega*

[67] PEREIRA, C. T. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 13.09.2005. Reivindicação feita ao Sistema de Solicitações da Prefeitura Municipal requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

*atrasada no trabalho e já não sabe o que faz com esta situação, pois seu chefe já não acredita mais.*[68]

Não sabe o que fazer com tanta pressão, mas conhece bem a pressão. O chefe não acredita em tantas quebras e mesmo que soubesse como é andar de coletivo julga que mesmo assim não teria muita paciência com os atrasos. Sabe que, para além dos transtornos diários, ainda corre o risco de perder o emprego. Então, apela para o Sistema de Solicitações, para a Sessão de Controle e Fiscalização do Transporte Coletivo.

Os ônibus que quebram, constantemente, sugerem uma frota que não é renovada, mantendo os lucros ao buscar amortizar os gastos das empresas com novos ônibus e revisões. Uma estratégia que prejudica a rotina de muitos trabalhadores, que se vêem pressionados diante as ineficazes justificativas de atraso ao trabalho. A grande motivação para o uso dos setores de reclamação/solicitação da Prefeitura de Uberlândia é disputar com os responsáveis pelo transporte público essa realidade, indicando a indignação que está e que é representativa de muitos outros. Essa atuação apresenta um campo de forças que se abre diante as necessidades que não são atendidas.

Mas, julga que o melhor é não se identificar, nada de fornecer nome, endereço e telefone. Sabe que a relação que procura não se faz entre iguais, portanto, que talvez seja mais prudente se manter no anonimato, evitando com isso possíveis represálias. Talvez desconfie que não foi porque não ligou antes que a situação chegou a esse ponto. É melhor não se comprometer ainda mais. Caso não seja atendida sabe de quem é a responsabilidade. Na verdade a solicitação parece insinuar, “olha o que vocês estão fazendo com a gente”. Além do mais, o recado foi dado, provavelmente as expectativas que formulou em sua prática cumpram o interesse em evidenciar um estado de tensão aberto na experiência social vivida na cidade.

Já Márcia Helena Soares, moradora do Morada Nova, uma área não incorporada, pelo Poder Público, às delimitações urbanas da cidade, identificou-se ao falar com a atendente do Sistema de Solicitações. “Alertou” quanto a uma informação que teria tido a partir de um contato não identificado. O suposto boato, assim como sua ligação, teve como questão a insatisfação da população do bairro a respeito de uma possível alteração no

[68] ANÔNIMO. *[fichas de solicitação]*. Uberlândia, 03.03.2006. Reivindicação feita ao Sistema de Solicitações da Prefeitura Municipal requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

trajeto do ônibus que vai do Terminal Planalto ao Morada Nova. Segundo o registro da atendente:

> *Solicitante pede que intinerário que será alterado no próximo dia 15 não ocorra. Informa que a linha A-433 passa na rua Antônio Pereira de Almeida no bairro Morada Nova e que no próximo dia 15 deixará de passar. De acordo com contato diz que população está revoltada e que ira incendiar os ônibus se isso acontecer.*[69]

Márcia, em agosto de 2006, chama a atenção para o fato de que o conflito continua compondo o campo de possibilidades das relações que vive. A tensão expressa em um suposto boato evidencia as condições de desigualdade social. Aponta que a ligação para o Serviço de Solicitações do Poder Público expressa uma convivência com a possibilidade de conflitos eminentes. Que solicitar não é garantia de ser atendido, portanto, que a luta de classes continua compondo a experiência social, inclusive com ameaças e ações de enfrentamento.

Se essas Solicitações, supostamente harmônicas ao indicar a conquista de um diálogo democrático entre cidadãos e Poder Público, são uma novidade histórica de fins do século XX e início do século XXI, é certo que as relações de classe em que se desenvolvem não chegam a ser nenhuma novidade desses tempos. Portanto, essa mudança, recorrentemente apresentada em nosso presente como uma "conquista histórica" significativa no encaminhamento da superação das relações de desigualdade e dos conflitos de classes, merece ser recolocada como questão. Precisa ser investigada no que sugere como permanência, e sem dúvida a condição de desigualdade social é uma dessas permanências a serem problematizadas.

O fazer-se da classe trabalhadora, na cidade de Uberlândia, continua se realizando nas relações classistas que são vividas. O processo histórico de transição desse século sugere identificações entre os sujeitos, mas também divisões de valores e interesses, assim como perspectivas distintas sobre os supostos que orientam o olhar para o passado e para o futuro. A desigualdade social no presente é o chão dos modos como esses olhares são construídos. É aí que o processo se realiza e que se faz aberto nos sentidos das histórias que se quer.

---

[69] SOARES, M. H. *[Fichas de solicitação]*. Uberlândia, 10.08.2006. Reivindicação feita ao Sistema de Solicitações da Prefeitura Municipal requerendo melhorias no atendimento dos ônibus coletivos.

Quando, no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, procurei o Arquivo Público Municipal para olhar as Correspondências enviadas à Câmara de Vereadores, percebi que as Solicitações por melhorias na vida dos moradores da cidade se faziam presentes desde a década de 1970. Pedidos e abaixo-assinados por asfaltamento de ruas, iluminação pública, linhas de ônibus, água encanada, redes de esgoto, escolas, feiras e praças eram questões que dominavam a pauta dessas solicitações.

Uma trabalhadora, que não se identificou, escreveu uma carta, em setembro de 1979, dirigida aos vereadores. A carta, que tratava das dificuldades enfrentadas com o transporte público, tendo em vista o modo como vivia a cidade, foi redigida da seguinte maneira:

> *Esta tem a finalidade de fazer um apelo em meu nome e no nome de minhas colegas que trabalha e estuda. Nós moramos no Bairro Roosevelt, lá corre três ônibus, mas na hora que saímos do serviço as 5 e 30 não passa nem um, passa as 5 e 20, não da tempo porque saímos 5 e 30, e o outro passa 5 e 50 não podemos esperar. Resultado, temos que tomar o ônibus da Martins até na Rodoviária, e subir a pé correndo, para alcançar o outro pra ir para os colégios. por isso eu pesso encarecidamente a esta classe laboriosa de vereadores que falem com o gerente da Transcol para resolver este angustiante problema, que faça correr o ônibus 5 e 35 no centro no INPS. pois batemos ponto as 5 e 30 não podemos adiantar, chegando lá da tempo de vir até essa Vila que o prefeito esqueceu de nós, espero que vocês lembram.*[70]

Julga que ela e suas colegas têm um problema. O ônibus que faz o trajeto que as levariam para o colégio, no final da tarde, passa às 17:20 e 17:50, mas elas saem do trabalho às 17:30, perdem o das 17:20 e não chegam a tempo para as aulas se esperarem o das 17:50. O patrão, mesmo com essa situação, não permite que saiam alguns minutos antes do horário, o gerente da empresa de transporte público não mostra muito interesse frente às suas dificuldades, enquanto o Prefeito teria esquecido delas e da Vila onde moram.

As trabalhadoras reúnem em um único pedido a sua condição na cidade. São estudantes do noturno, que trabalham durante o dia e têm a pressão do patrão para coibir a alteração do horário de saída, moram no bairro Presidente Roosevelt que alegam ser uma região também esquecida pela Prefeitura, por tudo isso, sentem-se autorizadas a exigir

[70] ANÔNIMO. [*Carta*]. Uberlândia, 12.09.1979. Carta enviada à Câmara Municipal de Uberlândia, trata-se do relato de dificuldades no atendimento do serviço de transporte público, solicita ajuda para que sejam realizadas melhorias. O documento compõe o acervo de fontes do Arquivo Público Municipal. Livro de Correspondências Recebidas da Câmara Municipal de Vereadores.

alterações no horário do ônibus, pois acumulam muitas recusas ao seu pertencimento social. Porém, nesse processo de disputa utilizam o arcabouço do reconhecimento da distinção classista para compor relações de força nas mudanças que querem empreender nos horários do ônibus que necessitam. Essa é a leitura do social que muitos trabalhadores fazem para buscarem reverter limites em conquistas.

Então, solicita aos vereadores que conversem com o gerente da Transcol para que ele determine o horário das 17:35, em frente ao INPS, para que não precisem pagar por dois ônibus para irem ao colégio, ou mesmo fazerem parte do percurso à pé. Sabe que entre ela e os vereadores há uma desigualdade de condições ao fazerem valer seus interesses. Parece dizer que os vereadores podem conseguir o que a elas é negado, portanto, pede, encarecidamente, a intervenção dos vereadores junto à empresa de transporte público.

A prática da Solicitação, expressa por meio da carta, formula a compreensão das relações em que vive, elabora sua atuação enquanto uma possibilidade de intervenção social. Nesse momento, a Câmara de Vereadores não estava orientando ninguém a escrever cartas dizendo das dificuldades por que passavam. Nem estavam dizendo que iriam atender as reivindicações dos moradores enquanto possíveis direitos. Também não classificavam condutas como essas como práticas de cidadania ou democracia. Talvez por isso a prática do anonimato e da deferência à "classe laboriosa de vereadores", nobres pessoas que deveriam olhar por elas.

Em outra correspondência, agora enviada, em junho de 1980, pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB) à Câmara de Vereadores, a Associação manifestava apoio frente às reivindicações feitas por moradores do bairro Nossa Senhora das Graças, devido as dificuldades que passavam com o transporte público e o trânsito no bairro[71]. Os moradores que já haviam tentado, sem sucesso, o apoio dos vereadores, do Secretário Municipal de Obras e do Secretário Municipal da Indústria e Comércio, solicitaram a ajuda da Associação dos patrões para que o trânsito no bairro fosse liberado.

O bairro Nossa Senhora das Graças é cercado por grandes empresas, localizando-se na área da cidade onde são concentradas as atividades industriais, onde moram muitos dos

[71] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE UBERLÂNDIA. [*Ofício*]. Uberlândia, 19.06.1980. Ofício enviado à Câmara Municipal de Uberlândia, trata-se do reenvio de um abaixo-assinado relatando dificuldades no atendimento do serviço de transporte público, manifesta apoio à solicitação de mudanças para que sejam realizadas melhorias. O documento compõe o acervo de fontes do Arquivo Público Municipal. Livro de Correspondências Recebidas da Câmara Municipal de Vereadores.

trabalhadores empregados ali. Na correspondência de apoio, emitida pela ACIUB, constava a menção de que as empresas em que muitos desses sujeitos trabalhavam também estavam sendo prejudicadas, fazia referência aos funcionários que estavam impossibilitados de usarem os ônibus coletivos, o que estaria prejudicando suas atividades.

Juntamente com a correspondência enviada pela ACIUB também foi anexada a cópia de um abaixo-assinado realizado pelos trabalhadores que moravam no bairro Nossa Senhora das Graças. O abaixo-assinado contava com a assinatura da Associação de Amigos dos Bairros e também de empresas como Daiwa do Brasil Têxtil Limitada, Agropecuária Brasil Central S/A (ABC), além da própria empresa concessionária do transporte público, Transcol, entre outras.

O teor do documento produzido na negociação encaminhada pelos trabalhadores, a partir do diálogo que estabeleceram na tentativa de superar as dificuldades que enfrentavam, é o seguinte:

> *Nós, abaixo assinados, representando os moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, nesta cidade, vimos por meio desta, solicitar das autoridades competentes as devidas providências no sentido de sermos atendidos pelos ônibus coletivos da Transcol em razão deste bairro está bastante povoado. Diante do exposto, requeremos o seguinte:*
>
> 1. *A abertura da Rua André Rebouças para a ligação da Avenida José Andraus Gassani com a Avenida Antônio Rezende, conforme acordo feito na permuta dos terrenos entre a CASEMG, PREFEITURA e DAIWA. Nesta ocasião foi fechada uma passagem que era usada há mais de 20 anos, pela CASEMG, conforme direito adquirido, ficando os trabalhadores das indústrias sensivelmente prejudicados com o fechamento desta rua, ou melhor, da antiga estrada do Cruzeiro dos Peixotos, que também era usada pelos ônibus da Transcol. Com o fechamento desta passagem não é mais possível o atendimento dos coletivos até a indústria ABC, devido ao bloqueio da passagem sobre os trilhos da Fepasa, linha passando pelo Bairro Industrial (...) Para agravar ainda mais a situação, a empresa Daiwa do Brasil cercou o seu terreno, conforme direito adquirido sobre o mesmo, prejudicando sensivelmente os moradores do bairro que são obrigados a contornar o terreno que possui uma grande área, para terem acesso aos coletivos da Transcol, na Avenida José Andraus Gassani.*
> 2. *Uma imediata solução das autoridades competentes, abrindo a passagem sobre os trilhos da Fepasa permitindo novamente o acesso à cidade Industrial, bairro Nossa Senhora das Graças e as demais indústrias como era antes da CASEMG fechar a passagem, porque estamos praticamente ilhados no bairro. Para sair do bairro com a utilização de veículos em direção às indústrias: ABC, DAIWA, CETRIM e CASEMG, terá de ser dada uma volta de mais de 03 quilometros.*[72]

[72] Idem. O abaixo-assinado é de 18/06/1980.

Os acordos entre Prefeitura e empresas garantiram a cessão de terrenos públicos à multinacional Daiwa do Brasil Têxtil e à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, supondo que estas adquiriram direitos por fazerem usos dos terrenos por mais de 20 anos. Mas, e os direitos dos trabalhadores que percorriam aquelas ruas?

Os trabalhadores não questionaram o direito das empresas, pelo contrário, recorreram a elas para que compusessem com eles a necessidade de garantirem o acesso ao transporte público e à passagem pelo local, o qual foi comprometido pelo cercamento que realizaram das vias públicas, tudo feito dentro dos marcos legalmente constituídos.

Também dentro dos marcos legais solicitaram ao Poder Público a reconfiguração das vias de acesso ao lugar onde moram e trabalham, buscando garantir, assim, alguns interesses frente ao modo como viviam naquele lugar da cidade. Percebendo a desigualdade das condições de fazerem valer seus interesses em relação às empresas, julgaram que o melhor seria procurá-las para que interviessem junto ao Poder Público frente às dificuldades por que passavam.

Os patrões, diante as dificuldades que causaram aos seus funcionários, ao possível clima de insatisfação entre os trabalhadores, poderiam conseguir o que a eles estavam sendo negados. Como não estavam sendo responsabilizados diretamente pelos transtornos que viviam, poderiam se dar ao direito de ainda recomendar e enviar um abaixo-assinado solicitando que os trabalhadores fossem atendidos em suas reivindicações, as quais propunham como justas e pertinentes. Além do mais, precisavam manter a condição de locomoção dos seus trabalhadores, assim como promover alguma satisfação aos operários que viviam nos bairros próximos às empresas.

O diálogo de classes é visto como possibilidades da luta de classes por parte desses e de muitos outros trabalhadores ao viverem a cidade. O diálogo é estabelecido como a própria relação classista, vivida enquanto desigualdade entre os sujeitos. A contradição expressa nessa tensão foi sugerida em muitas análises acadêmicas como “falta de consciência de classe”, como “práticas populistas” ou mesmo como “cooptação” ou “falta de organização política”[73]. Mas, mesmo entre os trabalhadores a questão é polêmica e fruto de dissidências importantes.

[73] Alguns trabalhos acadêmicos, seja no campo da produção do conhecimento histórico, ou das ciências sociais, apontaram e apontam para essas questões por meio das noções de “falta de união de classe” e “falta de solidariedade de classe”. Essas noções, referenciadas em diferentes trabalhos, compuseram um marco de

Liberalina, membro da Pastoral Operária da Diocese de Uberlândia, discutindo como os trabalhadores que moram na cidade se relacionam com o projeto de uma cidade progresso, da imagem de uma cidade para todos, escreveu, em janeiro de 1992, o seguinte artigo para o Jornal da Pastoral Operária:

> *Às vezes, o trabalhador se empolga com o progresso de Uberlândia. Viadutos gigantescos, grandes mercados, magníficos restaurantes, luzes que enfeitam a cidade nas festas de fim de ano. Depois vem o censo aumentando o entusiasmo do trabalhador. A cidade que mais cresceu na região. A mais populosa. Esta é a Uberlândia que é mostrada pelos meios de comunicação. É esta a cidade que a administração quer que o povo conheça. Nas propagandas da cidade, aparecem aposentados tranqüilos nas praças, crianças sadias brincando, pessoas apressadas e sorrindo (de encomenda) para as câmeras da TV. Aparecem as casas populares construídas e em construção. Tudo mais bonito. Mas ... onde estão os moradores das praças? Onde estão os aposentados com um só salário? E as crianças que estão sempre esmolando no interior da Catedral e nos pontos de ônibus? Por que não aparece o "bairro" D. Almir? Mas o trabalhador não quer ser pessimista e resolve procurar a razão das contradições. Para que foram construídos os viadutos? Para facilitar o acesso às grandes empresas, grandes mercados? Para quem tem dinheiro para comprar à vista, pois ele continua a comprar a prazo na venda do bairro que, por ser pequena não pode concorrer com os grandes e vende muito mais caro. Pelo menos a decoração das ruas é para o trabalhador pobre, pois rico tem muito lazer e não precisa disso. Porém, o trabalhador nota que, depois de um dia estafante de trabalho não tem mais ânimo de voltar à cidade. Também, para passear teria que levar a família e o preço do ônibus faria um rombo no seu orçamento. O trabalhador chega à conclusão: apesar da propaganda, Uberlândia está igual ao Brasil. Tudo é feito para os ricos. Até o asfalto das ruas (...) Assim é Uberlândia que se prepara para o ano 2000 e assim será em 2000, se o trabalhador não se organizar em sindicatos, comunidades e associações de bairros para tornar a cidadania mais justa, mais humana.*[74]

---

discussão ao se tratar das relações vividas por diversos trabalhadores. Sobre essas interpretações, Eder Sader e Maria Célia Paolli formularam alguns balanços que julgo como instigantes para pensarmos sobre esses encaminhamentos. Ver:

- SADER, Eder et al. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: *A aventura antropológica.* Teoria e pesquisa. Org. Ruth C. L. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.39-67.
- SADER, Eder et al. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n° 6, p. 129-149, set. 1983.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: *Identidade e cultura operária*. Org. José Sérgio L. Lopes. Rio de Janeiro: UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987, p.53-101.

[74] LIBERALINA. Uberlândia se prepara para o ano 2000. In: *Jornal da Pastoral Operária*, Uberlândia, n° 18, p. 04, janeiro 1992. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Centro de Documentação Popular (CDP). O jornal da Pastoral operária, com uma periodicidade incerta, foi pensado por seus promotores como um mecanismo de conscientização dos trabalhadores. Foi distribuído, principalmente, nas portas das igrejas católicas, após as missas, e, também, em portas de empresas, sindicatos, associações de moradores e clubes de mães. Tive conhecimento de alguns jornais, às vezes também apresentados como boletins, que circularam a partir da segunda metade da década de 1980, assim como não

Liberalina, ao viver a cidade em 1992, sugeria a luta de classes como perspectiva histórica de melhoria na vida dos trabalhadores. No artigo, intitulado "Uberlândia se prepara para o ano 2000", chama a atenção para um projeto de cidade que destinava aos trabalhadores o que seria uma empolgação fantasiosa, uma falsa expectativa de mudanças. Apesar de apontar, no decorrer do texto, que os trabalhadores reconheceriam essa situação de engodo frente à condição em que viviam, insistia na necessidade de revelar o projeto promovido pela Administração Municipal e pelos ricos, os quais se utilizavam dos meios de comunicação disponíveis.

Ao mesmo tempo, a integrante da Pastoral Operária, indicava a desconfiança de que haviam trabalhadores se "enrolando" com esse projeto. Portanto, que a identidade da classe deveria ser melhor organizada, conforme foi sinalizado na caricatura que compôs o artigo, destacada na imagem a seguir.

**Imagem I**

Fonte: LIBERALINA. Uberlândia se prepara para o ano 2000. In: *Jornal da Pastoral Operária*, Uberlândia, n° 18, p. 04, janeiro 1992.

Nesse sentido, à imagem do trabalhador enrolado e atrapalhado, imagem I, proposta aos leitores do boletim, impõe-se o brado de que, "Não se deixe enrolar!". A onisciência de quem enxerga tudo sem estar no meio da confusão é a própria imagem do organizador. Por esse entendimento, sugeriu que os trabalhadores se organizassem em sindicatos, comunidades e associações de bairros como condição para a conquista de uma cidadania

os encontrei mais após a segunda metade da década de 1990. Hoje, por vezes, deparo-me com alguns panfletos produzidos pela Pastoral Operária que lembram muito as publicações do jornal, mas, agora, não são sugeridos como periódicos, mas sim intervenções esporádicas.

mais justa. Caso contrário, os anos 2000 não trariam muitas novidades para os trabalhadores da cidade, seriam semelhantes aos que já se conhecia.

Os sujeitos que integravam a Pastoral Operária se caracterizaram na cidade, a partir dos anos de 1980, pela proposta do que apontavam como a organização do povo pobre. Supunham como base dessa organização as entidades mencionadas por Liberalina, os sindicatos e as associações de bairros. É com essa trajetória que pensavam no cristianismo católico e no marxismo como possibilidades para a organização da luta de classes dos trabalhadores nas cidades. Ao denunciarem as desigualdades sociais supunham a luta de classes nesses marcos.

A partir desses referenciais, as Solicitações feitas à Câmara Municipal e ao Poder Público, enquanto práticas unilaterais de trabalhadores, não combinavam com o que propunham como organização e como enfrentamento de classes. Trabalhadores verdadeiramente organizados e conscientes das relações de classe a que estavam submetidos não se comportariam desse modo.

Abrahão, que além de integrante da Pastoral Operária era filiado ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, também criado no início da década de 1980 em Uberlândia, insistiu na organização do povo a partir dos Conselhos Populares. Argumentou, por meio do Jornal da Pastoral Operária, que:

> *No Brasil, estamos começando a organizar os conselhos populares. É a melhor forma de organização da classe trabalhadora e dos menos favorecidos. Os conselhos populares são uma instância de conscientização e de união entre as pessoas; isto significa vida em comunidade. A conscientização e organização do povo nos traz a participação, que significa vida melhor para todos (...) Em Uberlândia, o primeiro passo a ser dado é a formação dos conselhos populares municipais e os conselhos populares de bairros e devemos começar pela conscientização do povo. A PO [Pastoral Operária] já está começando a dar este passo, usando os instrumentos existentes, tais como: subsídios, seminários e encontros.*[75]

A agenda proposta incluía o aprofundamento da expectativa da organização e da conscientização da condição de classe, portanto do que esperavam como a clarificação da dissidência de interesses entre trabalhadores explorados e patrões ricos, estes também

[75] ABRAHÃO. Conselhos Populares. In: *Jornal da Pastoral Operária*. Uberlândia, n° 19, p.4, fevereiro 1992, p.4. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Centro de Documentação Popular (CDP).

instalados nos gabinetes do Poder Público. Ao mesmo tempo, na mesma sincronia, projetavam o que desejavam como união de classe, a conscientização como a construção da unidade de expectativas e de valores entre os trabalhadores.

A identidade proposta para os trabalhadores da cidade por Abrahão e muitos dos seus companheiros, tanto da Pastoral Operária quanto do Partido dos Trabalhadores, na década de 1990, tinha como suposto o lugar autorizado da construção da organização, da conscientização e da orientação das práticas sociais. Esse encaminhamento traria muitas dificuldades, pois, apesar de supor a atuação histórica dos sujeitos com que procuravam dialogar, pensavam-nos como suscetíveis às cooptações da ordem burguesa, ao desvio de uma conduta de classe que já haviam definido. Talvez a insistência desse argumento tenha produzido dissidências significativas no fazer-se da classe, dificultando o diálogo e a negociação mais efetiva com seus interlocutores.

A cidade que vem se desenhando no final do primeiro decênio do século XXI tem muito dessa postura em sua constituição. A dificuldade de realização desse projeto, marcado por uma perspectiva que via em uma certa organização a alternativa possível para a luta dos trabalhadores, supõe por parte dessa tradição um olhar de inflexão na participação social dos trabalhadores, nas lutas que deveriam promover para a melhoria de suas condições de vida. As desigualdades teriam permanecido, as relações de classe continuariam sendo sua principal causa, mas as lutas de classe estariam com dificuldades para se realizar. A organização da classe não teria se efetivado e a participação social não teria se consolidado.

Junto com o Partido dos Trabalhadores, com as Pastorais Diocesanas, com Sindicatos, com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia, assim como das Associações de Moradores, emergiu, também no conjunto das práticas que pensavam como processo de conscientização e organização da população pobre, a defesa de direitos sociais como garantias legais. O que em si não chegava a ser nenhuma novidade, mas com uma repercussão que talvez mereça o destaque histórico.

Essa questão, formulada na relação de uma determinada fração dos trabalhadores com uma certa fração da classe média, constituiu-se em uma movimentação pautada na desigualdade das relações classistas, mas que ao mesmo tempo propunha a composição de forças no enfrentamento de desigualdades que eram vividas por trabalhadores. As

contradições foram muitas, tantas quanto às expectativas que orientaram essas identificações. Talvez a vitória eleitoral da oposição peemedebista, logo no início da década de 1980, tenha sido a primeira expressão mais significativa dessa composição social na cidade, assim como dos seus próprios limites.

Zaire Rezende se elegeu Prefeito Municipal em 1982 prometendo uma Democracia Participativa. O projeto, que se contrapunha aos grupos que na cidade estiveram e estavam em consonância de interesses com o Governo Militar, conseguiu apresentar-se como uma expectativa de mudanças frente às condições de desigualdade vividas em Uberlândia[76].

As disputas pelas mudanças certamente não se circunscreveram às expectativas do grupo peemedebista que compôs o Poder Público Municipal entre 1983 e 1988. Mas o campo das tensões sociais se fez no diálogo que foi estabelecido com esse grupo. A organização popular, como suposto da mudança social, foi encaminhada como projeto do Governo Zaire Rezende. A promoção da formação de associações diversas como padrão dessa organização na relação democrática com o Poder Público foi encaminhado como condição para o reconhecimento da participação política dos trabalhadores na cidade.

Nessa perspectiva, após algumas insistências pela formação de Conselhos Municipais, as Associações de Moradores seriam reconhecidas como o padrão da

---

[76] A identificação de interesses entre certos grupos possibilitou a construção da expectativa de um certo projeto de país. Sua condição de classe permitiu a composição de forças a favor da noção de que, *"A verdadeira democracia começa pela valorização do Município. Quem vivenciou a experiência democrática em nível municipal, como o companheiro João Herrmann, sabe que esta afirmação não é retórica"*. Essas foram as palavras de José Richa (na época, Governador do Estado do Paraná, havia sido prefeito de Londrina, deputado federal, senador, dentista formado pela Federal do Paraná e jornalista) à Abertura do livro *Democracia feita em casa*, organizado por João Herrmann, na ocasião Deputado Federal. O deputado constitui-se em articulador do projeto peemedebibista no final da década de 1970 e início da década de 1980. O ex-prefeito de Piracicaba/SP percorreu várias cidades associando-se a sujeitos como o médico Zaire Rezende, que se tornaria a maior expressão desse projeto na cidade de Uberlândia. Vários encontros, palestras e missões de trabalho foram realizadas pelas pessoas que se envolveram no projeto de Democracia Participativa. O livro, *Democracia feita em casa*, traz em sua organização três pontos: I – Questões Teóricas, artigos assinados pelo próprio deputado e por acadêmicos como Carlos Estevam Martins; II – Experiências históricas, entendido como um ponto para apresentar as "cidades vanguardistas" que ousaram em gestões democráticas, as quais eram contrapostas ao "mar do controle ditatorial", esses marcos são a cidade de Boa Esperança/ES, Lages/SC e Piraciaba/SP; III – Experiências democráticas, foi o ponto que apresentou as experiências emergentes de participação social associadas a governos peemedebistas democráticos, a saber, Nastácio/MS, Atibaia/SP, Cabo Frio/RJ, Criciúma/SC, Curitiba/PR, Ilhéus/BA, Itabuna/BA, Itu-SP, Juiz de Fora/MG, Oeiras/PI, Olinda/PE, Osasco/SP, Penápolis/SP, Petrópolis/RJ, Rio Claro/SP, Rondonópolis/MT, Salto/SP, São Felix do Araguaia/MT, São Carlos/SP, Toledo/PR, Vila Velha/ES e Uberlândia/MG. Mas, o apresentador dos textos fez questão de deixar o projeto em aberto, argumentando que, *"Há outras experiências igualmente ricas e estimulantes sendo praticadas neste país. Tomara que se tornem rotina no Brasil que esperamos ver construído daqui por diante"*. Ver: HERRMANN NETO, João. *Democracia feita em casa*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

organização comunitária e, ao mesmo tempo, da própria condição de intermediação com o Governo peemedebista. O “povo”, a partir do olhar de classe desses sujeitos, deveria ser organizado e conscientizado da necessidade da participação social.

A noção de “povo”, sugerida como generalização dos trabalhadores pobres da cidade, precisava tomar forma nas organizações que estavam sendo propostas como imprescindíveis à manifestação de seus interesses. Com perspectivas distintas e mesmo conflitantes, o povo era “caçado” em projetos de conscientização, propostos pelos peemedebistas zairistas, pelos pastoreiros cristãos, pelos líderes vanguardistas das associações de moradores, pelos diretores sindicais, por partidos políticos e por acadêmicos, todos ávidos pelos postos de analistas sociais autorizados a esclarecerem o “senso comum”. O que, nem por isso, deixava de apontar para a importância dos valores defendidos por aquela classe média que se comprometia com lutas por uma sociedade mais justa.

Mas, e “o povo”? O que pensava sobre tudo isso? Certamente os trabalhadores não pensaram a mesma coisa. Pois a diferenciação entre os sujeitos tratados como uma mesma massa me parece uma evidência histórica significativa e que, portanto, merece ser problematizada. Seus interesses e valores eram e são bem mais divididos do que a noção monolítica de povo sugere. Ao viverem a cidade, em desigualdade, construíram caminhos distintos. Trajetórias que movimentaram expectativas por histórias que se decidiram nas relações classistas que foram mantidas, na dominação de classe que foi sendo estabelecida e nas lutas que foram e continuam sendo recompostas.

Esse processo histórico é contraditório, talvez mais do que muitos estejam dispostos a reconhecer. Um processo recente, que muitos de nós vivemos e que temos certeza que compreendemos. Certeza que talvez só é questionada quando se relaciona com a diversidade de reflexões dissidentes. Memórias que apontam para histórias distintas, não só porque o passado esteja em disputa, mas porque o presente continua sendo vivido pelos sujeitos que falam de suas expectativas frente ao que já viveram, mas também, e principalmente, pelo que esperam do futuro.

Quando, em abril de 1988, os diretores da Associação de Moradores do bairro Santa Mônica lançaram mais um dos muitos informes distribuídos à população da cidade, anunciaram uma “Notícia Ruim”. A questão colocada era a seguinte:

> *A linha de ônibus prometida em Set/86 pela Prefeitura, até hoje não saiu. Agora, só a Firma Eldorado está construindo 480 casas.*
> *PENSE BEM: Será que os compradores destas casas sabem que não tem ônibus no alto Santa Mônica? Que não tem escola, que não tem telefone público ... Aos novos moradores do bairro, sejam benvindos, e estão convidados a conhecer o bairro que vão morar.*[77]

Certamente, os moradores que compraram as casas, no que eram as últimas ruas do bairro Santa Mônica, localizado no setor Leste da cidade, sabiam que não iriam encontrar vida fácil. Essa revelação das condições que iriam encontrar talvez se constituísse em uma redundância. Mas, ao mesmo tempo, a atuação da Associação de Moradores indicava qual era o tom da relação com o Poder Público. Apesar da reivindicação da Associação, a promessa de uma linha de ônibus que havia sido feita dois anos antes ainda não tinha sido cumprida.

Mesmo assim, o bairro estava ganhando novos moradores, portanto, mais gente teria problemas com os ônibus e com as demais condições oferecidas para os sujeitos que viviam naquela parte da cidade, impondo assim, maiores dificuldades em seus modos de vida. Uma expansão feita sem se levar em conta a garantia de muitos dos interesses ambicionados por aqueles moradores, mas, ao mesmo tempo, compatível com o padrão da exploração de novas áreas da cidade a serem comercializadas como espaços de moradia de trabalhadores.

As Associações se constituíram em espaços de lutas e tensões entre os próprios moradores e desses com a Administração Municipal. Foram disputadas e ignoradas pelos moradores dos bairros em que eram criadas. No início do Governo Zaire Rezende, eram apenas seis em toda cidade, no final de sua gestão somavam 68 associações que se fizeram presentes em algum momento no Conselho Municipal de Entidades Comunitárias, entidade que reunia as Associações de Moradores e também outras associações, como clubes de mães, entidades estudantis, sindicatos, entre outras.

Mas, essas Associações não constituíam nenhum rompimento às relações classistas em que eram forjadas, eram mais uma das expressões dessa relação. E da minha parte, essa não é mais uma argumentação acadêmica que apela para a noção de populismo enquanto termo sugerido para tratar da minimização das lutas dos trabalhadores, propondo a

---

[77] ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SANTA MÔNICA. *[Panfleto]*. Uberlândia, 04.1988. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica (AMBASAM).

incipiência da organização ou da ausência de uma consciência de classe bem definida, o que supõe uma atuação determinista de um Poder Público onipotente que promoveria a cooptação dos movimentos sociais.

Não estavam criando a participação social, conforme sugerido pelos diversos promotores da conscientização da organização popular, pelo fato de que certamente a participação social já existia pelo menos desde que as relações entre os homens são estabelecidas. Portanto, as atuações dos trabalhadores na formulação de seus interesses, por certo, não nascem com o advento das Associações, mas sim, foram recolocadas a partir dos sujeitos que se envolveram com elas. Os sujeitos que formulavam suas questões através das Associações não inventavam a participação política, nem a empreendiam pela primeira vez. As viviam como mais uma possibilidade histórica na desigualdade das relações classistas.

Foi assim, que Lutero Rizzotto, presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica, frente às dificuldades com a conquista de mais uma linha de ônibus junto ao Poder Público, enviou um ofício ao Diretor da Eldorado, construtora que estava vendendo as 480 novas casas no Alto Santa Mônica. Isso aconteceu no mesmo mês que lançou o informativo destinado aos compradores das casas da referida imobiliária. O ofício diz o seguinte:

> *Senhor Diretor. Em decorrência da construção de grande lote de casas no Alto Sta. Mônica, aumentou nossa preocupação com o deslocamento dos futuros moradores, ou seja, a utilização do transporte coletivo na região. Como é de conhecimento público, estamos empenhados desde 1986, na reivindicação de nova linha de ônibus p/ atender o Alto Sta. Mônica, especialmente os conjuntos residenciais Veneza e Sabiá, ás margens da Av. Segismundo Pereira, bem próximo das casas em construção. Diante desta situação, anexamos alguns boletins, nos quais apresentamos-lhe o estágio da luta que vem sendo travada para alcançar nosso objetivo e solicitamos seu parecer e apoio a esta nobre causa. Sem mais, revelamos nossos protestos de estima e consideração.*[78]

O anúncio feito através dos informativos distribuídos pela Associação nas ruas da cidade, os quais tratavam das dificuldades que os possíveis moradores encontrariam no novo conjunto de casas, que estavam sendo vendidas pela Eldorado, não chegavam a ser uma propaganda desejada pela Imobiliária. Lutero Rizzotto, provavelmente sabia disso,

[78] ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SANTA MÔNICA. *[Ofício enviado]*. Uberlândia, 06.04.1988. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica (AMBASAM).

sabia também que Morum José Lopes Bernardino, diretor da Eldorado, teria maiores possibilidades de conseguir a nova linha de ônibus no Santa Mônica junto ao Governo Zaire Rezende, mesmo que esse senhor não fizesse sua reivindicação por meio da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, entidade associativa da qual fazia parte. Então, encontrou um jeito de fazer com que partilhasse do interesse formulado na reivindicação da Associação de Moradores.

As Associações de Moradores lidaram com essas questões e com muitas outras que pressionavam a condição de ser trabalhador na cidade. Quando os diretores da Associação de Moradores do bairro Santa Mônica negociaram com o Poder Público a possibilidade de asfaltamento das ruas do bairro aceitaram que os moradores deveriam pagar por parte do benefício que seria autorizado pela Secretaria de Obras. A condição proposta pela Prefeitura foi a de que 80% dos moradores das ruas indicadas para o asfaltamento consentissem com a contração da dívida.

A discussão entre os moradores foi grande. Os diretores da Associação, supondo a lógica dos termos dessa negociação, procuraram justificar o procedimento com um panfleto de "ESCLARECIMENTOS", o qual foi distribuído em julho de 1985. O panfleto, intitulado "Asfalto", trata da seguinte maneira tal questão:

> *A pesquisa para asfaltamento está chegando aqui ao Santa Mônica. Você no início pode se assustar com o preço, por isso é necessário alguns esclarecimentos:*
> *1 – O valor da entrada só vai ser pago daqui à 2 meses, se você puder, guarde um pouquinho já.*
> *2 – As prestações são fixas, isto é, não aumentam.*
> *3 – As vantagens do asfalto são enormes: saúde, higiene, economia, conforto, bem estar, valorização do imóvel, progresso do bairro, etc.*
> *4 – Se você não assinar, você estará contribuindo para o não asfaltamento do bairro. Pense em todos.*
> *5 – Outra oportunidade de asfaltamento como esta, não virá tão cedo.*
> *6 – A 1ª etapa de asfaltamento vai da Rua 8 até a Rua 15.*[79]

O apelo foi claro, "pense em todos". O bairro, composto naquele momento quase em sua totalidade de ruas de terra, provavelmente incomodava os moradores. As donas de casa que lavavam as roupas, limpavam a casa e caminhavam nas ruas, ora lamacentas, ora

[79] ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SANTA MÔNICA. *[Panfleto]*. Uberlândia, 08.07.1985. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica (AMBASAM).

empoeiradas, não precisavam ser esclarecidas dos benefícios do asfaltamento. Certamente, a ignorância não era a causa das discussões sobre o calçamento das ruas, assim como a importância dessa medida para a preservação da saúde, da higiene, do conforto e do bem estar de todos.

Os diretores da Associação, que alertavam, ainda, para a valorização dos imóveis e para o progresso do bairro em relação a outras áreas da cidade, esperavam a adesão a esse projeto. Chegavam a insinuar a responsabilidade dos que não assinassem os abaixo-assinados frente a um possível não cumprimento da meta estabelecida pelo Poder Público. Valorizavam o que julgavam como uma conquista da entidade, ao dizer que "outra oportunidade de asfaltamento como esta, não virá tão cedo".

A adesão foi baixa, mas a confusão foi grande. Das oito listas, apenas duas atingiram, naquele momento, a quantidade de assinaturas necessárias para a realização do asfaltamento. A dissidência e a solidariedade entre os vizinhos compuseram o campo de relações que foram firmadas nas desigualdades de suas possibilidades. Mas, a vida continuou, mesmo com as marcas dessa relação.

Maria, Moradora do bairro Alvorada, também disse, na conversa que tivemos em 2005, sobre o seu relacionamento com a Associação de Moradores. Contou que quando foi morar nesse lugar da cidade, no início da década de 1980, envolveu-se com essa expectativa. Mas, contou como era difícil:

> *Nós descia lá e conversava lá com o Secretário do Prefeito. Eu não sei se era aquele que foi candidato três vez, o Virgílio. Eu acho que era o Virgílio, eu acho não tenho certeza não. Porque isso tem muito tempo atrás, né? Eu peguei e fui trabalhar na Associação, nós ficava teno reunião na Prefeitura, tinha dia que nós ficava até duas horas da madrugada de reunião com eles. Eu era o fiscal de vigiar a rede de esgoto, quê que tava acontecendo por as casa. Mas, ai eu vi que mesmo os moradô não dava valor no serviço da gente. Esses pé de aivore que ta prantado tudo aqui na frente, foi tudo nós que fumo buscar na Prefeitura. Tinha muitos morador que nós ia entregar os pé de aivore e eles não aceitava. Ai, quando venceu um ano eu desisti. Falei, eu não vou bater cabeça mais. Ai, veio a doença do meu menino, que ele toxicou com o veneno, né? Ele ficou muito doente, ai eu fiquei mais cuidando dele. Porque o meu marido era motorista de estrada, eu que tinha que tomar conta da casa e dos filhos, né? (...) Eu desisti porque sempre nós ia nos vizin conversa com ele, vê o quê que tava acontecendo com ele, tinha deles que recebia a*

*gente, tinha deles que não recebia. Ai, nós trabalhá mode o trabalho da gente fica sem valor? Eu e a Márcia desistimo do primeiro ano.*[80]

Quando conversei com dona Maria, em março de 2005, minha intenção era que ela contasse sobre uma matéria de jornal que trazia sua foto estampada em uma de suas reportagens. Já conhecia a reportagem, mas a vi novamente na sede da Associação de Moradores, quando pesquisava as Atas de reunião da entidade. A matéria, emoldurada e afixada como um quadro de parede, foi sugerida pela moça que tomava conta dos documentos como símbolo da luta dos trabalhadores do bairro Alvorada, uma espécie de tradição de luta da Associação. O quadro foi indicado como uma prova da combatividade dos moradores frente às dificuldades a que foram submetidos ao irem morar naquele lugar da cidade.

Fiquei impressionado com a mulher que posava com três crianças para a câmera fotográfica do repórter. Dentro da sala de sua casa, tomada pelo esgoto que tinha refluído, aparecia em meio a uma poça de água suja que dava em sua canela. Assim que terminei as Atas, peguei o seu endereço na Associação, e, afoito, já cheguei perguntando pela luta na Associação de Moradores. Com a referência da "redemocratização" dos anos de 1980 e do Governo peemedebista, ouvi a resposta apresentada anteriormente.

Dona Maria sequer fazia distinção entre os prefeitos Virgílio Galassi[81], associado ao projeto da ditadura militarista, e Zaire Rezende, o oposicionista democrático. Para mim ficou claro que as reuniões na Prefeitura eram na Administração Zaire Rezende, as próprias Atas das Associação e os jornais do período apontavam a truculência e a falta de acesso ao Prefeito Virgílio Galassi, assim como um relacionamento estreito com o prefeito peemedebista que fazia reuniões plenárias nos bairros e recebia "o povo" na Prefeitura, "até de madrugada se fosse preciso"[82].

---

[80] Entrevista concedida ao autor por Maria (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 28 de março de 2005. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

[81] Virgílio Galassi foi Prefeito Municipal por quatro mandatos, sendo que dos últimos 30 anos de Administração Pública, no município, governou a cidade por 16 anos. O ex-prefeito, já falecido, comandou a Prefeitura Municipal nas administrações de 1971/72, 1977/82, e depois tornaria a governar Uberlândia em 1989/92 e 1997/2000.

[82] Essas considerações são formuladas a partir da leitura e fichamento das Atas das Associações de Moradores dos bairros Alvorada, Nossa Senhora das Graças, Santa Mônica e Bom Jesus, além das Atas do Centro de Entidades Comunitárias (CEC). Ver também os jornais Participação, Primeira Hora, Correio de Uberlândia, O Triângulo e A Notícia, todos circularam na década de 1980 e estão disponíveis no acervo do Arquivo Público Municipal.

Mas essa foi só a primeira pancada que recebi. A segunda, bem mais difícil de ser digerida, foi a que tratou de sua relação na Associação de Moradores. Talvez para que pudesse ser justo deveria ter começado essa Dissertação com essa conversa que tive com ela. Aprendi, naquele momento, o suposto deste trabalho. Não porque ela falasse do que me proponho a dizer, mas porque me instigou a recolocar as minhas questões, a argumentar o que escrevo hoje.

O fato de ter reconhecido que as relações com os seus vizinhos podiam ser tão problemáticas quanto as mantidas com o Poder Público foi importante para que pensasse sobre o convívio social dos trabalhadores ao viverem a cidade. Sua experiência apontou para a necessidade de não tomar como natural ou mecânica as relações de identificação entre os trabalhadores.

Longe da identidade de luta coesa sugerida nas imagens produzidas pelos atuais diretores da Associação, Maria disse da difícil relação com os moradores, dos diálogos recusados, dos valores divididos e da tensão aberta ao partilharem a cidade. Contou da avaliação feita em conjunto com a amiga Márcia, da decisão de não levar à frente uma prática que julgaram não ter o reconhecimento de muitos dos seus. Além do mais, a vida traz problemas inesperados, como a doença do filho, que exigiu dela a decisão pelos cuidados que não esteve disposta a abrir mão.

Para Maria, um ano foi o tempo que durou o envolvimento com a aposta que fez nas expectativas de lutas a partir da Associação de Moradores. Certamente, a decisão de entrar na Associação não marcou o início de sua luta diária, nem sua saída significou o fim das batalhas forjadas nas relações classistas. Não consigo perceber que abandonar o posto de "fiscal da rede de esgoto" tenha significado o abandono das lutas na defesa de seus interesses, dos embates necessários frente à sua condição de classe.

Foi assim que justificou sua presença naquela matéria do Jornal Primeira Hora, a qual fez com que eu fosse à sua procura, apesar de não estar mais na Associação de Moradores. A matéria que chamou a atenção do estudante de história que buscava a atuação de luta dos trabalhadores na cidade, mesmo que já se passasse mais de vinte anos de sua publicação, foi recordada, por sua protagonista, da seguinte maneira:

> *Aquela época, quando eu tirei aquela foto minha que você viu, deve ser no jornal, né? Água tinha invadido. Até essa sala aqui tava invadida. Estava minhas duas fia*

> *com febre, meu outro menino estava com rubéola. Ai, quê que eu fiz? Eu peguei e falei assim, "Não, eu tenho que pedi socorro". Ai, chamaram a reportagem, eu fui para o meio da água com os menino. Porque não tinha lógica, porque você vê, nós tinha comprado essa casa, como é que nós ia fazer? Mora dentro da água? Falei não, "Nós tem que correr e pedi socorro". Até eu ainda ri, que nessa época meu marido ainda era vivo, quando meu marido viu a reportagem chegá ele se trancou dentro do quarto (risos)*[83]

Buscar socorro me parece participação social. O envolvimento de Maria não é contrário a Associação, talvez tenha se realizado no relacionamento com os sujeitos que continuaram na Associação de Moradores do bairro. Identificar os problemas que a fizeram sair não significa negar sua possibilidade, significa viver outras possibilidades, buscar outros caminhos que podem até vir a se cruzarem na trajetória da vida que se leva. Esse é o sentido de uma cidade compartilhada. Apesar das diferenciações e das dissidências, as identificações são possibilidades a serem negociadas no tempo e no espaço vivido. São histórias que podem ser construídas.

O envolvimento com a imprensa expressava a dinâmica das relações classistas produzidas naquele momento. A reportagem, realizada inclusive com a criação das poses propostas por Maria, é atravessada pela composição de interesses forjados no envolvimento de uma classe média que buscou se identificar com pessoas como a moradora do bairro Alvorada, que teve sua casa invadida por esgoto. O jornal, criado pelo grupo do então Prefeito, quando do período eleitoral, teria que se posicionar, agora, frente ao chamado do povo que o seu grupo dizia representar.

O adoecimento dos filhos, talvez já provocado pela exposição ao esgoto, a comoveu mais do que a vergonha que o marido demonstrou frente à situação, a qual procurou minimizar escondendo-se dentro do quarto enquanto os jornalistas faziam a reportagem com o restante da família. A casa foi adquirida, "como é que nós ia fazer? Mora dentro da água?". A situação constrangedora, recolocada tempos depois, parece engraçada, mas sugere, inclusive no que é insinuado como cômico, a condição de classe vivida ao ser trabalhador, uma condição experimentada nas diferenças mesmo entre a esposa e o marido. Por sua vez, muitos trabalhadores que, com muitas dificuldades, conquistaram a casa naquele lugar da cidade, continuavam a lutar por uma melhor condição de viver ali. Assim

[83] Entrevista concedida ao autor por Maria (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 28 de março de 2005. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

como em tantos outros bairros, que partilhavam a ineficiência de benfeitorias públicas e que compunham os locais de moradia de grande parte dos trabalhadores de Uberlândia.

Em 2005, quando perguntei como via a Associação, como pensava a atuação que era promovida pela entidade, disse que:

> *Agora, eu não sei. Não convida ninguém para participar de nada. Quando eles fazem reunião ali, não vai ninguém, num vai. Agora, quando chega na época deles fazer a eleição deles, pro Presidente do bairro, eles sai de porta em porta dando a cartinha. Um tempo desse eu falei para o homem, "Olha, vai fazer três anos que eu não voto para vocês e não vou votar mesmo não. Você sabe por que quê eu não vou votar? Porque mais para trás nós chegava no chefe da Associação falava, 'Ta acontecendo isso, isso e assado', vocês sentavam e iam conversar com a gente, agora, ninguém não sabe nem quem é o Presidente". Que diz que era um, o homem viajou, diz que colocou outro, agora não é aquele outro, já é outro, né? Quem que vai saber? Falei, "Não dou meu voto mais para vocês, no dia que for um aqui dentro que for para resolver os problema da gente eu voto para vocês". Eu entendo, porque eu já trabalhei nisso ai. Você acha que eu vou perder meu voto à-toa. Eles fica brabo comigo, mas eu não vou não (...)*
> *Todos que entra ali na Prefeitura esse Alvorada, para eles, está esquecido. Agora, é como eu estou te falano, parte não é deles, é do chefão da Associação do bairro, porque se ele juntasse tudo que o Alvorada tivesse sofrendo aqui dentro e batesse uma carta e levasse para lá, na boca do Prefeito, quem sabia que o prefeito acordava. Porque se unisse, fazia uma carta bem feita e passava para o Prefeito, não era? Lá para o Secretário dele, para o Secretário dele passa para ele lá, mas quem que vai fazer essa carta? Ninguém. O pessoal daqui não trabalha em conjunto, eles quer para ele sozinho, mas uma pessoa sozinho vai vencer? Nunca.*[84]

A trajetória narrada por Maria sugere mudanças a partir da sua fala. Aponta, que mesmo que a dissidência não se configure como uma novidade na relação entre os trabalhadores, o "mais para trás" é reconhecido como diferente do hoje. O tempo não é longo, mas a diferença é experimentada como algo significativo. Os "chefão" "sentavam e iam conversar com a gente, agora, ninguém não sabe nem quem é o Presidente". A relação, que sempre supôs o chefe, o organizador, o diretor das lutas, agora sequer conta com o envolvimento desse sujeito. À semelhança de outros, só aparecem em ano eleitoral, ficaram apenas com o estereotipo do mandão auto-suficiente.

A truculência, às vezes relevada pelo reconhecimento do envolvimento com questões comuns, é substituída pela noção do espertalhão, do que "quer para ele sozinho". Essas três décadas que se passaram revelaram a emergência da possibilidade da trajetória

[84] Entrevista concedida ao autor por Maria (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 28 de março de 2005. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

profissional do líder comunitário, o político profissional da representação popular. Mas, a antipatia de Maria, destinada a esses, não me parece solitária. Assim como não o é seu lamento pelo que parece ser a incapacidade da construção de uma possível união, a qual parece insinuar já ter sido vislumbrada como mais próxima, o que não significa que sua expectativa tenha deixado o horizonte das possibilidades históricas de mudança.

A carta bem escrita, os abaixo-assinados, as reuniões e as discussões, por vezes, são propostas novamente como possibilidades de aparecer na "boca do Prefeito", porque em relação a esses tem a seguinte convicção, "Todos que entra ali na Prefeitura esse Alvorada, para eles, está esquecido". As formas de atuação, construídas em uma trajetória de lutas, são recolocadas em tempos distintos e em questões distintas como processo na dinâmica de um movimento social que não chegou ao fim. Mas, que traz na experiência das pessoas o modo como lidam com a vida que segue, reconhecendo o que muda, mas também o que permanece em suas relações.

Ao tratar das dificuldades que continuam a preocupá-la ao viver a cidade enquanto trabalhadora aposentada, falou do mato que cresce em frente à sua casa, o qual capinava quando a abordei para a entrevista. Quando aceitei a questão que propunha para o nosso diálogo, contou das medidas que tomou para procurar resolver o problema:

> *Ficou da moça da reportagem vir aqui, porque o mato aqui tava grande. Porque nós peguemo e capinamo isso tudo e plantemo umas planta ali: alface, pé de coisa. Ai, o fiscal pegou e vei proibi para nós planta. Ele pegou e falou que ia manda capina, o fiscal. Ai, eu peguei e falei assim com ele, "Se o senhor não vier fazer isso eu vou cobrar do senhor". Ele, "Não, pode deixar que nós vai". Isso foi o ano passado, antes de janeiro, até hoje está esse matão ai. Peguei e liguei lá na reportagem, a moça pegou e falou assim, "Oh Dona Maria, nós conversamos com o pessoal da soja, ele falou que eles vai tomar providência". No dia que a menina pegou a cobra ali, nós peguemo e liguemo lá para reportagem, até hoje. Eles num vem, porque disse que esse homem que toma conta da soja ele é um homem muito poderoso.*[85]

Se as reportagens dos jornais e dos programas de televisão, assim como as Solicitações feitas ao Poder Público, são pensadas como possibilidades para se encaminhar as melhorias que os trabalhadores buscam em suas vidas, Maria parece indicar que está

[85] Entrevista concedida ao autor por Maria (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 28 de março de 2005. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

ciente dos limites dessas práticas. A interlocução entre sujeitos desiguais é a expressão de relações desiguais, o “homem que toma conta da soja, ele é um homem muito poderoso”.

Insinua, a partir da justificativa que elabora frente à omissão da repórter ao seu chamado, a consciência do lugar que ocupa enquanto trabalhadora na sociedade em que vive. Sabe de que lado está o pessoal da reportagem, assim como o que defende o fiscal da Prefeitura que mandou capinar a horta que plantaram em mutirão. Mas, quem sabe se em uma outra questão a moça da reportagem julgue ser de seu interesse aparecer por lá. Pois a vida segue, apesar das marcas da desigualdade.

# *CAPÍTULO 3*

## *UBERLÂNDIA, CIDADE EM DISPUTA*
## Experiências nas relações de classe

Ah, nosso festim de linguagens
que nada tem a ver, ou melhor, que tudo tem a ver
com a silenciosa miséria
– que fala sem dicionários.

Affonso Romano de Sant'Anna

Mustafá, um funileiro automotivo, procurou o Ministério Público de Minas Gerais com a expectativa de que pudesse conseguir o tratamento médico que sua filha de seis anos necessitava. Esteve na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde em junho de 2006. Assinou o Termo de Declaração que a oficial do Ministério Público formulou a partir do seu relato. O Termo tratou das dificuldades enfrentadas ao buscar o atendimento médico de sua filha no Sistema Público de Saúde em Uberlândia.

> *Declarou que sua filha, de 06 anos, tem hipertrofia de adenóide, diagnosticada há aproximadamente um ano, quando lhe foi indicada a realização de cirurgia, já tendo sido emitida, inclusive, sua AIH; que no ano passado sua filha foi chamada pelo HC para fazer alguns exames necessários à cirurgia e, após a realização de todos eles, lhe foi informado que o hospital estava em greve e que a cirurgia de sua filha só seria agendada após o retorno do atendimento; que quando o HC retomou o atendimento, o declarante apresentou o resultado dos exames feitos, tendo sido informado que aqueles exames "não valiam mais" e que seria necessário fazer tudo de novo; que desde então, sua filha não foi mais chamada pelo HC para realizar novos exames e seu estado se agrava a cada dia; que em decorrência do problema, sua filha não está mais conseguindo respirar pelo nariz e sente muita dificuldade de respirar pela boca, tendo a família que usar de artifícios (uma "dentadura" de plástico) para que sua filha durma com a boca aberta e consiga respirar; que o declarante tem percebido, inclusive, que sua filha está apresentando certa dificuldade de audição, que, acredita, pode estar sendo causada pela obstrução do nariz; que sua filha também possui uma hérnia na virilha, que precisa ser retirada e, de acordo com os médicos, seria tentado o agendamento concomitante das duas cirurgias, para que fosse dada apenas uma anestesia; que o declarante entende que o caso de sua filha tem que ser encarado como urgente, uma vez que o mesmo pagou por um exame particular, que constatou que o nariz dela estava 90% obstruído, o que lhe acarreta dificuldades até mesmo para comer, que por este motivo, solicita providências dessa Promotoria de Justiça, a fim de que as cirurgias de adenóide e de hérnia de que*

*sua filha necessita sejam agendadas o mais rápido possível, antes que a mesma tenha complicações mais sérias.*[86]

O modo como estes documentos são produzidos supõe, por parte de seus responsáveis, um julgamento isento. Sendo que as atuações de pessoas como Mustafá são sugeridas como litigantes, onde as experiências de desigualdade podem ser tratadas como noções a serem consideradas de pertinência ou relevância legal, caso sejam aceitas pela promotoria. Essa formulação expressa, a meu ver, o teor classista da relação estabelecida. A desigualdade está formulada na própria possibilidade de determinados sujeitos em se situarem acima da tensão social. Seus julgamentos são propostos como organizadores das relações de desigualdade, que os sustentariam como legalmente diferenciados e legítimos.

Na Promotoria de Justiça do Cidadão, os "procedimentos administrativos", conduzidos pelo Ministério Público Estadual ao Poder Público, julgam se é procedente, ou não, as reclamações feitas por cidadãos que se sentem lesados em seus direitos. Como foi o caso de Mustafá ao tratar das dificuldades enfrentadas pela família quando não conseguiu o atendimento médico-hospitalar público exigido pelas condições de saúde por que passava sua filha. O Termo traz em suas linhas os valores de classe de um promotor que se quer o guardião da cidadania, assim como os limites de uma relação de desigualdade que formula a possibilidade de atuação dos sujeitos que recorrem a essa instituição, negociando seus interesses ao compartilharem a cidade.

O que me instigou a procurar esses documentos é o fato de que os percebo como a expressão de um termo de relação entre desiguais. Esse encaminhamento é proposto devido o interesse em evidenciar as práticas empreendidas por trabalhadores nas relações de poder mantidas ao viverem a cidade, as quais, muitas vezes, colocam em xeque suas possibilidades de resolverem questões essenciais para prosseguirem suas vidas.

O caso encaminhado por seu Mustafá é indicativo da insegurança vivida por muitos trabalhadores ao lidarem com doenças e casos crônicos que avançam em familiares. A

[86] MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Termo de Declaração. Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia e Mustafá (pseudônimo). Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 05 de junho de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n°. 065/07, abr. 2007. Essa documentação encontra-se arquivada na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Para que pudesse ter acesso a ela conversei pessoalmente com o Promotor Lúcio Flávio de Faria e Silva, o qual, inicialmente, liberou a pesquisa, mas, já no segundo dia de consulta dos materiais, as dificuldades começaram a aparecer, impossibilitando a continuidade do trabalho.

ascendente piora, por vezes com possibilidades de morte, é uma realidade que caminha ao lado das alternativas que, contra o tempo, são produzidas pelos trabalhadores. Nesse caminho, a busca ao Ministério Público é um modo de colocar em movimento o enfrentamento de desigualdades experimentadas na situação em que formula suas relações e condições de vida.

Intrínseco ao documento, está formulada a noção de que o que consta no Termo são as declarações feitas pelo Sr. Mustafá. Pelo padrão de conduta proposto pelo Ministério Público, a partir daquele momento seria realizada uma constatação, ou não, da veracidade da argumentação.

Entendendo a necessidade de impressionar o promotor, Mustafá levou o que seria todas as solicitações de consultas, exames e cirurgias, emitidas pelos respectivos laudos médicos, as quais constam como anexos no Procedimento Administrativo que foi aberto. Essa prática expressa a percepção de que o promotor deveria ser convencido da situação de dificuldade experimentada, sendo que poderia não se sensibilizar com "qualquer coisa". O Sr. Mustafá sabia que a dificuldade para o acesso ao serviço público de saúde não era particularidade de sua filha, e que, provavelmente, eram muitas as reclamações feitas ao promotor. Portanto, a sua devia ser muito bem substanciada, caso contrário poderia ser descartada sem ao menos ser considerada, ou, ainda, não ganhar a condição de urgência que estava propondo frente à situação por que passava.

Reconhece a urgência de muitos outros que também recorrem ao Ministério Público, na concorrência por esse e outros atendimentos e procedimentos cirúrgicos. O Sr. Mustafá dá visibilidade às suas limitações de encaminhar um tratamento privado, portanto todos os documentos são imprescindíveis para que sua necessidade seja legitimada pela gravidade da doença de sua filha, bem como pelas suas condições de vida[87].

[87] Compondo um debate polêmico da atualidade, a alternativa produzida por muitos trabalhadores para comprovarem suas necessidades e terem acesso à políticas públicas, como tratamento médico-hospitalar, cestas básicas, bolsa família, bolsa escola etc., sugerem um caminho que na dinâmica das relações classistas compõem as disputas pelo que é desigualmente oportunizado ao viver dos trabalhadores. Se por um lado, esses mecanismos aparecem como tentativas de diálogo com as possíveis pressões encaminhadas na luta de classes, por outro apontam uma saturação de pobreza e miserabilidade na sociedade. Portanto, não se pode ignorar o modo como os trabalhadores lidam com esses campos de possibilidade, nem sempre tranqüilos ou passíveis de definições homogêneas. Essas práticas apontam divisões e complexidades, que desafiam a um olhar mais atento das condições de vida e de luta dos trabalhadores. Morais, em sua tese, propõe-se a discutir o acesso dos trabalhadores a alguns desses "benefícios" e como justificam e incorporam essas políticas públicas como parte de seus direitos e estratégias de sobrevivência. Ver:

O promotor, Sr. Lúcio Flávio, dando andamento à averiguação do exposto no Termo de Declaração, enviou, uma semana depois, a seguinte solicitação ao Diretor do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

> *Em cordial visita, sirvo-me do presente (...) para encaminhar o Termo de Declarações (...) da paciente deste Hospital, solicitando informações no que tange à necessidade ou não da mesma ser submetida às intervenções cirúrgicas mencionadas no Termo de Declarações, bem como se, em caso positivo, já houve o agendamento para a realização de tais procedimentos.*
> *Ressalta-se que, de acordo com as informações prestadas pelo genitor da menor, a mesma já até foi submetida, no próprio Hospital de Clínicas, a exames necessários à realização da cirurgia, não tendo estas sido agendadas na época, em decorrência da paralisação dos servidores deste hospital.*
> *Solicito ainda que, caso não haja indicação cirúrgica, para o presente caso, seja agendada uma nova avaliação para a menor, tendo em vista as informações prestadas por seu genitor, de que a mesma está com dificuldades para dormir e comer, por causa da respiração, apresentando, ainda, perda auditiva.*[88]

Percebe-se, em relação ao enunciado, que a queixa está sob suspeita. Para o promotor, quem decide sobre a veracidade das questões apontadas na declaração de Mustafá é o Diretor do Hospital de Clínicas. Parece não haver litígio a ser arbitrado. Parece-me evidente a desconfiança do Sr. Lúcio Flávio em relação ao diálogo que manteve com o Sr. Mustafá.

A partir do contato que tive com outros Termos de Declaração, tendo em vista o padrão das respostas elaboradas pela Direção do Hospital, evidencia-se, no posicionamento do promotor, a noção de que há um exagero recorrente nas questões apresentadas pelos sujeitos que o procuram. Desconfia que isso é devido à expectativa de que possam vir a conseguir o atendimento de suas questões com "maior facilidade". Expectativa que, "em exagero", poderia acabar "subvertendo os caminhos adequados" para o encaminhamento médico. O que exigiria dele uma "postura responsável", conforme me confidenciou, em julho de 2008, quando falava da dificuldade do cumprimento de seu trabalho, ao tratarmos da liberação dos documentos para a realização da pesquisa.

---

- MORAIS, Sérgio Paulo. *Empobrecimento e "inclusão social":* vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

[88] MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Ofício. Solicita informação do Diretor Clínico do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 12 de junho de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n°. 065/07, abr. 2007.

Contudo, o diálogo com o Sr. Mustafá foi suficiente para que o promotor colocasse em movimento sua condescendência de classe. A prática formulada pelo funileiro, frente ao sofrimento exposto de sua filha, parece ter comovido o homem da justiça. Essa percepção não desconsidera a necessidade de uma eventual resposta que a situação exigia de sua Promotoria. Contudo, a solicitação elaborada no último parágrafo do documento, enviado ao Diretor do Hospital de Clínicas, pode apontar para o comprometimento que formulou na relação de desigualdade que manteve com o trabalhador que o procurou.

A resposta enviada pelo Diretor do Hospital, passada mais de duas semanas, serviu para confirmar suas suspeitas. Tanto a de que Mustafá poderia ter exagerado, quanto a de que sua filha se encontrava realmente doente e com dificuldades em ser atendida. Segundo a direção do Hospital, o único atendimento realizado à menina de seis anos foi o de "urgência no Setor de Otorrinolaringologia Pediátrica e que ainda não houve qualquer encaminhamento para realização de cirurgias". No entanto, frente à solicitação do promotor, o Hospital marcou a consulta de avaliação para o mês seguinte [89].

A resposta da Direção do Hospital de Clínicas contradiz a declaração feita por Mustafá. Contudo, não se posiciona sobre o que não há contradição na discussão, a dificuldade de atendimento para quem depende do serviço público de saúde. Pelo contrário, apenas evidencia a insuficiência do atendimento oferecido ao protelar por mais um mês a marcação da consulta, expondo, ainda, que o atendimento emergencial, feito no Pronto Socorro, é, muitas vezes, apesar das longas filas, uma das poucas possibilidades de se conseguir o atendimento médico no serviço público, mesmo que, em várias ocasiões, insatisfatório, devido sua característica de intervenção pontual.

Não ter acesso ao atendimento para questões como a adenóide, surdez e hérnia, tendo que criar maneiras as mais inusitadas, devido às dificuldades enfrentadas, conforme narradas pelo pai de uma criança de seis anos, que se vê impelido a adaptar uma dentadura de plástico para amenizar a agonia da filha, ou propor uma mesma anestesia para que sejam tratados dois problemas que tanto sofrimento e preocupação causam à família, é uma dificuldade partilhada por muitos dos trabalhadores que, ao procurarem o serviço público,

[89] MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Ofício. Presta esclarecimentos ao Ministério Público. Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 18 de junho de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n°. 065/07, abr. 2007.

precisam de atendimento cardíaco, ortopédico... Especialidades que travestem as experiências de desigualdade social de uma asséptica noção de administração da saúde pública, que, para além das inevitabilidades causadas pelas enfermidades, as mais variadas, revelam um campo de relações extremamente tenso.

Ao se viver a cidade de Uberlândia, essa condição é comum à grande maioria dos diversos trabalhadores. Nesse sentido, a prática construída por Mustafá, ao procurar o Ministério Público, fez-se enquanto uma possibilidade de diálogo a partir das relações vividas na cidade, disputando, mesmo que em desigualdade, a possibilidade de atendimento médico, já que percebe que o promotor, advogado Lúcio Flávio, pode conseguir o que a ele é negado. Penso que mesmo o atendimento para a reavaliação da saúde de sua filha só foi possível, nesse caso, a partir da intervenção do promotor. Percebo esse diálogo como a movimentação social das relações classistas.

Colocar em questão experiências como essa pode ser importante para discutirmos a historicidade das relações que estamos vivendo. Em ofício enviado pelo Diretor do Hospital de Clínicas, Sr. Hélio Lopes Silveira, ao Promotor, Sr. Lúcio Flávio, há evidências que expressam a permanência da dominação de classe:

> *Informamos a Vossa Senhoria que a paciente foi atendida no dia 07/07/2007 no Ambulatório de Otorrinolaringologia Infantil, que sua AIH foi cadastrada em 10/10/2006, que não há informação de urgência no seu caso e que no momento não há qualquer previsão para a realização de sua cirurgia.*[90]

Foi essa condição social que me instigou a escrever este trabalho. Não quero provar que o trabalhador Mustafá falava a verdade e foi injustiçado, muito menos que o Promotor de Justiça, auxiliado pelo Diretor do Hospital de Clínicas, o desmentiram tecnicamente. Esses laudos, tanto o jurídico, quanto o médico, compõem as lutas formuladas nas práticas da tensão social ao se viver a cidade em desigualdade, assim como traz toda a elaboração construída pelo pai de uma criança de seis anos, que não consegue o atendimento médico para sua filha, mas que também não fica em casa, apático, desmobilizado e desiludido. A

[90] MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Ofício. Presta esclarecimentos ao Ministério Público. Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 14 de novembro de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n°. 065/07, abr. 2007.

vida, por mais dura que seja, desafia a luta dos homens que estão postos na condição de explorados.

Entendo que o direito à cidade está expresso na expectativa do atendimento médico como possibilidade comum a ser partilhada pelos moradores de Uberlândia, tanto quanto a conquista da casa, o acesso ao transporte público e muitas outras expectativas mantidas nos modos de vida dos diversos trabalhadores. As desigualdades de classes continuam se fazendo na dinâmica de luta das relações sociais. Essa permanência histórica continua exercendo pressões e fixando limites aos trabalhadores. Continua como agenda do tempo presente e como desafio do tempo que está por vir.

Em julho de 2008, relacionando-se com o Jornal Correio de Uberlândia, o Presidente do Conselho Regional de Medicina, Alexandre Meneses, posicionou-se diante da demanda de 20 mil procedimentos médicos já reconhecidos como necessários a serem realizados pelo próprio Poder Público Municipal:

> *Na avaliação do presidente do Conselho Regional de Medicina, Alexandre Meneses, a situação de Uberlândia não causa espanto. "Os números não podem ser avaliados isoladamente. O atendimento à saúde básica de Uberlândia é satisfatório" (...) "Acredito que existam (ao todo) cerca de 20 mil indicações [que estão na fila]. Todos precisam ser feitos, mas serão feitos quando der", afirmou o médico, explicando que uma indicação não significa uma intervenção imediata e os 20 mil são referentes a todas as especialidades.*[91]

A avaliação técnica, forjada na competência informada em sua condição de classe, permite a tranqüilidade dos justos: "Todos precisam ser feitos, mas serão feitos quando der", "O atendimento à saúde básica de Uberlândia é satisfatório". Como são difíceis os diálogos com esses sujeitos, parece que temos que convencê-los de que nós também precisamos ser atendidos, que os conhecimentos médicos também devem estar disponíveis aos trabalhadores no sistema público, com a urgência que só a doença consegue formular com tamanha clareza[92].

---

[91] CORRÊA, Gleide. 2,8 mil pessoas aguardam por uma consulta no HC. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 jul. 2008, p.B-3. Caderno Cidade/Segurança.

[92] Sobre os limites do atendimento médico no Sistema Público de Saúde, fui provocado a reconhecer que essa não era uma especificidade da cidade de Uberlândia, onde seria necessário associar a condição da cidade com a política pública de saúde adotada no país. O "Sistema Único de Saúde", apesar de ser, a rigor, uma garantia constitucional à todos os cidadãos, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 196, ainda é sugerido como uma espécie de assistencialismo aos trabalhadores empobrecidos, sendo que sua principal característica é a escolha dos doentes a serem atendidos no serviço público, portanto, essa seria a própria

A reportagem do Jornal Correio de Uberlândia, composta por cinco quadros temáticos, ganhou uma página inteira. O último quadro foi uma entrevista com o promotor Lúcio Flávio, a qual indicou que o Ministério Público havia determinado a realização de mutirões para que os pacientes que se encontravam na fila fossem atendidos. O Ministério Público Estadual atua propondo "ações de interesse coletivo", onde os muitos Termos de Declaração, como os do Sr. Mustafá, são propostos como subsídios para estas ações.

Um dos cinco quadros que compõe a reportagem é intitulado, pela repórter Gleide Corrêa, *Pacientes reclamam da espera*. Os que esperam nas filas estão em lugar separado das argumentações das autoridades, que ocupam os outros quatro quadros para explicar, ou procurar justificar, as longas esperas pelo atendimento no serviço público, assim como os seus possíveis encaminhamentos. A composição da matéria parece deixar claro qual é o comprometimento editorial formulado no jornal.

No entanto, apesar da organização formulada pela repórter e pelos editores do jornal, a reportagem deixa perceber a tensão que é vivida no conjunto dessas relações. Os sujeitos que partilham esse campo confrontam seus interesses e valores de uma maneira que me pareceu bastante conflituosa. Veja como Jane Martins da Silva se colocou quando foi interpelada pela reportagem do Jornal Correio de Uberlândia, frente à sua presença na fila do ambulatório do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

> *A espera para quem está na fila parece interminável. A dona de casa Jane Martins da Silva esperou um ano para ser encaminhada para a cirurgia de vesícula. Para sua surpresa, ao fazer a checagem, descobriu que os exames pré-operatórios realizados também pela rede pública de saúde já haviam expirado. Cinco meses depois, ela está de volta à fila para refazer os exames sem ter a certeza de que o novo procedimento será marcado dentro do prazo de validade dos exames. "Aqui é igual uma guerra. Lá [na guerra] eles escolhem quem vão morrer. Aqui eles*

---

lógica da política proposta. Não apresento nenhuma divergência significativa no que há de mais geral nessa formulação. Contudo, acredito que isso não explica quais são os sujeitos atendidos, nem as relações que diversos trabalhadores buscam estabelecer, na cidade, para conquistarem uma consulta, um exame, ou mesmo um procedimento cirúrgico. As possibilidades buscadas pelos trabalhadores dialogam com relações que não estão circunscritas à política de saúde pública, nem determinada por ela, apesar dos limites que impõe a certos sujeitos. As inquietações deste trabalho tentam enfrentar a questão de como essa condição está exercendo pressões no modo de vida de certos trabalhadores, mas, também, como estes tratam essas pressões em suas experiências, espero que isso fique mais claro no decorrer deste capítulo.

- BRASIL. Constituição (1988). Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social, Seção II – Da Saúde (art. 196 a 200). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

> *escolhem quem vão ser tratados", disse Jane Martins, que chegou ao ambulatório antes das 4h para ser uma das primeiras a ser atendida.*[93]

Assim como no Termo de Declaração do Ministério Público Estadual, acredito que na reportagem do Jornal Correio de Uberlândia também se expressa uma relação entre desiguais. Penso que essa movimentação compõe o campo de possibilidades das relações classistas que vivemos.

Além de ter madrugado na fila, como forma de procurar vencer a concorrência entre os que, como ela, precisavam do atendimento público, Jane Martins da Silva não se absteve frente à condição de dar visibilidade às dificuldades por que passava, atuando na possibilidade de poder ser atendida frente a exposição de sua condição. A deferência foi atravessada por interesses firmados na condescendência classista, tanto por parte da repórter, quanto por parte da mulher que buscava o atendimento médico.

Tanto Jane Martins da Silva, quanto a repórter Gleide Corrêa, sabiam com quem estavam falando. A repórter julgava estar dando voz aos que sofriam nas filas do atendimento público de saúde. Uma maneira de buscar legitimar a reportagem que apontava para a ação dos agentes públicos no enfrentamento da precariedade do serviço de saúde oferecido aos trabalhadores na cidade. Enquanto Jane Martins da Silva disparava que, "Aqui eles escolhem quem vão ser tratados", não perdeu a chance de fazer uso da reportagem do jornal para deixar evidente a responsabilidade dos que podem estar decidindo entre o alívio e a dor, a vida, ou a morte, de milhares de trabalhadores submetidos à condição da dominação de classe.

Em janeiro de 2009, quando conversei com Sebastião, que trabalha no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia desde o ano de 1980, perguntei a ele como era conviver diariamente com situações como essa. O auxiliar de enfermagem, que hoje se encontra em disfunção do seu cargo, colocou-se da seguinte maneira frente à questão que formulei:

> *O meu tempo de enfermagem me custou caro, e muito caro! É traumatizante. Primeiro, fisicamente, eu arrumei duas hérnias de disco, eu tive problema de*

[93] CORRÊA, Gleide. 2,8 mil pessoas aguardam por uma consulta no HC. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 jul. 2008, p.B-3. Caderno Cidade/Segurança.

*coluna. Tive, também, problema psíquico. Psíquico não. Doença mental. Eu faço tratamento de depressão. E depois, ao ver a parte humana, é muito chocante.*[94]

Sebastião, ao procurar explicar o que é traumatizante e o que lhe teria custado tão caro, encadeou, ainda, a seguinte questão:

> *Aqui dentro da Universidade, vou te contar a primeira coisa que me levou ao stresse. Você punha um paciente idoso o dia todo esperando por uma cirurgia, dia todo. Então, os donos de hospitais lá de baixo ligava aqui né, "Quantos pacientes tem aí para operar?" "Tantos". "Tá, estou mandando um para operar aí. Suspende tal cirurgia e entra com o meu". Você entendeu? Então, a sua mãe, a minha mãe, está velhinha, já preparada psicologicamente, com o preparo normal que a gente faz e tudo, só aguardando a cirurgia. Você chega nela, "Fulano você não vai operar hoje, porque não tem jeito, entrou uma urgência". Não era urgência nada! Era tudo a mesma coisa! Você entendeu? Aquilo ali acabava com a gente, acabava com o ser humano, né? Aí, acabava com tudo, acabava com o corpo de enfermagem, com o paciente e o acompanhante do paciente muito mais. Aí que você entra com o seu trabalho mais ainda, com o preparo psicológico do parente do paciente, para que não haja problemas maiores. Eu, por exemplo, não poderia fazer nada. Porque o dono da cadeira é quem mandou (...)*
> *Depois que eu saí da enfermagem eu parei de ver sofrimento. Eu evito ir no Pronto Socorro. Por quê? Porque ali eu passei um pedaço doloroso da minha vida. Ali é que me causa 150 mg de antidepressivo por dia. Então, eu passei pedaços dolorosos. Por quê? Igual eu te falei, protecionismo e injustiça. Quando o rico tem o seu paciente lá, os coitadinho dos pobre fica aqui esperando. Eles seguem na frente. Se tem um leito preparado para um pobrezinho subir e chega o lá de baixo lá, esse já vem e sobe direto. Isso ai [sair da função de enfermeiro] para mim foi a melhor coisa. Um dia eu cheguei na Valéria [esposa], falei, "Valéria, tudo que eu queria nesse mundo eu alcancei, ter uma família criada, cada um independente. Você não precisa de mim, meus filho não precisam de mim. E eu, de agora para frente, o que eu fizer é lucro". Você entendeu? De eu ver tanto sofrimento que eu via lá na frente [Pronto Socorro] (Eu sentia assim, o tanto que a gente fez, o tanto que eu fiz, o tanto que eu pelejei) eu sentia tão pequeno diante daquilo, que a minha vontade era desaparecer. Não era suicidar não. Mas, que eu tinha vontade de sair do mundo, eu tinha. Você entendeu? Eu tinha vontade que Deus me tirasse. Não é eu me suicidar. Eu tinha vontade que Deus me tirasse para que eu não visse aquele tipo de coisa mais. Meu objetivo estava cumprido, né?*[95]

Talvez a compreensão de Sebastião, a de que seu objetivo foi cumprido, mesmo argumentando sobre suas limitações, expresse com clareza as pressões do tempo histórico

---

[94] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

[95] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

que vive: “Porque o dono da cadeira é quem mandou”.Conseguir criar os filhos em Uberlândia, depois de ter saído de Belo Horizonte, acompanhando a esposa, parece gratificante. Parece apontar para o conforto de que algo foi conseguido, talvez o mais difícil. Lidou com situações como essa e, ao mesmo tempo, com os trabalhos de garçom e de servente. Comprou a casa e terminou a casa. Uma trajetória de luta, um processo de conquistas e derrotas.

Conheci Sebastião por meio da minha esposa, que é amiga de Valéria. Encontramo-nos, pela primeira vez, quando o procurei para apresentar um encaminhamento médico da minha esposa. As dificuldades para conseguir uma consulta no serviço público me levaram à Sebastião. Sem saber o que fazer, fui atrás de uma possível influência que esse sujeito poderia exercer a partir de seu trabalho, como auxiliar de enfermagem no Hospital de Clínicas, o lugar indicado para o atendimento. Apesar de contar com a solidariedade de Sebastião, não tive muitos sucessos.

Supondo que não fui o único a pensar nessa possibilidade para enfrentar as dificuldades com o atendimento médico no serviço público, não pude deixar de perguntar a Sebastião sobre as pessoas que chegavam até ele pedindo para que interviesse, junto aos médicos, na expectativa de conseguirem o atendimento que buscavam. Sobre essa questão, disse-me que:

> *Os pacientes vem e nos procuram, “Oh fulano, tem tanto tempo que eu fiz o exame e tal, vê o quê que você pode fazer”. Então, o quê que nós podemos fazer? Levar para a parte hierárquica. A gente leva e [pausa] No meu caso, vou falar só meu caso. A minha neta ela precisava fazer uma cirurgia. E no dia que o médico deu o pedido de cirurgia dela, e eu fui e levei no local aonde libera a cirurgia, tinha 351 pacientes na frente dela. E eu tive privilégio? Não. Eu não tive. Eu sou funcionário, mas a minha neta é um paciente qualquer também. E fiquei na fila, esperando até que piorasse o quadro. Ai, ela entrou como urgência. Nesse caso, também é todos os pacientes que estão aguardando cirurgia. E o que deixa a gente muito chateado é isso, enquanto o quadro do paciente não piora, ela não entra na urgência. Ele não opera (...)*
> *Deixa eu te contar. Eu sou funcionário aqui da Universidade, igual você sabe e tal. Eu fiz um exame, por sinal muito doloroso e difícil. Tudo que você pensar de ruim o exame é. Fui e botei o pedido para voltar ao médico. Quando foi liberada a consulta o exame não prestava mais [pausa] Tem uma senhora, ela fez uma cirurgia, ela tem (Deixa eu ver se eu acho o papel dela aqui) [procura nos bolsos da calça] (não estou não, está lá em casa). Ela tem dois anos que ela fez uma cirurgia de angiologia, tem dois anos que ela está cadastrada, no nosso serviço de*

*saúde, para o retorno da cirurgia. Então, o que é que você vê numa coisa dessa? Calamidade pública.*[96]

Ser funcionário de um Hospital e só com muitas dificuldades conseguir ser atendido nele, essa é a condição dos trabalhadores, mesmo aqueles que transitam e servem ao Hospital. A parte "hierárquica" não é apenas uma determinação funcional, mas também o caminho de privilegiamento e restrições aos trabalhadores. Um funcionário público com dificuldades de ter acesso ao serviço público que ele mesmo ajuda a prestar. A dificuldade em dizer aos que o procuram que, apesar de ser funcionário do hospital, não pode fazer muita coisa, é desconcertante. As contradições estão presentes em sua experiência, elaborada a partir da condição de trabalhador na sociedade em que vive. Sua condição de classe é percebida com a constatação de que isso é uma "calamidade pública".

O "nós", que projetou em alguns momentos de nosso diálogo, chamou a atenção para que, "a sua mãe, a minha mãe", são as preteridas em uma relação de desigualdade que estabelece "os donos dos hospitais", "os donos das cadeiras", mesmo no que supostamente é público, e, a rigor, é um direito de todos os cidadãos.

Em uma sociedade de classes, não há legalidade fora das relações classistas. Essa afirmação não é pensada como um sofisma teórico. O movimento das relações sociais parecem produzir evidências históricas suficientes para que encaminhe a argumentação de que os trabalhadores, enquanto sujeitos de suas ações, sabem que o que propõem como direitos sociais precisam ser negociados em desigualdade. O que uma determinada classe média parece negar, a partir de sua distinção social, propondo a verborragia da necessidade de "conscientização do povo", possuidor dos seus direitos, condição que sustenta como o avanço da organização social, da consciência política, da própria superação da desigualdade.

Quando dei por encerrada as questões que me propus a fazer ao Sr. Sebastião, perguntei a ele se gostaria de falar sobre algo que a maneira como conduzi a entrevista não lhe havia permitido dizer, mas que julgava ser importante. Foi, então, onde Sebastião disse o seguinte:

---

[96] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

*A única coisa que eu acho, para mim, depois que eu sai da enfermagem, você não me perguntou o motivo (...) Foi que quando chegava um paciente para nós, um paciente com aneurisma, por exemplo, a gente já arrumava um lugarzinho para ele subir no ato. Punha ele em qualquer buraco, mas subia o paciente. Porque é o paciente mais grave que existe, é o paciente com aneurisma, bratecardia e os acidentados né (...) Um paciente com aneurisma aorta é muito difícil salvar. Mas, cerebral salva! E um dia, passando no corredor, maca aqui, maca daqui, só aqui para você passar com maca. Então, você batia na maca do paciente com aneurisma ele gritava, "Ah meu Deus do céu". Toda hora, porque ali você passava toda hora. Ai, quê que acontece? Eu fui atrás dos médicos. E não era nem da minha área (...) Falei, "Tem um senhor José ali que ele está com aneurisma. Ele está só com esse medicamento para dor." Ele falou, "Mas esse é paciente da neuro". Ai, eu falei, "E vocês já chamaram os pacientes da neuro?". "Não". Eu falei, "Por que não?". Ele falou, "Eu não sei te responder". Eu falei, "Você tinha que saber. Porque o senhor é o dono do Plantão". Quer dizer, fui atrevido. Se ele mandasse meu nome para a chefia eu iria responder alguma coisa por desrespeito à hierarquia. Você entendeu? Mas, tudo bem. Ai, eu fui no meu chefe, "Oh chefe, o fulano está assim, assim e assim, gritando de dor, um homem de 52 anos. E você sabe que é gravíssimo o caso. O que nós podemos fazer para ele?". "Ah, como? Fazer o quê?". "Não, sô. Tem aqueles leitos lá em cima. Vamos por esse paciente naqueles leitos particulares lá em cima lá e tal". "Ah, mas fulano não deixa". "Não deixa como? O leito é para internar o paciente". "Não". E o homem conversando comigo. Aí, eu falei, "Então, chama o neurologista". "Ah, vou chamar". Continuou sentado lá. Sai, virei as costas. Quando foi a tarde, o paciente lá no mesmo lugar. E o chefe já tinha ido embora. O chefe que eu pedi já tinha ido embora. Aí, eu fui em outro chefe. "Fulano como é que faz? O paciente está lá". "Ah, já dei o remédio. Você sabe que não pode sedar paciente de aneurisma". "Sei uai. E como sei. Eu trabalhei 15 anos com paciente de neuro. Sei que não pode sedar". (Porque se ele desenvolve para uma morte cerebral você não percebe né). Aí, eu falei assim, "Mas novalgina não tira a dor não". Quando os pacientes de aneurisma nosso entrava, nós entrava era com Algafam, que era uma medicação potentíssima, à base de morfina, para o paciente se manter quietinho, no escuro, em quarto escuro (...) Ai, quando foi no outro dia que eu cheguei, que o paciente estava na sala de emergência com morte cerebral, eu fui a loucura. Aí eu fui a loucura. Eu fui lá e xinguei esse chefe, porque aí o chefe já estava lá. Eu falei, "Você já viu onde está o seu José?". "Não". Aí, eu chamei ele de desumano, de tudo. Falei o que ele estava fazendo ali e tal. E aprontei um rebu danado. Ele pegou um livrinho lá da Lei Trabalhista, do Ministério do Trabalho, do MEC, me mostrou e disse, "Oh, eu posso mandar você embora por justa causa". Falei,"Manda. Pelo amor de Deus, manda. Manda para você vê! Você não sabe Jerônimo (trata-se de um pseudônimo) o que é que você está falando. Você não sabe com quem que você está mexendo. Manda. Manda por justa causa. Põe uma justa causa em cima de mim. Primeiro, você não tem poder, porque precisa fazer processo de auditoria" (É auditoria mesmo? Eu nem sei como é que chama. Acho que é) "Ai, eu vou expor. Vai eu e você embora. Vai nós dois. Ou eu fico e você fica. Mas eu te garanto que eu não vou sozinho". "Ah, mas você está muito nervoso". Mas sô, mim deu uma crise de choro tão grande, que daquela hora em diante eu não dei conta de trabalhar mais. De descontentamento, de saber que não vale a pena. Cheguei em casa, falei para a Valéria, "Valéria, não vale à pena! Uma coisa dessa não vale à pena. Eu acho que eu já estou é sobrando." Aí, foi aonde a Valéria ficou assim meio esquisita, já mandou eu ir procurar psicólogo. Mas, eu não vou procurar. Psicólogo eu não iria*

*procurar não né. Mas, aí, um residente que viu aquilo tudo, falou, "Procura um jeito urgente de tirar esse homem, esse homem vai enfartar aqui. Eu nunca vi um homem na idade do Sr. Sebastião fazer uma coisa dessa, chorar de ver um paciente sofrer no hospital, um paciente que não é nada dele". Mas, como não é? Como não é nada meu? Meu sangue. Tudo é meu sangue. Tudo é nosso sangue, né? Aí, o colega já saiu comigo. Eu fui no Departamento Pessoal, lá embaixo, pedir demissão! Mas não deu certo (...) No outro dia eu fui lá. Cheguei lá na PROREH, falei, "Oh, eu vim aqui por duas coisas: ou vocês me transferem de setor, ou me dá a demissão do serviço". Ai, eu comecei a chorar de novo né. A mulher falou "Quê que foi? Vem cá seu Sebastião. Vamos conversar". Ai, ela foi lá, pegou o meu documento, falou, "Deixa eu dar uma olhadinha na ficha do senhor". Ah, ainda falei a terceira coisa, "Tem o meu chefe lá, que vocês conhecem, eu fui reclamar, o que eu vou reclamar com você, ele me falou que vai me mandar embora por justa causa". Ela foi lá, pegou a minha ficha, falou assim, "Nossa seu Sebastião. Vou te dar a carta agora para você sair de lá. Vou te afastar". Eu falei, "Eu não quero afastar. Eu não estou doente! Eu vou afastar para quê? Eu não estou doente! Eu estou com pena de ver o que está acontecendo". Ai, ela falou, "Não, então, o senhor está nervoso, muito nervoso, eu vou afastar o senhor por vinte dias só, até eu arrumar um lugar para o senhor ficar. O senhor aceita?". Falei, "Aceito". Ela falou assim, "Nossa seu Sebastião, tem 12 anos e seis meses que o senhor está em caráter experimental lá no seu setor". (risos). Doze anos e seis meses. Mas, isso, para mim, não fez muita diferença não. Porque eu não fui lá cobrar nada disso né. O que eu queria, o que eu não agüentava, e que eu fui buscar lá era sair. Porque se eu tivesse continuado lá eu acho que eu tinha enfartado. Eu acho que eu tinha morrido enfartado. Eu acho que eu não agüentava mais.*[97]

Foi assim que Sebastião entrou, tanto quanto foi colocado, em disfunção. Falar sobre essa condição foi algo apontado como importante por ele. Talvez uma maneira de acertar contas com a trajetória que o marcou profundamente. Talvez um modo de dizer que sabe o quanto a vida é dura, que entende suas limitações frente às pressões que tem que responder, mas que atua diante das expectativas e dos valores que sustenta, reconhecendo as desigualdades em que elas são formuladas.

A compreensão de que estava "sobrando" sugere a percepção da dissidência dos seus valores no diálogo com seus superiores e mesmo com muitos dos seus companheiros de serviço. A insistência, inclusive da esposa, para que entendesse seus problemas como uma questão psicológica, ou mesmo que tomasse o problema como produto de seu estado de nervo, sendo aliciado constantemente com ofertas de afastamento remunerado, o ofendia e o irritava, "Eu não estou doente! Eu estou com pena de ver o que está acontecendo".

[97] Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

Como lidar com o descaso de tratamento dos trabalhadores doentes como algo normal? Como conviver rotineiramente com a agonia de pessoas que, por não conseguirem pagar consultas particulares, ou mesmo suborno, não são atendidas conforme suas necessidades clínicas e, muitas das vezes, convivem com a possibilidade de morrerem a mingua?

Não adiantou argumentar "que tudo é meu sangue, tudo é nosso sangue, né". A identificação proposta foi rechaçada frente à relação que propôs. O hospital segue e segue também Sebastião. Mas parece sugerir a compreensão de que se é para ser assim, "não vale à pena! Uma coisa dessa não vale à pena".

O enfrentamento com os superiores foi acompanhado da percepção de que caso a hierarquia fosse cumprida poderia acabar se dando mal. Mas, diante o fato da morte do Sr. José, tudo pareceu menor. Então, foi até as últimas conseqüências. Os elementos a que Sebastião recorreu quando da negociação com seus superiores, frente à possibilidade de ser demitido por justa causa, expressou a compreensão que tinha da dinâmica das conquistas das relações de classe que vivia. Conquistas legais que ganharam maior lastro nas relações de trabalhadores administrativos, técnicos e superiores do serviço público. Mais uma diferenciação no fazer da classe trabalhadora nesses últimos 30 anos. Mais uma desigualdade marcadamente reconhecida entre os diversos trabalhadores.

Sebastião era um funcionário público que havia sido efetivado no cargo, com estabilidade no emprego. Situação diferente de quando entrou no hospital, indicado pelo curso profissionalizante que estava terminando. Acreditando que não poderia ser sumariamente demitido, desafiou o chefe, mesmo que não estivesse muito ciente do que realmente poderia acontecer. O modo como interrompeu a narrativa para me perguntar se o procedimento de apuração da possível queixa do médico se chamava auditoria, parece-me um indicativo da aposta que estava fazendo. Mas, ao mesmo tempo, sabia que a morte do senhor José tinha sido um acontecimento grave e que poderia ganhar alguma repercussão. Acredito que jogou com isso.

Porém, a tranqüilidade de poder ter contado com a garantia do direito de estabilidade no emprego não foi suficiente para que o encorajasse a pedir a garantia de um outro direito, que acabou descobrindo que havia sido violado. Quando conversou no setor de Recursos Humanos contaram-lhe que poderia ter tido progressão na carreira, o que lhe

garantiria um salário melhor. Mas, sorrindo, lembrou que não era isso o que havia ido buscar. Isso não lhe teria feito falta, pois já havia encaminhado outras formas de resolver a vida até então. Essa não era a questão naquele momento. O que importava era o exorbitante mal-estar que não lhe permitia mais ignorar as relações que compartilhava no Hospital de Clínicas, não era um ato isolado o que aconteceu com o Sr. José, vidas mal vividas e mortes eram imagens comuns nos corredores do HC.

Maria Lúcia, apontando para a limitação da atuação legal na busca pelo atendimento à saúde, escreveu para Amarildo Maciel, apresentador do programa Linha Dura, exibido pela TV Vitoriosa. O Programa, segundo o Instituto de Pesquisa GPP/Unicamp, é líder de audiência em seu horário, há cinco anos consecutivos[98]. A carta de Maria, escrita em novembro de 2007, pedia ajuda para conseguir marcar uma consulta com um reumatologista. O texto é o seguinte:

> *Prezado Amarildo eu escrevo esta cartinha para você! Para te dar os parabéns pelo seu programa: eu vejo todas as tardes! Acho bom e fico feliz quando você realiza algo p/ as pessoas. Então eu estou aqui na qualidade destas pessoas p/ ser ajudada também. Amarildo é o único e último apelo. Sabe eu tenho artrite rematoide estou sofrendo muito: é uma doença cruel eu não estou suportando mais. Dói muito, dia e noite. Eu peço a você p/ ajudar-me a marcar a consulta. Tem 2 anos que estou na batalha da marcação e não tem jeito, todas as vezes não tem vaga, e com isso estou sofrendo e morrendo aos poucos. Não tenho dinheiro para pagar médico. Sabe Amarildo eu digo do fundo do coração: se for para eu viver assim eu prefiro morrer. É muito triste, é desconfortável: a alto estima esta lá em baixo não tenho alegria. Me ajude. Amarildo eu já tentei de todas as formas e não consigo. Tem que marcar com o Dr. Roberto Ronsa na Medicina. Deus te abençoe feliz natal a você e sua família.*[99]

O apelo é forte, aposta na sensibilização do apresentador e na dramatização que este pode conseguir caso escolha seu problema para ser exibido no Programa. Maria, sabe qual é o seu lugar na relação que propõe com Amarildo Maciel, "estou aqui na qualidade destas pessoas a ser ajudada também". As supostas realizações, conseguidas por outros através do

---

[98] O Programa Linha Dura, assim como o Programa Chumbo Grosso, são apontados como líderes de audiência em seus horários, enquanto a Rede Vitoriosa, que transmite o sinal do SBT para 19 cidades do Triângulo Mineiro, ocupa, no conjunto de sua programação, a vice-liderança de audiência.

[99] MARIA LÚCIA. [*Carta*]. Uberlândia, 12.11.2007. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, solicita ajuda para conseguir marcar uma consulta médica no Serviço Público de Saúde. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

programa de televisão, são percebidas como uma possibilidade de atuação frente à necessidade da conquista de uma consulta médica, talvez mais uma tentativa entre as "que já tentei de todas as formas".

Sabe que deve marcar a consulta na Medicina (Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia), com o Dr. Roberto Ronsa (trata-se de Roberto Ranza), mas isso não lhe é suficiente, "todas as vezes não tem vaga e com isso estou sofrendo e morrendo aos poucos". Mas, acredita que essas informações são suficientes para que o apresentador consiga marcar a consulta, caso se interesse pela exibição da situação que enfrenta. Em troca, sugere a oferta da audiência diária ao programa, legitimando sua veiculação, assim como também oferece a prece de despedida, "Deus te abençoe, feliz natal a você e sua família".

O apresentador Marcos Maracanã, âncora responsável pelo Programa "Chumbo Grosso", também exibido pela Rede Vitoriosa, respondendo a críticas feitas por Ivan Santos, colunista do Jornal Correio de Uberlândia, que dizia do caráter assistencialista, demagógico e sensacionalista dos quadros que apresentavam, defendeu os dois programas da emissora como correlatos. Argumentou que ele e o companheiro Amarildo Maciel, apesar dos distintos enquadramentos feitos na exibição do "Chumbo Grosso" e do "Linha Dura"[100], tinham o seguinte comprometimento:

> *Revestimos de ficção a realidade vivida por pessoas das classes populares ou não, ao recontar de forma melodramática o cotidiano que as envolve. Somos porta-voz de donas de casa, empregadas domésticas, presidiários e policiais (...) Oferecemos espaço para o desabafo pois a população precisa dele. Coisa que muito veículo não faz (...) Tem "pessoas" que criticam sem se quer conhecer o trabalho social que este programa realiza. Vamos continuar nosso trabalho mesmo porque somos responsáveis pela maior audiência da TV no interior do Brasil.*[101]

Supondo que as pessoas que procuram esses programas estão fazendo desabafo, o apresentador argumenta que revestem de ficção "a realidade vivida por pessoas das classes

[100] O Programa Chumbo Grosso é marcado por quadros policiais, foca a violência e se coloca na discussão do suposto do aumento da criminalidade na cidade. O Programa Linha Dura, por sua vez, procura se apresentar com quadros de maior variedade, enfatizando o que seria as dificuldades vividas pelos trabalhadores da cidade.

[101] MARACANÃ, M. Explicação do Apresentador. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18 abr. 2008. Coluna Ivan Santos Online. Disponível em: <http:/www.correiodeuberlandia.com.br/coluna/2008/04/OPINIAO/36/ivan_santos.html>. Acesso em: 05 de maio de 2009.

populares ou não", uma espécie de "dramaturgia da vida real". Afirma, ainda, que oferecem o espaço de seus programas para realizarem um "trabalho social", atuando como "porta-voz de donas de casa, empregadas domésticas ...". E, na dissidência editorial e política, provoca o colunista do Jornal Correio de Uberlândia dizendo que as questões que tratam não ganham destaque em "muito veículo" por aí, sendo que tem "pessoas" que criticam sem conhecer a importância do serviço que prestariam. Como ponto alto, aponta a grande audiência que possuem como uma espécie de auto-evidência da legitimação dos programas em questão.

Mas, para além do dirigismo que Marcos Maracanã evidencia no editorial dos programas, as pessoas atuam e contradizem esse encaminhamento, utilizando de diferentes recursos para sair da racionalidade do projeto dos programas para produzir pressões que alterem o distanciamento entre esses e os telespectadores – a suposta admiração, a religiosidade partilhada, a influência classista, o endereçamento da carta aos apresentadores etc -, produzindo identificações e espaços de reivindicação para mudanças em suas vidas, formulando as relações classistas que essas práticas permeiam.

Maria Valdeci, escreveu, em fevereiro de 2008, uma carta para Amarildo Maciel. Pediu que o apresentador conseguisse, com um dos seus amigos, um tratamento de dentes para ela. Da minha parte, não percebi essa prática como um desabafo. Acredito que Maria tinha mais com o que se preocupar:

> *Oi Amarildo, você está bem? Amarildo eu gostaria muito que você me ajudasse à conseguir um tratamento de dentes pra mim com algum amigo seu ou conhecido pois tenho que tratar de dentes com urgência. Eu gostaria muito de receber esse tratamento, como presente de aniversário que está um pouco longe mais graças à Deus tenho um grande motivo para esta comemorando antecipadamente, eu tive câncer e este mês estou recebendo alta do hospital; eu estou super feliz e rindo atoa, só que com os dentes que tenho não da nem pra rir com gosto. O Hospital do Câncer oferece tratamento de graça igual de postinho. Só que eu não dei sorte já perdi vários dentes assim, e não tenho mais dentes a perder. Os meus dentes enfraquecerão muito com os tratamentos que fiz por causa do câncer. E eu não posso trabalhar fiquei com seqüela no braço (...) Então não tem como eu pagar esse tratamento. Dependentemente de você conseguir ou não agradeço muito pela sua atenção. Muito obrigado. De sua fã: Val.*
> *Eu assisto seu programa todo dia e adoro ver você dançar. Por que você morde na língua quando dança?*

*Abraços e fique c/ Deus.*[102]

Maria diz estar feliz porque recebeu alta de um tratamento de saúde complicado, como é o caso do combate a um tumor cancerígeno. Fala, no entanto, que teve seqüelas e que não poderia trabalhar. Frente a um problema dentário que estaria enfrentando, argumenta, nesse sentido, que não teria como pagar por um tratamento particular. Que a alegria que estaria vivendo só não é completa porque se quer pode sorrir com gosto. Sabe que os Postos de Saúde oferecem tratamentos gratuitos, assim como o próprio Hospital do Câncer, mas sabe também que isso significa menos dentes na boca, pela demora, pela limitação dos procedimentos realizados e, muitas vezes, pela não realização do tratamento agendado, afirmando que, "não tenho mais dentes a perder".

Sugere urgência frente à solicitação. Assim como também aponta cordialidade com o apresentador. Declarando-se sua fã, demonstra, ainda, curiosidade no modo de dançar do seu interlocutor. Chega a mencionar que caso não consiga atender seu pedido ficaria contente com sua atenção. Mas, a trama da escrita propõe a compreensão de que Amarildo Maciel teria amigos dentistas, ou conhecidos aptos a conseguirem algum profissional que, frente a um pedido feito por ele, prontificar-se-iam a atendê-la gratuitamente. O que nem com todos os esforços que empreendeu durante sua vida foi suficiente para lhe poupar os dentes da boca.

Parece-me que a desigualdade das condições entre os sujeitos ao viverem a cidade está em pauta nas linhas escritas nas cartas das Marias que procuram se relacionar com os programas de TV, os quais se propõem a dialogar com essas pessoas, mesmo que esteja certo de que seus interesses não são os mesmos. São formulados de lugares sociais distintos, por sujeitos com expectativas variadas, mas os quais se encontram na rede das relações classistas.

Isso não impede a simpatia que muitos trabalhadores nutrem por esses apresentadores. A identificação, mesmo que não seja gratuita ou mecânica, sugere a legitimação dos programas nas audiências que lhes atribuem. O que cria a possibilidade de Marcos Maracanã arrogar-se o "porta-voz dos populares".

---

[102] MARIA VALDECI. [*Carta*]. Uberlândia, 07.02.2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, solicita ajuda para conseguir tratamento dentário. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

Os interesses, atravessados na relação que mantêm, são negociados em valores e em modos de vida particulares, mas, ao mesmo tempo, comuns a um campo de lutas firmado nas relações compartilhadas na cidade. Raquel, que tem 28 anos e mora no bairro São Jorge, localizado no setor Sul da cidade, escreveu a Marcos Maracanã pedindo presentes para os quatro filhos, sugeriu, devido à proximidade das festas natalinas, a necessidade que tinha e apontou que os materiais escolares para o início do novo ano seriam muito bem recebidos. O modo como propôs sua identificação com o apresentador indicou a percepção de um valor comum, ao mesmo tempo em que uma estratégia de aproximação:

> *Sou sua fã de carteirinha não perco um chumbo grosso, a parte que eu mais gosto é quando você fala leia a bíblia, se todo mundo le-se a bíblia, nosso pais seria melhor. Eu tenho 4 filhos, o Alan de 12 anos, Alexandre de 10 anos, Beatriz de 9 anos e a Thamyris de 3 anos, os três mais velhos mora com o pai no bairro Joana Dark e a pequena é do meu segundo casamento, meu esposo no momento está desempregado, ele é pintor mas com esse tempo de chuva é difícil trabalhar mas com a graça de Deus vamos caminhado como dá, o meu pedido é conseguir presentes pros meus filhos natal está chegando e no momentos nossas condições não são favoráveis, se ganhasse material escolar seria bom as aulas logo vai começar de novo, comprar material escolar para três não é fácil, eu fico triste porque não tenho dinheiro para comprar presente de natal para meus filhos é por isso que lhe peço uma ajuda se o meu pedido for alcançado eu agradeço, fico grata do mesmo jeito só de você ler a minha carta eu fico muito feliz, bom vou terminando por aqui com meu coração mais aliviado porque eu acredito que meu pedido vai ser atendido, eu sei que Deus vai me dar esse grande presente de conseguir dar algo para meus filhos nesse natal. Deus te abençoe pois você merece e nunca deixe de dizer para todos, leia a bíblia cada vez que você diz isso e uma sementinha que esta sendo plantada nos corações de cada um de todos nos.*[103]

A leitura da bíblia foi o ponto de partida para o diálogo que propôs. Para Raquel, alguém que leia a bíblia e a apresente como referência para uma certa conduta moral se compromete com determinados valores. A menção de que ao escrever a carta ficou com o coração mais aliviado, “porque eu acredito que o meu pedido vai ser atendido”, sugere que alguém que tenha como conduta a leitura da bíblia não deixaria de socorrer os que passam

[103] RAQUEL. [*Carta*]. Uberlândia, s/r. Carta ao Programa Chumbo Grosso/Rede Vitoriosa de Televisão, pede a doação de materiais escolares como presentes de natal para os filhos. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

por dificuldades, pelo menos não próximo ao período natalino. Então, vai ao ponto, “sei que Deus vai me dar esse grande presente”.

O presente se fazia necessário porque o marido, que trabalhava como pintor, não estava conseguindo serviço. A estação chuvosa impunha dificuldades adicionais para que encontrasse um emprego. Com o marido em dificuldades para conseguir sustentar a família, a mulher tentou garantir os materiais escolares de fevereiro logo no Natal, momento mais propício para apelar à boa fé cristã. Uma estratégia coerente, já que a caridade aos pobres é mais festejada no final do ano. Então procurou se beneficiar da presteza solidária no momento que julgou mais pertinente.

Os comprometimentos construídos, ou recusados, fazem-se em uma dinâmica de identificação e distinção que não parecem sugerir obviedades pré-estabelecidas, mas sim possibilidades de diálogos. As leituras feitas sobre as relações sociais ganham destaque, portanto, na repercussão de tendências ao se buscar estabelecer as prospecções de determinados interesses e valores. Os projetos de cidade e os sentidos de histórias que são encaminhados a partir dessas leituras estão formulados nas práticas dos sujeitos que elaboram um processo histórico que continua aberto no movimento das relações classistas. Esse me parece o sentido maior de se pensar as lutas de classes como movimento da história.

De outro modo, como entender a carta enviada por Luiz Henrique a Amarildo Maciel? Um garoto de 11 anos de idade que mora no bairro Canaã, no setor Oeste da cidade, mas que se desloca até o Centro da cidade, no prédio da Rede Vitoriosa, para entregar uma folha escrita a lápis, na qual pede material escolar e a inclusão do seu nome para participar do “sorteio do bife”, momento em que o apresentador sorteia, entre os telespectadores que ligaram no decorrer do programa, alguns quilos de carne.

> *Olá boa tarde Anarildo você está bem eu estou graças a Deus. Estou na 4ª serie e estou escrevendo para pedir os materiais de escola precizo dos cadernos e da moxila por a minha mãe não esta trabanhado e ajude a minha mãe aruma um empreco de servisão jerais eu e os meu irmão escreverão pa você condo asiais seu programa todos os dias me coloque no sorteio do bife lé a minha carta para mi ovi no ar muito obricado por tudo.*[104]

[104] LUIZ HENRIQUE. [*Carta*]. Uberlândia, s/r. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, pede doação de material escolar e serviço para a mãe. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes,

A mãe está desempregada, então os materiais escolares correm o risco de serem preteridos diante as possibilidades do orçamento familiar. Aproveita para pedir que o apresentador utilize sua influência para ajudar a mãe a conseguir um novo emprego. A campanha de arrecadação de material escolar para serem doados aos filhos dos trabalhadores empobrecidos é feita pela Rede Vitoriosa por meio dos programas Chumbo Grosso e Linha Dura. As reportagens que celebram a entrega dos materiais são feitas com a pompa sugerida por Marcos Maracanã, quando se colocou no Jornal Correio de Uberlândia defendendo a importância dos programas da emissora em virtude das críticas feitas pelo colunista Ivan Santos.

A mobilização que essa campanha produz é algo que passa despercebido por muitos que não conseguem compreender o apelo alcançado pela doação de lápis, borrachas, cadernos, mochilas escolares e alguns outros materiais. O que falar, então, do "sorteio do bife"? Ocasião que mobiliza e motiva várias pessoas a ligarem e a escreverem cartas para participar de sorteios que dão como prêmio dois ou três quilos de carne de segunda.

A atenção dada por parte dos diretores desses programas ao modo como os trabalhadores vivem a cidade é algo minucioso. A importância dos materiais para a educação escolar dos filhos, a carne das refeições, a promessa do arranjo de empregos aos sem escolaridade, as consultas médicas, aposentadorias, remédios, móveis, alimentos, encontros com artistas, ingressos para shows, cupons de compras, nada é tratado como algo sem relevância. A defesa dos interesses editoriais dos sujeitos que promovem esses programas são propostos a partir dessa relação de proximidade. Quando os pedidos são atendidos sugerem a identificação de interesses, quando não são atendidos sugerem antagonismos comuns. Propõem projetos comuns de cidade, mesmo que os interesses em relação sejam classistamente divididos.

A complexidade dessa trama vem sendo invariavelmente tratada, mesmo por parte de muitos dos sujeitos que se incomodam com a permanência da dominação de classe, como alienação, falta de consciência política, desmobilização dos trabalhadores, falta de organização de classe, embutimento de valores capitalistas[105]. Acredito que a questão talvez

---

organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

[105] O modo como trabalhadores se constituem como sujeitos na história, ainda continua exigindo de nossas reflexões a disposição de não avaliarmos suas vidas a partir das nossas próprias alternativas. Quando trago

mereça ser recolocada. E é ai que se coloca o trabalho feito nesta dissertação. Acredito que seja importante enfrentar o olhar de classe que muitos de nós dispensamos às lutas dos trabalhadores. Não proponho condescendência, mas compreensão histórica das relações classistas que mantêm.

Luiz Henrique não abriu mão de pedir que o apresentador lesse sua carta ao vivo, desse modo saberia se a carta ao menos chegou às mãos de Amarildo Maciel. Talvez desconfie que muitas das cartas não sejam atendidas e que talvez nem cheguem a ser lidas. Assim também me parece o caso dos que se declaram satisfeitos com a mera atenção dos apresentadores, insinuando que esses devem, ao menos, indicarem que tomaram conhecimento das solicitações. Responsabilizando-os não apenas nos momentos das conquistas, mas também das recusas.

A condição de trabalhadores, por parte de muitos dos sujeitos que se envolvem com programas como Chumbo Grosso e Linha Dura, está em questão na formulação de suas relações de desigualdade a partir das solicitações que são propostas. A diversidade das histórias dos trabalhadores aponta, por mais contraditório que seja, para um mesmo enredo.

---

essa questão é para dizer que reconheço que mesmo que os programas de televisão atendam todos os pedidos formulados por trabalhadores, o que de fato não é seu interesse, a condição de trabalhadores, explorados socialmente em relações capitalistas, não se alteraria, mas disso eles mesmos sabem. O que está em questão é perceber que valores, interesses, estratégias e condições enfrentam e conquistam ao se estabelecerem enquanto sujeitos históricos. O desafio é pensar sobre os horizontes que estão sendo visualizados por esses sujeitos, sobre os valores e os interesses que estão dispostos a confrontar, o que não se define antes do confronto, mas sim no fazer desse processo de luta.

Telles, que procurou tratar da potência dos trabalhadores em "Mutações do trabalho e experiência urbana", um texto de 2006, discute como filhos de operários, identificados como posteriores a uma geração de desmonte da condição operária forjada em um sistema de produção "fordista", vivem a cidade de São Paulo. A autora, em seu trabalho sociológico, procura problematizar as experiências urbanas de trabalhadores enfocando as mudanças vivenciadas por gerações distintas, uma que teria vivido a segunda metade do século XX e outra que se depara com as relações sociais mantidas em fins do século XX e início do século XXI. Telles, como uma de suas questões centrais, aponta para a necessidade *de se perguntar de que modo as novas realidades no trabalho (e do não-trabalho) redesenham mundos sociais, as relações de força e campos de práticas que fazem a tessitura da cidade e seus espaços*. Apresentando o que considerou como "personagens urbanos", a autora buscou evidenciar "trajetos" do que sugeriu, em um dos pontos de discussão, como "jovens empreendedores nos circuitos faiscantes dos serviços globalizados". Apesar do interesse em repensar algumas noções já canonizadas para a explicação das relações sociais, buscando dialogar com as expectativas desses jovens, Telles apontou para uma tessitura determinada pelo que sugeriu como impossibilidades de mudanças das condições de vida desses trabalhadores, devido determinações nas relações de trabalho mantidas nos circuitos do sistema capitalista globalizado. O ponto de chegada foi dado como suposto e as experiências foram insinuadas como exemplificação do que não tem alternativa dentro da sociedade capitalista. Acredito, no entanto, que as alternativas estão sendo expressas na vida das pessoas, e elas, por sua vez, não vieram ao mundo atuarem sob as alternativas que já decidimos como as mais relevantes e procedentes. Sobre o texto, ver:

- TELLES, Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, nº1, p. 173-195, julho de 2006.

Indicam um terreno comum. A cidade aparece como território construído nessa dinâmica de convivência. A tensão dessa partilha é expressa em momentos de alianças, dissidências, identificações e distinções. O teor classista dessa trama é a própria pauta do diálogo estabelecido.

Viviane, uma moradora do Shoping Park, assim como outros, organizou as dificuldades que sua família enfrentava a partir da condição de trabalhadores. A carta, enviada a Marcos Maracanã, pediu, frente à impossibilidade de conseguir um emprego, a ajuda para que mantivesse sua condição de produtividade frente ao sustento que necessitava. Devido a um acidente de trabalho e diante a negação de afastamento remunerado em decorrência dos laudos emitidos pelos peritos médicos do Instituto Nacional de Seguridade Social, pediu o amparo do apresentador. Narrou sua situação da seguinte maneira:

> *Marquinhos Maracanã, estou escrevendo essa carta para você, pelo amor que você tem em deus me ajude por favor. Tive um acidente de trabalho já tem 1 ano e 6 meses fisso 5 apericia só que médicos me deram alta, só Marquinho que eu não dou conta de levantar da cadeira-de-roda já faz 1 ano e 6 meses estou passando muitas dificuldades Marquinhos. Tem dia que eu não tenho comida para eu e meus filhos comer. Tenho dois filhos uma menina de 5 anos que se chama Clara e um rapaz de 16 anos que chama Gustavo. Ele fica fazendo bico (trabalho) para me ajudar em casa. Tem vez que a minha filha Clara pede leite e eu não tenho para dar pra ela, o meu aluguel atrasado. Eu sinto muita dor 24 HORAS por dia, o meu filho que me ajuda a limpar a casa, lavar as roupas, louças e etc. Tenho preção alta, tenho tiróide, glicose está alta, o médico me pediu resonança magnética só que eu não tenho condições de pagar, tenho de ficar esperando pelo SUS. Marquinho eu faço trabalho artesanal para aniversário, casamentos, e etc, e quem quiser me ajudar está de bom tamanho, só que eu não estou tendo material para as incomendas. Eu queria saber o que você pode me ajudar em termo de tudo, por favor me ajude eu estou precisando. Marquinhos pelo amor que você tem em deus e pela nossa Senhora Aparecida me ajude, eu oro todos os dias por você pelo seu trabalho para que deus possa te iluminar sempre. O que você e sua produção possa fazer por mim? Eu gostaria que você viesse na minha casa para você ver a situação e a dificuldade. Me desculpa por está te encomodando mas eu estou precisando muito de sua ajuda. Um abraço e um beijo de sua fã.*[106]

Viviane parece indicar que sabe que, em comum com o apresentador, pode ser que tenha a fé em “nossa” Senhora Aparecida. Então, diz que ora todos os dias pelo trabalho

[106] VIVIANE. [*Carta*]. Uberlândia, S/r. Carta ao Programa Chumbo Grosso/Rede Vitoriosa de Televisão, relata dificuldades e pede ajuda. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

feito por Marcos Maracanã. Frente à dificuldade que narrou, “queria saber o que você pode me ajudar em termo de tudo”. Teria perdido o emprego por causa de um acidente que teve na realização de suas funções. Os médicos, peritos do INSS, atestaram-lhe sua capacidade de retornar ao trabalho, mas como não estaria conseguindo levantar da cadeira de rodas diz que o filho, de 16 anos, é quem está, na medida do possível, trabalhando. O bom menino estaria sendo seu ajudante na lida dos afazeres da casa e na conquista de rendas ocasionais. Mas, mesmo assim, o aluguel estaria atrasado, a comida era incerta e os materiais dos serviços artesanais que poderia fazer, para ajudar na despesa, acabaram.

Então, enfatiza a pergunta, “O que você e sua produção possa fazer por mim?”. Sabendo que os jornalistas do Chumbo Grosso fazem ao menos uma reportagem diária onde visitam as casas de trabalhadores empobrecidos, habilita-se a participar de um desses quadros quando menciona que gostaria que visitassem a sua casa para que apresentassem a situação de dificuldade vivida. Viviane sabe que, apesar dos possíveis constrangimentos, dessa maneira garantiria a veiculação do seu caso e, ainda, maximizaria as possibilidades de doações diversas, principalmente as advindas de telespectadores que se comovessem com a exibição de suas dificuldades. Buscava o relacionamento com sujeitos que demonstrassem solidariedade para com ela.

A perca do emprego e a negação da proteção previdenciária a colocou em dificuldades de garantir o sustento da família. A falta de saúde revelou as incertezas da condição de trabalhadora, assim como revelou o peso da dominação de classe na sociedade em que vive. Desse modo, impossibilitada de trabalhar, mesmo na alternativa que encontrou, a produção de artesanatos, diante a falta de condições de manter os materiais necessários para sua elaboração, propôs participar do espetáculo televisivo, da exploração da miséria, esta capitaneada pelos empresários da comunicação. Uma estratégia que Viviane construiu como possibilidade de enfrentamento das dificuldades que vivia.

Quando vejo o espaço ocupado por diretores, jornalistas e apresentadores de programas como esses, não deixo de me perguntar sobre o que foi feito da classe média que ocupava o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia (CDDH) na década de 1980. Olhando para o processo histórico do fazer-se da classe trabalhadora na cidade nessas últimas três décadas me pergunto se o que restou a esses sujeitos foi lamentar

o que entendem como o avanço do populismo, do assistencialismo e da cooptação alienante da classe trabalhadora.

Porque, apesar do ranço elitista de sua proposição vanguardista, não fugiam do contato com esses trabalhadores empobrecidos nas relações que estabeleciam na cidade. Achavam que os haviam encontrado naquele momento, os visualizavam como emergentes de uma nova cena política e os propunham como sujeitos potenciais de transformações que julgavam mais profundas, em horizontes históricos que projetavam como mais justos e possíveis de serem alcançados.

Apesar da diferenciação que estabeleciam, propunham a identificação de lutas, a construção de horizontes comuns e um projeto de sociedade a ser partilhado na expectativa da transformação social. Foi assim que, em fevereiro de 1984, o CDDH formulou uma "Denúncia" ao Coordenador do Serviço Médico do Instituto Nacional de Previdência Social. Estava em questão a discussão das dificuldades vividas pelo Sr. Durvalino Freitas, a qual foi tratada da seguinte maneira:

> *O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia vem trazer à sua consideração o seguinte fato que acompanhou de perto:*
> *1) No dia 03/05/83 o Sr. Durvalino Freitas foi acidentado no trabalho (DAIWA DO BRASIL) e encaminhado para tratamento no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (Medicina).*
> *2) Posteriormente foi transferido para os cuidados do Dr. Antônio Daud, médico credenciado pelo INAMPS e também médico conveniado com a DAIWA.*
> *3) No dia 05/10/83 o Dr. Antônio Daud disse ao Sr. Durvalino e sua esposa Dona Hilda que ele voltaria a firma para fazer um teste e que não se tratava de alta. O Dr. Antônio usou esse artifício servindo-se da simplicidade do Sr. Durvalino. Porém, atestou oficialmente a alta do paciente, conforme consta na carteira.*
> *4) Sr. Durvalino recomeçou a trabalhar, porem com grande dificuldade. Dia 20/10 recebeu do médico mais 10 dias de afastamento. E dia 1/11/83 entrou em férias.*
> *5) Dia 1/12/83 retornou ao trabalho até o dia 11/12 quando entrou em gozo de férias coletivas até o dia 31/12/83.*
> *6) Dia 1/1/84 o Sr. Durvalino retorna ao trabalho e dia 11/1/84 à tardinha é avisado que está despedido.*
> *7) Dia 12/01 volta ao Dr. Antônio Daud e diz que foi despedido Dr. Antônio diz que não é possível e solicita da DAIWA a ficha do C.A.T. para reinício de tratamento. A firma se nega a mandar a ficha, alegando que o empregado já havia sido demitido na véspera, embora não houvesse nenhuma documentação, nem mesmo o "ciente" que é exigido para uma comunicação verbal de dispensa de trabalho.*
> *Esta consulta do dia 12/01 foi feita na presença de uma testemunha do CDDH.*
> *8) Sr. Durvalino volta ao Dr. Antônio Daud que diz não ter mais nada a fazer.*

> *9) Sr. Durvalino requer perícia médica para poder continuar o tratamento e é atendido pelo Dr. Sérgio que o examina e chama Dr. Carrijo. A mesma testemunha anterior acompanhou o paciente.*
> *10) Dr. Sérgio declara à acompanhante, testemunha citada a cima, membro do CDDH que não pode fazer nada porque o médico Dr. Antônio já dera alta ao paciente.*
> *11) A acompanhante procurou o médico coordenador do setor de acidente de trabalho e apresentou reclamação: "se a função da perícia é apenas confirmar a alta já dada pelo médico, a perícia poderia ser eliminada, pois ela é uma farsa".*
> *12) Orientado pelo chefe do setor de Acidente de Trabalho Sr. Durvalino solicita junta médica.*[107]

A relação patrão e operário foi acompanhada com interesse pelos homens do CDDH. Diante os termos da clássica relação de classe, o membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos acompanhou o trabalhador, Sr. Durvalino. Envolveu-se com sua causa e a tomou a partir dos seus referenciais, quais sejam, a noção de que tinha o direito de não ser sumariamente submetido à ingerência dos interesses de alguém com mais influência econômica. Exigiu para o Sr. Durvalino o questionamento legal que exigiria para si mesmo. O reestabelecimento do Estado de Direito era, sem dúvida, o projeto de sociedade defendido, naquele momento, por esses sujeitos.

O suposto da dominação de classe e o valor do direito da reivindicação, a partir de sua condição de classe, permitiram ao membro do CDDH o posicionamento da denúncia com tamanha clareza, "se a função da perícia é apenas confirmar a alta já dada pelo médico, a perícia poderia ser eliminada, pois ela é uma farsa". Em momento algum se percebe a impressão do Sr. Durvalino, o qual tem para si o adjetivo de uma condição de "simplicidade", o que supostamente teria sido a causa dos problemas vividos pelo trabalhador que "teria deixado se enrolar" pelos artifícios construídos pelo Dr. Antônio Daud ao defender os interesses da Daiwa do Brasil.

Mas, esses sujeitos são interlocutores de uma relação classista que supunham projetos de sociedade diferentes dos sustentados pelos programas televisivos já mencionados. Os membros do CDDH não eram os jornalistas dos programas Chumbo Grosso e Linha Dura, os quais anunciam casas de carne, lojas de produtos de limpeza, comércios de materiais escolares, cursos profissionalizantes de agências particulares; tudo

---

[107] CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Denúncia]*. Uberlândia, 02.1984. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

isso entre um apelo e outro, entre quadros que se alimentam da exposição da miséria de um trabalhador qualquer.

O projeto de um Estado de Direito supunha direitos humanos que condenavam a política salarial espoliante, a inflação galopante, a violência policial, o desrespeito à constituição, a falta de moradia para os trabalhadores, a especulação imobiliária, o assistencialismo, a administração pública a serviço da classe dominante, a expulsão dos migrantes e a imagem de cidade modelo[108].

Esses referenciais eram formulados a partir da elaboração de um programa de ação que tinha o seguinte projeto:

> *O CDDH é aliado a uma luta momentânea. O acumulo de lutas é que forma um sujeito histórico, e que vai chegar a uma frente. Aí se dá a transformação. O papel dos CDDH's é apoiar concretamente na atuação cotidiana as lutas organizadas em movimentos específicos: sindicatos, solo urbano, mulheres, negros, etc. Seu papel é fazer parte do acúmulo de forças que está se constituindo ao longo do processo de transformação social para a construção de um sujeito histórico. O interesse é compor o conjunto dos movimentos sociais organizados em torno de um projeto político comum de enfrentamento real ao sistema capitalista: movimento popular, movimento sindical e partidos políticos. Movimento popular – explicitar o conflito de classes, junto com sindicatos e partidos políticos da sociedade nova.*[109]

A utopia de uma "sociedade nova" era proposta no que apontavam como o enfrentamento do sistema capitalista. O projeto de atuação dos CDDH's supunham uma transformação da sociedade a partir da articulação de uma frente comum de interesses. Essa frente seria o sujeito histórico daquele momento. Isso talvez ajude a entender porque o Sr. Durvalino não tinha expressão própria na elaboração da denúncia feita pelo CDDH da Diocese de Uberlândia ao INPS, era percebido apenas como embrião do sujeito histórico coletivo a ser constituído. O lugar de coordenação de uma aliança de classes era o suposto

---

[108] Esses posicionamentos podem ser percebidos no encontro promovido entre o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia e o Secretário do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. O encontro foi em Uberlândia, nos dias 03 e 04 de junho de 1989. Ver:
- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Relatório]*. Uberlândia, 03.06.1989. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

[109] CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Relatório]*. Uberlândia, 03.06.1989. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

desse grupo e de outros com que se relacionava. O desafio era, *"fazer as pessoas descobrirem que são lesadas nos seus direitos e criar possibilidades de organização para fazer frente à violência"*.

Muitos trabalhadores, ao viverem a cidade, negaram e negam, em suas próprias condutas, a identidade de alienados e a insistência da denúncia do seu "senso comum" embutido. Defendem valores e expectativas que não necessariamente se circunscrevem aos dos postulantes a "líderes" sociais, assim como formulam suas práticas de atuação social de modo a não se prenderem aos padrões da organização que lhes são impingidas por seus idealizadores.

A arrogância elitista me parece ter dificultado a continuidade, o aprofundamento e as lições mútuas que poderiam ter sido produzidas a partir desse diálogo. Digo isso, não por um lamento anacrônico, mas pelo interesse em discutir as relações que vivemos em nosso tempo. Talvez esse caminho possa ajudar a recolocarmos a utopia socialista. Um projeto de sociedade a ser disputado, mas também confrontado entre os que podem vir a se interessar por ele. As diferenças entre os trabalhadores e as contradições de uma classe média composta de pequenos comerciantes e também de trabalhadores remediados devem ser entendidas de uma maneira mais complexa e menos ortodoxa. Isso talvez exija um diálogo mais franco e, ao mesmo tempo, menos condescendente.

A condição de classe dos homens do CDDH da Diocese de Uberlândia ganhou expressão nos relacionamentos que estabeleceram com sujeitos de outras cidades, muitas federadas a outros países. A proposição da construção de interesses comuns foi buscada através de correspondências que os CDDH's, dispostos em diversas localidades, mantinham na rede que compunham, partindo da expectativa de construção de pressões no diálogo com interlocutores específicos, tendo em vista os interesses que defendiam.

Foi, nesse sentido, que, em abril de 1986, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia enviou uma correspondência ao superintendente do INPS de São Luiz do Maranhão. O documento foi destinado a cobrar respostas e encaminhamentos frente às constantes denúncias de descaso no atendimento aos trabalhadores com dificuldades de saúde naquela cidade. O CDDH da Diocese de Uberlândia disse o seguinte:

> *Ilustríssimo Senhor, vimos, por meio desta, denunciar a falta de condições de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia, localizada nessa cidade. Já é de*

> *nosso conhecimento fatos, como o do Sr. José de Ribamar Souza, paralítico que foi internado pelo Funrural neste hospital. Devido a falta de assistência médica, dentro do próprio local de tratamento, o estado de saúde do nosso companheiro piorou a ponto de fazê-lo desejar a morte. O caso declarado acima não é o, primeiro, pois piores tem acontecido. Por isso exigimos que se tome providências, ou que se dê uma explicação lógica para o que vem acontecendo ultimamente nesta casa de Saúde. Certos de seu atendimento, despedimo-nos, desde já agradecendo.*[110]

Envolvimentos como esse estavam respaldados em Secretarias razoavelmente estruturadas para organizarem recebimentos e envios de correspondências, assim como de assessoramentos jurídicos e articulações políticas minimante sustentadas nas condições sociais dos sujeitos comprometidos com essas ações. As identificações de experiências comuns formulavam práticas de atuação em consonância de interesses. Muitas dessas ações, em várias localidades do país, articularam-se em associações e redes de comunicação. Esses encaminhamentos produziram leituras que apontaram para a acentuação das lutas de trabalhadores na década de 1980.

O envolvimento dessa classe média em práticas como essa vem sendo recorrentemente proposta como "A História" de uma luta passada e saudosamente reivindicada como paradigma de reconhecimento das lutas de trabalhadores no tempo presente. Como se onde não fosse possível visualizá-las estivesse auto-confirmada a morte da participação social dos trabalhadores, como se essa "ausência histórica" decretasse a desmobilização das lutas de classe e, por sua vez, atestasse a inconsciência da condição de explorados por parte dos trabalhadores que estariam atomizados em "pequenas lutas", em "lutas liberais".

Quando tive contato com essas correspondências passei a desconfiar de argumentações que apontavam para a chegada da democracia em várias cidades do Brasil. Interpretações que canonicamente sugeriram esse momento como uma onda de movimentação democrática, como "o marco" da participação social dos trabalhadores. Percebi que as evidências que eram propostas como marcas históricas desse enredo mereciam uma maior investigação[111].

---

[110] CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Correspondência]*. Uberlândia, 28.04.1986. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

[111] Para o caso de Uberlândia, ver, em especial:

A transposição de uma noção abstrata de nacional sobre uma outra, não menos abstrata, de local, sugeriu uma explicação estrutural e conjunturalmente desistoricizante que destinou à explicação das experiências vividas nas cidades, principalmente das que não são apontadas como metrópoles, a menção de algo menos significativo, algo meramente regionalista ou localista, uma espécie de exemplificação empobrecedora da condição geral. Sobre estas designações planaram referências do nacional e do global. Desencarnadas, ou encarnadas em certas especificidades, essas noções foram apontadas como determinismos relativamente realizados em espaços mais reduzidos. À prática de verificação dessas realizações foi sugerida uma noção, empobrecida, de "especificidades históricas", uma espécie de menção à compreensão do que é suposto como processo histórico geral[112].

Muitas especulações foram construídas em torno dos marcos aceitos a partir dessa referência. Talvez seja necessário abrir esses marcos, historicizar o que vem sendo generalizado na produção do conhecimento acadêmico. Isso talvez seja um apelo à importância da produção do conhecimento histórico, mas não qualquer conhecimento, um apelo a favor do procedimento da investigação histórica.

Quando percebi que o relacionamento nacionalista dos sujeitos dos CDDH's se faziam a partir das questões que enfrentavam nas relações que viviam nas cidades em que se constituíam, pude valorizar as menções que apontavam para projetos de uma nação em disputa, e não o inverso, onde um projeto nacional se revelava historicamente nas cidades. Percebi distinção nos sentidos de história que serviam de suposto para esses encaminhamentos. Passei, então, a acreditar que, apesar das identificações com as movimentações sociais vividas em outras cidades, não seria preciso recorrer a elas como condição necessária para explicar a movimentação ocorrida em Uberlândia, assim como também não seria preciso fazer da experiência social de Uberlândia um fenômeno isolado.

Em correspondência enviada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, em 1991, os homens do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia

---

- DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – terra fértil para novas semeaduras:* A experiência da Democracia Participativa (1983-1988). 1996. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1996.

[112] Sobre essas referências, ganham destaque trabalhos de geógrafos que mantêm uma relação estreita com certas explicações sociológicas de matrizes estruturalistas, talvez o que freqüente o maior número de notas de rodapé seja David Harvey, ver:
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

evidenciavam, por meio de uma de suas alianças ao que denominavam de luta momentânea, o que significava participar de um movimento nacional.

> *Companheiros, por meio desta vimos fazer uma denúncia e solicitar o apoio e ajuda de vocês na divulgação de um fato. Há mais de um mês algumas famílias invadiram uma área no bairro Dom Almir em Uberlândia e a denominaram de Dom Almir 2. Estas famílias estão pedindo o apoio das entidades locais no auxílio às suas reivindicações, que são: ligação de água, demarcação de lotes, material de construção para um embrião, financiamento dos restante dos materiais e transporte coletivo. Acontece que não estão havendo negociações com a prefeitura, que parece desconhecer o fato. Apenas o secretário de habitação vem afirmando que vai haver a demarcação, mas nem água chega até lá, nem mesmo pelos caminhões pipa. Solicitamos às entidades que envie telegramas ao prefeito, à Secretaria de Habitação e Meio Ambiente, protesto a falta de sensibilidade da prefeitura de Uberlândia, que se acha na condição de cidade modelo, e a morosidade no início das negociações.*[113]

Essa formulação é acompanhada dos respectivos endereços do Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Habitação e Meio Ambiente. Solicitações como essas compõem o repertório de interesses dos sujeitos que se associam por meio desse relacionamento. A construção de uma luta nacional de trabalhadores se faz a partir dos interesses que são vividos ao se disputar a cidade, se faz por meio das relações classistas que são estabelecidas, portanto, se fazem na dissidência e na identificação de interesses históricos. Às vezes até mesmo os textos de protestos e denúncias, solicitados como apoio aos sujeitos de outras cidades, são indicados já em sua versão final, contando apenas com a solidariedade da emissão e divulgação das experiências de exploração partilhadas pelos diversos trabalhadores da sociedade capitalista.

A produção desses documentos deixa perceber, ainda, a noção de que os trabalhadores que construíram suas casas em uma área da cidade que a Prefeitura reconhecia como ilegal recorreram às pessoas das entidades que tinham acesso para auxiliá-los em suas reivindicações. A noção de auxílio parece apontar para a compreensão de que mais do que um soma numérica de pessoas envolvidas com as negociações com o Poder Público, os moradores do Dom Almir II buscavam as condições para um diálogo que não tinham, mas que reconheciam como possível para os sujeitos de entidades como o CDDH.

---

[113] CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Correspondência]*. Uberlândia, 09.08.1991. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

Os quais eram visualizados como sujeitos reconhecidos e aceitos para as negociações com a Administração Municipal.

Essas identificações, atravessadas pela busca de uma pactuação construída na percepção mútua da distinção, foram e são um desafio para a proposição de um modo comum de luta, esse valorado a partir da unidade de ação. As avaliações que são feitas sobre a derrota desse projeto de unidade da classe trabalhadora vêm afirmando uma memória de constatação da falta de mobilização dos trabalhadores enquanto classe. Talvez esse modo de mobilização, em específico, esteja sendo questionado, inclusive por muitos trabalhadores, mas não consigo ver nisso o fim da mobilização dos trabalhadores, espero ter conseguido apontar para essa questão ao longo do texto.

Os sujeitos do CDDH se colocaram em outras relações, onde ganharam destaque no envolvimento com pastorais, associações de moradores, sindicatos, partidos políticos, e mais recentemente em Organizações Não Governamentais, além de movimentos centrados em relações de gênero, sexualidade e etnia.

As articulações desses sujeitos me parecem a expressão da dinâmica construída na própria relação classista em que viviam e que continuam vivendo. Da minha parte, não consigo ver nisso o fim das relações de classe, mas sim o fazer-se de um processo que está sendo vivido e que continua aberto em suas possibilidades históricas.

Os trabalhadores continuam sendo explorados e muitos são os empobrecidos a partir das relações capitalistas em que vivem. Continuam tendo que se relacionar em uma sociedade de desigualdades, onde, portanto, continuam mantendo as relações classistas que conhecem da maneira mais amarga possível. Nesse sentido, entendo que as lutas de classes, tanto quanto as classes, continuam se movimentando em nosso tempo histórico.

# *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Chego para as considerações finais deste trabalho com muitas das inquietações de quando o iniciei. Esse reconhecimento não expressa uma insatisfação com o que foi feito, mas a percepção do limite de sua realização, com a compreensão de que as marcas de uma relação social desigual continuarão pressionando os modos de vida dos trabalhadores nas cidades. Portanto, o texto termina, mas as questões que busquei enfrentar continuam na vida que segue.

Contudo, instituindo esse mesmo movimento enquanto um processo aberto, certamente os trabalhadores continuarão protagonizando suas lutas, conforme suas expectativas, em defesa dos valores e interesses que julgarem pertinentes, a partir dos modos que projetarem como possíveis. Essa dinâmica não se encerra com o texto que apresentei, apesar de ter intencionado intervir nela, de ter me identificado com a necessidade de mudanças em favor de uma sociedade mais justa.

Mas, sobre o meu posicionamento com o texto, penso que seja a hora de recolher algumas das inquietações que me instigaram a realizar este trabalho. Gostaria de provocar essa discussão a partir de duas das muitas cartas enviadas ao programa de televisão Linha Dura. João Paulo, um menino de 10 anos, traz em sua expectativa e ação a condição de classe de muitos dos trabalhadores deste país:

> *Meu nome é João Paulo eu tenho 10 anos. Estou escrevendo está cartinha para pedir, em nome da minha mãe Luciana Aparecida de Oliveira, uns cadernos para eu e minha mãe ir para a escola. Nós dois vamos fazer a 5° série meus materiais fica caro. Quase não da o salário da minha mãe não para comer, porque ela paga energia compra os alimentos e não dá (...) Presciso de 9 cadernos, lápis, borracha, régua e um dicionário de Inglês e Português e a minha mãe um caderno de 10 matérias.*[227]

A mãe trabalha, procura sustentar a casa, garantir a escolarização do filho e ainda pensa na possibilidade de realizar a sua própria escolarização, o que não foi possível durante sua trajetória de trabalhadora. A expectativa de João Paulo aponta a luta em redimir uma dessas marcas das relações de classe. Mas, entre os custos da vida, tem que comprar alimentos, pagar energia e muitos outros gastos em uma sociedade de mercado. O trabalho

[227] JOÃO PAULO. [*Carta*]. Uberlândia, 30/01/2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, pede doação de material escolar. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

da mãe de João Paulo, mesmo se privando do interesse de sua própria escolarização, não é suficiente para garantir o interesse do seu filho, um futuro trabalhador.

Mas é essa a condição de classe, a condição de que "quase não dá o salário da minha mãe não para comer". Essa condição está expressa na própria escrita das cartas enviadas aos programas de televisão, na redação das fichas de reclamação do transporte coletivo e do que mais exigir o domínio da escrita. João Paulo e a mãe querem ir à escola, mas os cadernos, lápis, borracha, régua e dicionários não são possíveis em seu orçamento: "meus materiais fica caro".

Esse modo de viver foi esmiuçado por Rosalina, trabalhadora desempregada, que tem uma filha pequena e não consegue uma creche para deixar a menina e que, por esse motivo, estaria impossibilitada de procurar emprego. Rosalina mandou uma carta à "vocês todos da Vitoriosa", nomeou o apresentador do programa Chumbo Grosso, Marcos Maracanã, do Linha Dura, Amarildo Maciel, e o apresentador eventual, André Potinho, o qual cobre as folgas ou imprevistos dos ancoras oficiais. Qualquer um desses sujeitos poderiam ler a carta, então buscava demonstrar reconhecimento e importância às suas funções.

Ela, ao solicitar material escolar para os filhos não deixou de mencionar o universo de questões enfrentadas no ser trabalhador na cidade.

> *Meu nome é Rosilda (...) estou escrevendo p/ pedir uma ajuda a vocês. Eu não estou trabalhando porque tenho uma filhinha de dois aninhos e até hoje não consegui vaga na creche p/ colocalá p/ poder trabalhar não tenho marido sou mãe solteira e tenho três filhos (...) Enfim moro com meu pai e meu irmão meu pai recebe um salário mínimo e meu irmão ganha pouco no trabalho dele, por que ele é camelo e não é sempre que os fiscais deixa ele trabalha ele fez uma operação na cabeça ele tem valva na cabeça e os médico disse que ele não pode mais trabalhar na profissão dele que é bate estaca então ele está proibido de pegar peso e tem dois anos que ele está tentando se aposentar mas não está conciguindo. Mas eu estou escrevendo mesmo é p/ pedir a vocês material de escola p/ meus dois filhos que já estudam. Um dia meu filho André falou para mim mãe como você vai comprar nossos materiais de escola? a senhora não está trabalhando e eu fiquei admirada dessa preocupação dele e no mesmo dia nos vendo o seu programa [Amarildo Maciel –Linha Dura] você disse que estava doando materiais de escola p/ quem estivesse precisando, então eu tive a idéia de escrever p/ seu programa meu filho André tem 10 anos e vai fazer a 4° serié e a Rayssa tem 7 anos e vai fazer a 1° serié denovo pois ela repetiu. a Rayssa sempre me pede uma mochila de rodinha e eu não posso dar porque não tenho condições de comprar mais se tem alguém que puder doar p/ ela pode ser usada se estive em perfeita condições nos vamos ficar*

> *muito felizes com certeza (...) Sabe Amarildo é muito triste quando um filho pede alguma coisa p/ gente e não temos condições de dar (...).*[228]

Rosilda escreveu para pedir uma ajuda, argumentou que se sente muito incomodada "quando um filho pede alguma coisa p/ gente e não temos condições de dar". Essa pressão expressa um terreno comum vivido por muitos trabalhadores, indicando, portanto, uma ação representativa e evidenciadora da experiência social. Esse modo de olhar para as relações mantidas por trabalhadores orientou a leitura de cada documento que apresentei nesta dissertação. Balizou a compreensão de que sua produção, enquanto prática e apreensão social, é a formulação de possibilidades históricas nas relações construías ao se lutar por melhores condições de vida.

Nesse caminho, as lutas dos trabalhadores não foram vistas apenas como momentos de conflito, mas também como diálogos presentes no cotidiano da tensão social, sugeridos, por vezes, como aparentes consensos, mas atravessados nas relações de classes. Esse olhar buscou apresentar a dinâmica do que é ser trabalhador na cidade, buscou enfrentar os modos como vivem e lutam na diversidade de valores e interesses que sustentam.

Rosilda, na narrativa que elabora ao tentar enfrentar uma das dificuldades por que passava, conta como há um universo de questões que marca sua condição de classe. Conta o que é ser um trabalhador desempregado com três filhos para criar. Mãe solteira, que vive com o pai, o qual recebe salário mínimo, e com o irmão, que, frente à impossibilidade de exercer sua profissão de bate estaca e o não acesso à Seguridade Social, fez-se um trabalhador camelô. Os substantivos adjetivados qualificam diferenças e desigualdades de possibilidades construídas no chão das relações classistas. Os termos em que essas relações se dão desafiam, ao mesmo tempo em que limitam, a atuação de busca por melhores condições de vida.

Mas, todo esse enredo, é para compor a pauta da questão do momento: "eu estou escrevendo mesmo é p/ pedir a vocês material de escola p/ meus dois filhos que já estudam.". A vida de Rosilda não se resume a material escolar para os filhos, ela sabe disso, assim como qualquer outro trabalhador. Seu relato apresenta sua vida como uma trajetória

---

[228] ROSILDA. [*Carta*]. Uberlândia, 03/02/2008. Carta à TV Vitoriosa, pede doação de material escolar. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso.

de dificuldades que busca legitimar o direito dos filhos a irem à escola, portanto, de ser atendida no pedido que faz à emissora de televisão. Tenta se desvencilhar de mais essa marca em sua condição de classe, busca conquistar a possibilidade de escolarização dos filhos, mesmo que essa conquista traga suas possíveis soluções circunscritas no horizonte das desigualdades de classe:

> *(...) a Rayssa sempre me pede uma mochila de rodinha e eu não posso dar porque não tenho condições de comprar mais se tem alguém que puder doar p/ ela pode ser usada se estive em perfeita condições nos vamos ficar muito felizes com certeza (...)*

Os trabalhadores tratam de suas dificuldades a partir de sua condição de classe, portanto, conforme as possibilidades e as brechas que vislumbram no campo das relações que vivem. Ao ver uma campanha que solicita doação de materiais escolares a serem distribuídos a crianças pobres, abre-se o pretexto de requerer sua parte a partir do suposto que legitima a campanha. É como se dissesse que está apenas solicitando o que é seu, o que foi conseguido em seu nome, adquirido pelas marcas e imagens da desigualdade que expressa sua condição social.

Recorre à emissora de televisão frente à expectativa da conquista de materiais escolares, mas os mesmos sujeitos que empreendem essa prática, ao lidarem com o conjunto das questões que expressam sua condição de classe, como a luta pela moradia, o acesso ao atendimento médico, as dificuldades com o transporte coletivo, o desemprego ou o emprego com baixa remuneração, a creche para os filhos, o lazer, assim como muitas outras questões, recorrem, por vezes, aos jornais, ao Ministério Público, à Câmara Municipal, à Sessão de Controle e Fiscalização do Transporte Coletivo, às associações de moradores e outras entidades institucionalmente organizadas como sindicatos, ONGs, partidos políticos, o que não fazem aleatoriamente, mas conforme as avaliações que são feitas num determinado campo de relações de forças.

Esses sujeitos empreendem suas práticas dialogando com as questões que marcam sua condição de classe, atuam nos termos desiguais das relações classistas, as quais vêem estabelecendo a permanência histórica da dominação de classe na sociedade capitalista, mas não a anulação da ação dos trabalhadores. As movimentações que constroem em suas vidas estão apontando para lutas que indicam um processo histórico aberto e em disputa. Nesse

caminho, vejo o que me parece ser assimilações e entusiasmos com a sociedade de mercado, mas também vejo junto, e ao mesmo tempo, contestações, insatisfação, dissidências e radicalizações que constantemente tensionam a ordem capitalista.

De minha parte, não vejo motivo em desqualificar essa movimentação como liberal por causa de suas contradições, assim como entendo que as interpretações sobre essa dinâmica classista precisam avançar. Talvez as mudanças sobre a compreensão das relações de classe na sociedade contemporânea impliquem em algum avanço para o desafio da superação da dominação de classe. Até mesmo porque se à noção de liberal forem contrapostas as noções abstratas e elitistas de identidade de classe, consciência de classe e de uma certa organização já definida antes mesmo da confrontação social, não vejo horizontes muitos diferentes nessas perspectivas.

Neste trabalho, não encontrei nenhuma consciência de classe que não estivesse formulada nas práticas dos trabalhadores, que, apesar de marcada pela compreensão da desigualdade social, não deixasse de evidenciar diferenças e dissidências, tanto quanto identificações de classe. Portanto, percebi relações pontuadas pela divisão de interesses e valores, assim como pela solidariedade de classe, um processo histórico se realizando nas ações dos sujeitos que disputavam, em suas condutas, os horizontes históricos que constroem como possíveis, tendo em vista a desigualdade de suas possibilidades no campo de forças em que vivem.

Ao tratar da condição de classe, evidenciando o ser trabalhador na cidade de Uberlândia, nessas últimas três décadas, encontrei uma cidade compartilhada em um terreno comum de relações, um território pautado nas desigualdades da sociedade capitalista. Espero ter indicado que essa condição social não se faz por apatia ou acomodação dos trabalhadores, mas que se faz nas lutas que empreendem diariamente. Que apesar da permanência histórica da exploração dos trabalhadores em uma sociedade de mercado, isso não determina um processo tranqüilo ou consensual, pelo contrário, revela a constituição de uma constante tensão social.

Nesse sentido, a pesquisa, sistematizada nesta dissertação, obviamente não esgota a discussão que propus enfrentar, mas apenas acena para o desafio de encontrarmos os trabalhadores se movimentando na cidade. Isso implica em reconhecer as atuações dos diversos trabalhadores, de percebermos suas muitas práticas, de atentarmos para as

experiências que indicam em seus modos de vida e luta. Concluo com a expectativa de ter instigado a novas investigações, de ter sugerido possibilidades e procedimentos que possam suscitar encaminhamentos que tenham a preocupação em reconhecer a potência histórica também na vida dos trabalhadores.

Espero ter me situado onde de fato estou, isto é, dentro da história. Espero ter indicado, com a minha narrativa, que busquei me identificar com certos valores, distanciar-me de outros. Busquei confrontar meus supostos com as experiências de trabalhadores que ambicionam condições mais justas para suas vidas. Espero ter conseguido fugir do elitismo acadêmico que, muitas vezes, manifesta-se em compreensões que parecem indicar sua propriedade onisciente, enquanto donos das pessoas e do tempo.

***FONTES***

**ENTREVISTAS:**

- *Charles* – Entrevista realizada pelo autor em 6 de março de 2009.
  - ❖ O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa para a escrita deste texto.
- *Sebastião* – Entrevista realizada pelo autor em 12 de janeiro de 2009.
  - ❖ O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa para a escrita deste texto.
- *Maria* – Entrevista realizada pelo autor em 28 de março de 2005.
  - ❖ O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa para a escrita deste texto.

**JORNAIS:**

- *A Notícia* (1979-1990).
  - ❖ Acervo do Arquivo Público Municipal.
- *Boletim da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica* (1985-1998).
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica (AMBASAM).
- *Boletim da Pastoral Operária da Diocese de Uberlândia* (1989-1993)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Centro de Documentação Popular (CDP).
- *Correio de Uberlândia* (1970-2008)
  - ❖ Acervo do Arquivo Público Municipal.
- *O Triângulo* (1970-1995)
  - ❖ Acervo do Arquivo Público Municipal.
- *Participação* (1983-1987)
  - ❖ Acervo do Arquivo Público Municipal.

**PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES, CARTAS:**

- *Câmara Municipal* (1970-2000)
  - ❖ Acervo do Arquivo Público Municipal.
- *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia* (1984-1993)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.
- *Fale Conosco* (2006-2008)
  - ✓ Reclamações feitas por meio do sitio da Secretaria de Trânsito e Transporte
    - ❖ Tive acesso aos materiais na Secretaria de Trânsito e Transporte, após manter contatos com o Diretor do Setor de Fiscalização e Planejamento.
- *Ministério Público Estadual – Promotoria de Justiça do Cidadão* (2004-2008)
  - ✓ Promotoria Especializada na Defesa da Saúde
    - ❖ Tive acesso aos materiais na Promotoria de Justiça do Cidadão, após manter contatos com o Promotor responsável.
- *Programas de Televisão*
  - ✓ Chumbo Grosso – TV Vitoriosa, SBT (2006-2008)
    (cartas para programa de televisão)

- ❖ Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção do programa.
- ✓ Linha Dura – TV Vitoriosa, SBT (2006-2008)
  (cartas para programa de televisão)
  - ❖ Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção do programa.

- *Setor de Fiscalização do Transporte Coletivo* (2003-2008)
  - ✓ Ficha de Reclamação dos usuários
    - ❖ Tive acesso a esse material no Setor de Fiscalização do Transporte Coletivo, após manter contatos com o diretor responsável.
  - ✓ Ficha de Resposta das Empresas de Transporte
    - ❖ Tive acesso a esse material no Setor de Fiscalização do Transporte Coletivo, após manter contatos com o diretor responsável.
- *Sistema de Informação da Prefeitura - SIM* (2006-2008)
  - ✓ Reclamações feitas ao atendimento telefônico da Prefeitura Municipal
    (em relação ao transporte coletivo)
    - ❖ Tive acesso a esse material na Secretaria de Trânsito e Transporte, após manter contatos com o Diretor do Setor de Fiscalização e Planejamento.

**<u>ATAS E RELATÓRIOS DE REUNIÕES</u>:**

- *Associação Comercial e Industrial de Uberlândia* (1975-2003)
  - ❖ Tive acesso aos materiais na sede da Associação, após manter contatos com a secretária responsável.
- *Associação de Moradores do Bairro Alvorada* (1980-1995)
  - ❖ Tive acesso aos materiais na sede da Associação, após manter contatos com o diretor responsável.
- *Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus* (1981-1998)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.
- *Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças* (1982-2000)
  - ❖ Tive acesso aos materiais por meio de particulares, após manter contatos com integrantes e ex-integrantes da Associação.
- *Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica* (1980-2000)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica (AMBASAM).
- *Câmara Municipal* (1970-2000)
  - ❖ Acervo do Arquivo Público Municipal.
- *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia* (1984-1993)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.
- *Conselho [Municipal de] Entidades Comunitárias* (1985-2008)
  - ❖ Tive acesso aos materiais na sede da Associação, após manter contatos com o presidente responsável.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS E RECEBIDAS, INFORMES, PANFLETOS, TEXTOS, CARTILHAS:**

- *Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus* (1981-1998)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.
- *Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças* (1982-2000)
  - ❖ Tive acesso aos materiais por meio de particulares, após manter contatos com integrantes e ex-integrantes da Associação.
- *Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica* (1980-2000)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inventário da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica (AMBASAM).
- *Câmara Municipal* (1970-2000)
  - ❖ Acervo do Arquivo Público Municipal.
- *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia* (1984-1993)
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.
- *Conselho Municipal de Entidades Comunitárias* (1985-2008)
  - ❖ Tive acesso aos materiais na sede da Associação, após manter contatos com o presidente responsável.
- *Pastoral Operária da Diocese de Uberlândia (1985-1993)*
  - ❖ Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Centro de Documentação Popular (CDP).

**LEGISLAÇÃO**

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei Federal nº 7.853, de 24 de setembro de 1989. "Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências."
- UBERLÂNDIA. Lei Municipal nº 9.888, de 17 de maio de 2005, baseada no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. A lei garante a gratuidade para as pessoas com dificuldade de movimentar-se permanente ou temporariamente, com redução da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção ou até mesmo incapacidade completa ou parcial de desempenho de atividades.
- UBERLÂNDIA. Lei Municipal n° 4.679/88, regulamenta a gratuidade de transporte coletivo e dá outras providências. Além de suas posteriores alterações, destaque para a proposição da vereadora Liza Prado, em 06 de março de 2009, alterando a lei para o seguinte texto: "Estabelece gratuidade de transporte coletivo urbano e semi-urbano para os idosos acima de 60 (sessenta) anos, para os portadores de necessidades especiais e seus respectivos acompanhantes."

**MAPAS**

- Mapa I – Uberlândia – Setor Leste – B. Alvorada
- Mapa II – Uberlândia – Setor Norte – Zn. Pl. 30 – Distrito Industrial

Base de Dados: SEPLAM/SETRAN – Prefeitura Municipal de Uberlândia (2009)
Layout: Glauber Soares de Freitas

# *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

AFONSO, M. R. et al. Movimentos urbanos e Estado: novas tendências. In: *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Org. Rompermayer. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

ALÉM, João Marcos. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia. *História & Perspectivas.* Uberlândia, n. 4, p. 79-102, jan/jun, 1991.

ALMEIDA, Antônio. Os trabalhadores e seus espaços: Cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva. In: *Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas.* Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2001, p.27-42.

ALMEIDA, Paulo Roberto. "Cada um tem um sonho diferente": histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: *Outras histórias: memórias e linguagens* Org. Laura Antunes Maciel et al. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p.44-60.

_____. *O Movimento Operário e a construção da central Única dos Trabalhadores no Brasil:* Disputas e Concepções 1977-1983. 1998. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

ALVARENGA, Nízia Maria. *As Associações de Moradores em Uberlândia*: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1988.

ALVES, Luciano Carneiro. Palanque de papel: O Correio de Uberlândia e a construção do "Estádio Municipal Parque do Sabiá". *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 24, Jan./Jun., p. 219-241, 2001.

ALVES, Marcio Moreira. *A força do povo:* democracia participativa em Lajes. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARRETCHE, Marta. O Mito da descentralização como elemento indutor de maior democratização e eficiência das políticas públicas. In: *A miragem da pós-modernidade:* democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997, p.127-152.

BALCÃO, Lier Ferreira. *A cidade das reclamações:* moradores e experiência urbana na imprensa paulista – 1900/1913. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

BARRA, Rubia Pereira. *A espacialização da mortalidade infantil por causas evitáveis em Uberlândia no ano 2000:* subsídios para as ações em saúde. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

BARBOSA, Marta Emísia J. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: *Cidades.* Org. Déa Ribeiro Fenelon. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p.153-171.

_____. Os famintos do Ceará. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias.* Org. Déa Ribeiro Fenelon et al. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 94-115.

BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 9-24, 1998.

BERNARDINO, Andréa Ríspoli. *O transporte informal em Uberlândia:* formas de atuação das peruas e vans. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2000.

BESSA, Kelly Cristine F. O. et al. O significado da especulação imobiliária no espaço urbano de Uberlândia-MG. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n.16/17, p. 121-148, Jan./Dez., 1997.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia:* uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOSCHI, Renato Raul. Notas sobre a participação popular e reforço do legislativo. In: *Sociedade, participação popular e democracia.* Brasília: CNPq/ Coordenação Editorial; (São Paulo): ANPOCS, 1985, p.51-68.

CAPELATO, Maria Helena et al. *O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo).* São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco et al. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens.* Org. Heloisa Helena Pacheco Cardoso et al. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.11-38.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia:* o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

CRUZ, Heloisa Faria et al. Introdução. In: *Outras histórias: memórias e linguagens.* Org. Laura Antunes Maciel et al. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p.9-21.

_____. Introdução – Muitas memórias, outras histórias. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias.* Org. Déa Ribeiro Fenelon et al. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.5-13.

DANTAS, Sandra Mara. *Uberlândia – terra fértil para novas semeaduras:* A experiência da Democracia Participativa (1983-1988). 1996. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1996

_____. *Veredas do Progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

DAVIS, Natali Zemon. *Culturas do povo:* sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

EVERS, Tilman et al. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: *Cidade, povo e poder.* Org. José Álvaro Moises et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 5, 1982, p.110-164.

_____. Os movimentos sociais urbanos: o caso do "movimento do custo de vida". In: *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.73-99.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 73-90, 1993.

_____. Estado, poder e classes sociais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.4, n.7, p. 33-57, mar./1984.

_____ (Org.). Introdução. In: *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p 5-14.

_____. O historiador e a cultura popular: historia de classe ou historia do povo? *História & Perspectivas.* Uberlândia, n. 6, p. 5-23 jan/jun, 1992. (p.5-23)

FERNANDES, Julieta Cristina. *A acessibilidade do idoso em Uberlândia:* desafios ao pensamento da cidade inclusiva. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998, p.267-281.

FREITAS, Sheille S. de. *Por falar em culturas...* Histórias que marcam a cidade. Uberlândia - MG. 2009. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere.* Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política e método. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias.* Org. Déa Ribeiro Fenelon et al. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.282-295.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.247-264.

HERRMANN NETO, João. *Democracia feita em casa*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

HOBSBAWM, Eric. Deveriam os pobres se Organizar? In: *Mundos do trabalho:* novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.391-408.

_____. Notas sobre consciência de classe. In: *Mundos do trabalho:* novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.35-55

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura.* Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editora Presença, 1973. 2vol.

JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. Org. Emir Sader. São Paulo: Cortez, 1987, p.11-23

JESUS, Wilma Ferreira de. *Poder Político em Uberlândia: Mudanças e Permanecias (1982-1996).* 1999. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1999.

KHOURY, Yara Aun et al. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: *Muitas Memórias, outras histórias.* Org. Déa R. Fenelon et al. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.116-138.

_____. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. São Paulo. n. 22, p. 79-104, Julho/2001.

KOWARICK, Lúcio. Introdução – As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. In: *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Org. Lúcio Kowarick. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.45-52.

_____. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: *Cidade, povo e poder.* Org. José Álvaro Moises et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.30-48.

LEMES, Daniela Cristina S. S. *Geração e análise do cenário futuro como um instrumento de planejamento urbano e de transportes*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia

Civil). Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias.* Org. Déa Ribeiro Fenelon et al. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.14-40.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *O dezoito brumário de Luiz Bonaparte.* São Paulo: Centauro, 2003.

MOISES, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: *Cidade, povo e poder.* Org. José Álvaro Moises et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 5, 1982, p. 14-29.

MORAIS, Sérgio Paulo. *Empobrecimento e "inclusão social":* vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. *Trabalho e cidade:* trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia 1970-2000. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

MOREIRA, Helvécio D. *Formação e Desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*. 1991. Dissertação (Projeto de Pesquisa modalidade aperfeiçoamento CNPq). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1991.

MOURA, Gerusa Gonçalves. *Imagens e representações da periferia de Uberlândia (MG):* um estudo de caso do setor oeste. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Projeto História*. São Paulo. n. 16, p. 39-58, 1998.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa:* estudo do desenvolvimento capitalista em cidade de médio porte. Uberlândia: Rápida, 2002.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: *Identidade e cultura operária*. Org. José Sérgio L. Lopes. Rio de Janeiro: UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987, p.53-101.

PEREIRA, Cires Canísio. *Democracia Participativa, sua lógica e sua prática.* 1988. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1988.

PEREIRA, Jaqueline Rosa. *A política e o povo.* 2001. Dissertação (Mestrado em Assistência Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do Favor:* Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

PEREZ, Rosemeire M. Costa. *O sem-terra urbano em Uberlândia* – o caso Lagoinha. 1990. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1990.

PETUBA, Rosângela M. S. *Pelo Direito à cidade.* Experiência e luta dos ocupantes de terra no Bairro Dom Almir. Uberlândia (1990-2000*)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza U. *A cidade sobre os ombros:* trabalho e conflito no Porto de Manaus 1889-1925. Manaus: EDUA, 1999.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. *O processo educativo no orçamento participativo:* aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 53-72, dez./1996.

_____. As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 25, p. 9-26, 2001/2002.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev./1997.

_____. História oral como gênero. *Projeto História 22*. São Paulo, n. 22, p. 9-36, julho/2001.

_____. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 26, p. 27-54, 2001/2002.

_____. Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: *História oral: desafios para o século XXI.* Org. Marieta de Morais Ferreira et al. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.67-71.

_____. "O momento da minha vida": funções do tempo na história oral. In: *Muitas Memórias, outras histórias*. Org. Déa Ribeiro Fenelon et al. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.296-313.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev./1997.

REIS, Maúcia Vieira dos. *Alvorada:* Memórias de um bairro – Uberlândia anos 80/95. 2000. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2000.

_____. *Entre viver e morar:* experiências dos moradores de Conjuntos Habitacionais (Uberlândia – anos 1980/1990). 2003. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

RIBEIRO, Paula. *"Saara"* – uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960-1990). 2000. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

ROQUE, Cláudia Rodrigues Pereira. *Uberlândia – 1977/1988:* as contradições da modernidade. 1998. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1998.

ROSENFIELD, Denis L. *O que é democracia.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena:* experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ et al. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 129-149, set. 1983.

_____ et al. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa.* Org. Ruth C. L. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.39-67.

SADER, Emir. *A vingança da História*. São Paulo: Bomtempo, 2003, p.21-34

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Que país é este? e outros poemas*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1980.

SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Democratizar a democracia:* os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Carlos Meneses de S. *Democracia Participativa e Tensão Social em Uberlândia* – Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. 2006. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

_____. Uberlândia nas linhas do enfrentamento: a democracia participativa nas páginas da imprensa. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Uberlândia, n. 33, p. 321-341 2006.

SANTOS, Manoel Joaquim dos. *Os jornais uberlandenses e projeção da imagem política de Zaire Rezende (1981-1985).* 2000. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2000.

SILVA, Janaina Ferreira. *Sistema Integrado de Transporte:* "conforto, segurança e rapidez" na vivência dos usuários? 2004. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

_____. *"Estamos transportando vida!": trajetórias e experiências de motoristas e cobradores do transporte coletivo urbano de Uberlândia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

SILVA, Marcelo Kunrath. *Construção da participação popular:* análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

SILVA, Rosana Silvana da. *Bairros e Fábricas:* Espaço Político e Participação Popular. Uberlândia – 1980-1986. 1997. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia:* Da "cidade jardim" ao "portal do cerrado" – imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SOUSA, Herbert José de. Município de Boa Esperança: participação popular e poder local. In: *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.99-120.

SOUSA, Isabel Ribeiro O. G. Reflexões sobre a participação popular. In: *Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq; São Paulo: ANPOCS, 1985, p.69-77.

SOUZA, Aparecida Darc de. *Capitães do Asfalto:* infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia – 1985/1995. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação:* a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, Série HIPÓTESE, 1995.

STROTBEC, Kelly Cristina Abreu. "*Agente tinha muita vontade de ter um lugar da gente mesmo*": História e narrativas de moradores do bairro Santo Inácio (Uberlândia 1980-

2000). 2005. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, julho de 2006.

_____. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: *Anos 90 política e sociedade no Brasil.* Org. Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.90-101.

THOMPSOM, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vol.

_____. *A Miséria da Teoria:* ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. El delito de anonimato. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editora Crítica/Grupo Editorial Grijalbo, 1979, p.173-238.

_____. *Senhores & Caçadores:* origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSOM, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, n. 4, p. 85-102, jun/2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil.* Org, Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense,1994, p.127-136.

TOSCANO, Stéfano Gonçalves Régis. *Interatividade e Democracia Participativa:* alguns elementos a partir da análise do programa "você decide". 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2000.

VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. Org. Laura Antunes Maciel et al. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p.100-113.

_____. Experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho. In: *História*: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Org. Heloisa Helena Pacheco Cardoso et al. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.65-92.

_____. Trabalhadores e memórias: disputas, conquistas e perdas na cidade. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Org. Déa Ribeiro Fenelon et al. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.208-224.

WEFFORT, Francisco Correa. Apresentação. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Org. José Álvaro Moises e outros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1978, p.9-12.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista da USP*. São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./maio, 2005.